

Carmen Cristina Fernandino Marinho

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE
MASCULINA EM ADOLESCENTES
COM TRAJETÓRIA DE VIDA
NAS RUAS DE BELO HORIZONTE/MG

Mestrado em Psicologia Social

Belo Horizonte
UFMG
2006

Carmen Cristina Fernandino Marinho

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE MASCULINA EM ADOLESCENTES
COM TRAJETÓRIA DE VIDA NAS RUAS DE BELO HORIZONTE/MG

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Social.

Orientação: Profa. Dra. Karin Ellen von Smigay

Belo Horizonte

UFMG

2006

Dedico este trabalho a duas pessoas especiais: ao meu avô Gilberto que, com amor e generosidade, me ensinou a ler. E à minha mãe, Silvana, por ser a terra fértil, a água fresca e a luz do sol.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, professora Karin Ellen Von Smigay, por acreditar no meu projeto, construí-lo comigo e me levantar nos momentos de desânimo.

Às professoras Lúcia Afonso e Sandra Azeredo, fundamentais em minha formação como psicóloga e em minha preferência pela psicologia social.

Aos professores Maria Ignez Costa Moreira e Marco Aurélio Máximo Prado pelas valiosas contribuições no meu exame de qualificação.

Ao Programa Miguilim, em especial a Sandra Lambertucci, Marcos Anníbal e Sílvia, por me cederem os dados necessários à pesquisa e por tanto me ensinarem sobre crianças e adolescentes com trajetória de vida nas ruas.

Ao Ministério Criança Feliz por permitir as entrevistas com os adolescentes, bem como meu acesso à documentação dos entrevistados.

A Andréia Soares Tomaz, por abrir as portas do abrigo da Campanha Agasalhe BH Feliz, possibilitando as entrevistas, por ser amiga e por me ensinar a lutar pelos meninos de rua.

A José Jovino Batista, que me ensinou a desconfiar das impossibilidades e a persistir sempre.

A Elizabete Maria de Amorim Felicíssimo pela disponibilidade, eficiência e pela ajuda fundamental em diversas situações.

A Alessandra Nogueira Araújo, pela interlocução preciosa, pelas críticas construtivas e por me ajudar a manter o ânimo.

A três mulheres fundamentais: minha irmã Mônica, minha tia Jussara e minha avó Tereza, por apoiarem material, emocional e espiritualmente este trabalho.

Aos amigos Luciana e Erlon, simplesmente por existirem.

Ao Cristo, sempre, sentido de tudo o que faço.

RESUMO

MARINHO, Carmen Cristina Fernandino Marinho. A construção da identidade masculina em adolescentes com trajetória de vida nas ruas de Belo Horizonte/MG. Belo Horizonte: 2006. 141 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - UFMG

Discute-se a construção da identidade masculina em adolescentes com trajetória de vida nas ruas da cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, a partir da perspectiva das relações de gênero. A estratégia metodológica escolhida foi o estudo de caso e o procedimento adotado foram entrevistas semi-estruturadas com três adolescentes do sexo masculino, com trajetória de vida nas ruas. O material obtido foi submetido à análise do discurso, para a qual foram construídas quatro categorias analíticas: trajetória de vida nas ruas, identidade, identidade masculina e adolescência. A partir da análise verificou-se a existência de vários modelos para a construção da masculinidade no universo dos entrevistados, entre os quais, figuram a família, os policiais, os grupos de pares e os educadores sociais. Surgiu também, entre os adolescentes, a necessidade da construção de um domínio de abjeções, que seria constituído pelas possibilidades identificatórias proibidas ou negadas a saber: travestis, criminosos, padrastos violentos e os próprios meninos de rua. Constatou-se que o processo de construção da identidade masculina se deu na oscilação entre os modelos disponíveis e o domínio das abjeções, o que pode ser entendido como dilema característico da adolescência: o conflito entre ruptura e permanência.

Palavras-chave: Trajetória de vida nas ruas, Adolescência, Identidade, Identidade Masculina.

ABSTRACT

MARINHO, Carmen Cristina Fernandino. The construction of the masculine identity in street adolescents of Belo Horizonte, Minas Gerais. Belo Horizonte: 2006. 141 p. Dissertation (Master's Degree in Social Psychology) - UFMG

This work is a discussion about the construction of masculine identity in street adolescents of Belo Horizonte, Minas Gerais, from the standpoint of gender relations. The methodological strategy used was the case study and the procedure was the semi-structured interview with three male street adolescents. The obtained material was submitted to discourse analysis, based on four categories: life trajectory in streets, identity, masculine identity and adolescence. Many models of masculinity were detected in the universe of the interviewed adolescents: family, policemen, groups of street adolescents, and social workers. Among these adolescents, there was a need for constructing a domain of abjection, built with the forbidden or denied possibilities of identity: transvestites, criminals, violent stepfathers and street children themselves. The findings indicate that the construction process of masculine identity was an oscillation between available models and the domain of abjection. This outcome can be interpreted as a typical quandary of adolescence: the conflict between rupture and permanence.

Keywords: Life Trajectory in Streets, Adolescence, Identity, Masculine Identity.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1 ADOLESCENTES NAS RUAS	15
2.2. A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE	32
2.2.1 <i>A construção da identidade na interação social</i>	32
2.2.2 <i>O indivíduo como objeto para si mesmo</i>	36
2.2.3 <i>A identidade narrativa</i>	38
2.2.4 <i>Articulando conceitos</i>	41
2.3 IDENTIDADE MASCULINA	42
2.4 ADOLESCÊNCIA	50
2.5 ARTICULANDO CATEGORIAS DE ANÁLISE	56
3. METODOLOGIA	57
3.1 OBJETIVOS	57
3.1.1 <i>Objetivos geral</i>	57
3.1.2 <i>Objetivos específicos</i>	57
3.2 O MÉTODO	57
3.2.1 <i>Sujeitos</i>	57
3.2.2 <i>Estratégia</i>	58
3.2.3 <i>Procedimentos</i>	59
3.2.4 <i>Análise: análise do discurso</i>	59
4. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	65
4.1 SOBRE O SETTING	65
4.2 CASO 1: LEONARDO	72
4.2.1 <i>Breve histórico</i>	72
4.2.2.1 <i>Informações Adicionais</i>	73
4.2.3 <i>Análise</i>	76

4.2.3.1 <i>Trajetória de vida nas ruas</i>	76
4.2.3.2 <i>Identidade</i>	78
4.2.3.3 <i>Identidade masculina</i>	79
4.2.3.4 <i>Adolescência</i>	79
4.2.3.5 <i>Considerações preliminares</i>	81
4.3 CASO 2: ALESSANDRO	83
4.3.1 <i>Breve histórico</i>	84
4.3.2.1 <i>Informações Adicionais</i>	85
4.3.3 <i>Análise</i>	86
4.3.3.1 <i>Trajetória de vida nas ruas</i>	86
4.3.3.2 <i>Identidade</i>	88
4.3.3.3 <i>Identidade masculina</i>	90
4.3.3.4 <i>Adolescência</i>	93
4.3.3.5 <i>Considerações preliminares</i>	95
4.4 CASO 3: PEDRO	97
4.4.1 <i>Breve histórico</i>	97
4.4.2.1 <i>Informações Adicionais</i>	98
4.4.3 <i>Análise</i>	100
4.4.3.1 <i>Trajetória de vida nas ruas</i>	101
4.4.3.2 <i>Identidade</i>	102
4.4.3.3 <i>Identidade masculina</i>	103
4.4.3.4 <i>Adolescência</i>	104
4.4.3.5 <i>Considerações preliminares</i>	105
4.5 DESTINO DOS ENTREVISTADOS	107
4.6 ANÁLISE DA INTERAÇÃO ENTREVISTADORA/ENTREVISTADOS	108
4.6.1 <i>Diretividade</i>	108
4.6.2 <i>Tripla posição: não-julgamento, responsabilização, persecutoriedade</i>	112
4.6.3 <i>Pressupostos da entrevistadora</i>	118

4.6.4 <i>Oportunidades perdidas</i>	120
4.6.5 <i>Enredamento do entrevistado</i>	120
4.6.6 <i>Igualar-se ou diferenciar-se</i>	123
4.6.7 <i>Deixar-se conduzir</i>	126
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS	134
ANEXOS	138

1. INTRODUÇÃO

A questão que procurei desenvolver ao longo do presente trabalho, teve origem em minhas experiências no campo da Psicologia Social, ainda durante a graduação, assim como em meu trabalho como educadora social no Programa Miguilim, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, que atende crianças e adolescentes com trajetória de vida nas ruas.

A primeira dessas experiências foi um estágio supervisionado na Delegacia Especializada em Crimes contra a Mulher de Belo Horizonte¹. Durante uma manhã por semana, atendia pessoas que me eram encaminhadas pela delegada, geralmente mulheres que buscavam a Delegacia com a intenção de denunciar a violência cometida por seus companheiros, mas que, paradoxalmente, se recusavam a entrar com uma representação contra eles. Meu trabalho era desvelar, ao longo dos atendimentos, a dinâmica do casal e as disputas de poder que ensejavam a cena de violência. A proposta era que, estando o casal mais consciente a respeito das questões que dificultavam sua convivência, pudessem escolher um novo caminho em suas vidas ou uma nova forma de se relacionar. Para tanto, buscávamos compreender as relações de gênero a partir de um referencial teórico iniciado pelos movimentos feministas. Esse estágio supervisionado significou, portanto, meu despertar para as questões de gênero e para as possibilidades de atuação advindas do novo olhar que eu lançava sobre as relações interpessoais.

Minha segunda experiência foi uma pesquisa realizada na Região das Vertentes, em Minas Gerais, que tinha como objetivo a revitalização do Patrimônio Imaterial da região². A equipe de pesquisa buscou investigar os elementos da cultura na região que funcionavam como eixos organizadores da identidade coletiva, tais como a manutenção

¹ Sob supervisão da Profa. Dra. Sandra Maria da Mata Azeredo, do Departamento de Psicologia da UFMG entre os meses de março a agosto de 2000. A frequência aos estágios é parte da formação do estudante de graduação em psicologia na UFMG, embora os alunos tenham a alternativa de escolher diferentes frentes de trabalho e seu supervisor.

² Durante o ano de 2000, coordenado pela Profa. Karin Ellen von Smigay do Departamento de Psicologia da UFMG. Também se constitui em estágio supervisionado, seguindo as mesmas regras para sua realização: faz parte obrigatória da formação em graduação, embora o campo de trabalho possa ser opcional.

das tradições ou do patrimônio imaterial, como a culinária local e os hábitos alimentares, o artesanato e seu modo de produção; festejos de cunho religioso e populares, o entalhe de santos católicos com sua força imagética e religiosa; a música, o falar regional; as crenças, mitos de origem e algumas lendas que nos foram apresentados por representantes “autorizados” pela comunidade, porta-vozes do saber popular. Esse trabalho de pesquisa me trouxe a possibilidade de refletir sobre a importância dos códigos que são partilhados coletivamente para a construção da identidade de um grupo social.

Minha terceira experiência significativa foi um Estágio em Dinâmica de Grupo em que, por um período de dois semestres, coordenei um grupo de adolescentes em situação de risco pessoal e social com o objetivo de alfabetizá-los por meio da técnica de oficinas que vinha sendo desenvolvida pelo LabGrupo/UFMG³. Entretanto, mais que alfabetizar, era necessário estimular os adolescentes na construção de um novo projeto de vida, que fosse marcado pela garantia de direitos básicos e de sua promoção como cidadãos de direitos e deveres.

Paralelo a este trabalho, eu atendia uma adolescente no Centro de Aplicação da Psicologia (Ceap/UFMG)⁴, tendo a psicanálise como referencial teórico-metodológico para o atendimento clínico. Assim foram se constituindo meus primeiros contatos com os adolescentes e suas questões.

Meses antes de concluir minha graduação, iniciei uma atividade como educadora social no Programa Miguilim, da Prefeitura de Belo Horizonte/MG. O trabalho do educador social consistia em realizar abordagem de rua, ou seja, ir aos pontos de permanência das crianças e adolescentes nas ruas e, por meio da assiduidade e do diálogo, estimulá-los à elaboração de um projeto de vida, alternativo à situação de rua. Além disso, era necessário realizar os contatos e encaminhamentos necessários caso a criança, ou adolescente, decida retornar ao convívio familiar ou opte por um abrigo temporário.

³ O estágio foi supervisionado pela Profa. Lúcia Afonso, que era também coordenadora do LabGrupo/UFMG à época. A técnica que utilizávamos articulava a teoria de grupos de Pichón-Rivière e a pedagogia de Paulo Freire.

⁴ Sob a supervisão da Prof. Maria Lísia Andrade, do Departamento de Psicologia da UFMG. O CEAP é um órgão interno, ligado ao Departamento, que oferece simultaneamente atendimento psicológico à comunidade e treinamento para os formandos em psicologia.

Neste trabalho pude articular os conceitos e categorias analíticas com os quais vinha trabalhando nos estágios da graduação, pois ao mesmo tempo em que precisava desenvolver uma escuta afiada, que considerasse elementos ideológicos e inconscientes na fala das crianças e adolescentes que eu atendia, era preciso, a partir desta escuta, provocá-los na construção de um novo projeto de vida. Neste contato, eu percebia conflitos relacionados a gênero, etnia e classe. Portanto, minha escuta deveria ir além das histórias pessoais, mas chegar à influência do contexto social, suas regras e assimetrias de poder que marcavam a experiência de cada criança e adolescente. O trabalho implicava, mais que a consciência de si, a consciência a respeito determinações sociais sobre cada sujeito.

Sentindo que poderia apresentar contribuições em relação às questões específicas, além do que as saídas das condições de miserabilidade, elaboramos um projeto de oficinas sobre gênero e sexualidade, a realizar-se no espaço denominado Miguilim Cultural, com vistas a trabalhar estereótipos ligados a gênero, direitos reprodutivos e prevenção a DST/AIDS⁵. Desde o início, propusemos uma reflexão sobre a relação com o corpo, buscando a apropriação do mesmo por meio da informação sobre seu funcionamento e da crítica às relações sociais que o tornam inacessível, especialmente em função das relações de gênero.

Utilizamos uma metodologia participativa, partindo da proposta de Barroso & Bruschini (1995)⁶ sobre grupos de jovens para discussão de sexualidade, tratando a questão por um viés político e não biologizante. Buscamos uma troca de experiências que favorecesse tanto a construção de conhecimento quanto a elaboração de conflitos em relação ao tema então proposto.

Era nosso objetivo proporcionar um espaço onde a palavra circulasse livremente, favorecendo a construção da autonomia e incentivando a participação mais efetiva também em outros âmbitos, como família, escola e entre os pares. Entendíamos a apropriação do corpo, a reflexão sobre direitos sexuais e reprodutivos e a desconstrução de estereótipos ligados a gênero como elementos fundamentais para a

⁵ Projeto realizado em parceria com Clarissa Valadares, mestranda em psicologia social e educadora social do programa Miguilim na época em que realizamos as oficinas.

⁶ BARROSO, Carmen; BRUSCHINI, Cristina (orgs.). *Sexo e juventude: como discutir a sexualidade em casa e na escola*. São Paulo: Cortez, 1995.

emancipação dos adolescentes, pois são esferas nas quais o jovem tem grande interesse e possibilidade de atuação. Mais do que isso, ao se tornarem responsabilizados pela sua própria escolha, ganhavam em maturidade e autonomização.

A partir dessa experiência passei a me perguntar, insistentemente, sobre a influência de estereótipos ligados a gênero na identidade desses adolescentes que, a meu ver, estava em permanente construção. Interessavam-me, sobretudo, todas as falas relacionadas ao que representava, para eles, ser homem e, especialmente, ser homem estando em situação de rua.

Em uma de minhas abordagens, uma cena me chamou atenção: um menino “novo na rua”, com 10 anos de idade, brigava com outro, menor do que ele, mas, a despeito de seu tamanho, este último levava grande vantagem. Formou-se uma roda de adultos e adolescentes ao redor dos dois e, aos gritos, incentivavam a briga. Indaguei a um dos adultos sobre o sentido desse incentivo à briga: seu papel não seria separar as crianças e restabelecer “a ordem”? Ele não me respondeu diretamente, mas disse, em voz alta, ao garoto de 10 anos, que apanhava do menor: “Se você quer ser do crime tem que aprender a brigar. Se não gosta de brigar, volte pra casa”.

Desde então perguntei-me se a disponibilidade para a “briga” era apenas uma regra do universo da criminalidade ou, mais que isso, um componente obrigatório da masculinidade na rua. O que seria inerente à condição de viver nas ruas e o que seria a socialização diferenciada pelo gênero? Haveriam diferenças intergêneros ou as condições desse universo os homogeneiza? Talvez não valesse, entre os moradores de rua, assim como outros públicos, a engessadora divisão entre o que compete a homens e o que compete a mulheres. Como seria, então, entre esses adolescentes com os quais trabalhei? Essas eram as questões que me instigavam e me levaram a elaboração deste trabalho. Contudo, a respostas a elas dependeriam capacidade interpretativa que eu pudesse exercer, para não simplificar uma realidade cheia de problemas tão próprios.

Observei no contato com o campo que, embora algumas meninas assumissem uma postura ativa, de defesa de seus interesses, a qualquer custo, ainda que isso significasse “partir para a agressão física”, o grupo não esperava delas esse tipo de

postura, mas a entendia como regra inegociável no caso dos garotos. Concluí, provisoriamente, pela existência de códigos de masculinidade na rua demarcados pelo viés de gênero.

Minha intenção foi, então, penetrar esse universo e desvelar seus ordenamentos, tanto quanto nosso referencial teórico-metodológico me permitisse, tanto quanto os sujeitos de minha pesquisa se dispusessem, tanto quanto minha condição de pessoa do sexo feminino me possibilitasse. Assumi os riscos enquanto uma mulher, ao ser identificada com um conjunto de representações sexistas. Entretanto, tomei este risco como um dado na interpretação do *corpus* obtido nas entrevistas. Por outro lado, minha experiência como educadora, me informou também sobre algumas estratégias utilizadas pelos meninos no contato com educadores, bem como a facilidade que têm para elaborar um discurso próprio para convencer educadores sociais. Acredito que tal experiência me foi útil, possibilitando que eu os visse como agentes na construção de sua identidade e não como vítimas.

A discussão é iniciada com a apresentação das categorias de análise adotadas: trajetória de vida nas ruas, identidade, identidade masculina e adolescência. Posteriormente faz-se uma breve articulação entre estas categorias, à qual se segue a apresentação da metodologia escolhida. No quarto capítulo, apresenta-se a análise das entrevistas e da interação entre entrevistadora e entrevistados. No quinto capítulo, encerra-se o trabalho com as considerações finais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

São vários os conceitos que norteiam nossa interpretação da população dos jovens moradores de rua. Para iniciar nos deteremos justamente sobre os que os constituem e sobre as especificidades que apresenta este público, a saber: trajetória de vida nas ruas, identidade, identidade masculina e adolescência.

2.1 TRAJETÓRIA DE VIDA NAS RUAS

Considerando a rua como “toda via ou logradouro público externo: ruas, avenidas, praças, parques, terrenos baldios, estacionamentos, portas/entradas de escolas, de igrejas, de áreas comerciais (feiras, lojas, supermercados, sacolões, shoppings, lanchonetes, bares, restaurantes), de espaços de lazer, (cinemas, teatros, boates, fliperamas, danceterias, estádios), estações de metrô e trem, de terminais rodoviários, viadutos, pontes, passarelas” (LUMEN INSTITUTO DE PESQUISA, 2000, p. 26), abordaremos, nesse trabalho, a temática dos adolescentes que ocupam tais espaços, de forma a torná-los “privados”, em substituição à casa; tanto no que se refere aos usos para necessidades básicas - sono, alimentação, higiene - como para sua socialização.

Matta (1985) entende a rua como uma categoria sociológica fundamental para a compreensão da sociedade brasileira. Isso porque a rua seria uma esfera de significação social que não apenas delimita um contexto e configura atitudes, mas é uma esfera de sentido que constitui a realidade, normaliza e moraliza comportamentos. Interessa-nos, sobretudo, saber como comportamentos próprios da rua se tornam norma e que regras os moralizam, sobretudo os comportamentos ligados à afirmação do masculino.

Matta (1985) define ainda a rua como um local perigoso, repleto de fluidez e movimento, em oposição à casa, que seria espaço de calma, repouso, recuperação e hospitalidade. Pensando a rua tal como Matta (1985) a define, podemos nos questionar sobre a sua habitabilidade, ou seja, a possibilidade de fazê-la habitável. Segundo

Souza (1998) – o qual se baseia no método Malard - os atributos relacionados à habitabilidade são *territorialidade, privacidade, identidade e ambiência*.

A territorialidade refere-se à apropriação e à personalização de um lugar a partir de algum dispositivo capaz de gerar marcos. A qualidade do território demarcado é dada pelas condições que permitam a um indivíduo ou grupo, dominar esse território com a finalidade de se preservar. Segundo esse critério, a rua pode ser considerada habitável na medida em que há possibilidade de gerar marcos sobre as áreas ocupadas (SOUZA, 1998). Entretanto, se considerarmos a transitoriedade desses marcos constituídos na rua, por estarem permanentemente suscetíveis à remoção de maneira inadvertida pelas autoridades – especialmente policiais e prefeitura (agentes de limpeza urbana) – vemos a precariedade da rua como território.

Um outro aspecto relacionado à habitabilidade seria a privacidade, entendida como o controle seletivo do acesso a um indivíduo ou grupo (SOUZA, 1998). Esse aspecto apresenta-se praticamente inexistente, com exceção dos casos em que o indivíduo ou grupo ocupa casas abandonadas. O que se vê nas ruas, com frequência, é a realização de atividades mais íntimas aos olhos de todos (necessidades fisiológicas, higiene pessoal, relações sexuais, etc). Algumas vezes, no intuito de tornar o espaço um pouco mais privado, os moradores da rua tentam encobrir suas atividades com pedaços de papelão, se escondendo atrás de cercas vazadas ou com cobertores. Essas tentativas praticamente ineficazes de tornar privado o espaço público reforçam, ainda mais, o caráter de inabitabilidade do espaço da rua, a nosso ver.

Um terceiro aspecto, relacionado à habitabilidade, seria a identidade. Apoiando-se em estudos realizados por Levi-Strauss na tribo dos Bororos, segundo os quais a destruição espacial do lugar onde viviam provocou a perda da identidade cultural dos integrantes dessa tribo, Malard (apud SOUZA, 1998) afirma que o arranjo espacial é capaz de manter uma coesão social representada no espaço e que confere identidade. Esse arranjo espacial seria eficiente para dar suporte à identidade coletiva (SOUZA, 1998). Considerando a constante desconfiguração e reconfiguração das “quebradas”, das mudanças constantes em virtude da circulação, há que se questionar a influência

dessa espacialização inconstante sobre a construção da identidade do adolescente que vive nas ruas

O quarto aspecto seria a ambiência, que é uma qualidade relacionada ao conjunto de fatores que tornam um ambiente agradável, especialmente no que se refere à iluminação, temperatura e conforto. Segundo Malard (1992), a ambiência seria inerente à interioridade não podendo, *a priori*, ser aplicado à rua. Entretanto, em nossa experiência, vemos um esforço do morador de rua em criar uma ambiência na medida de suas possibilidades, ainda que os efeitos possam parecer insatisfatórios aos olhos daqueles que ocupam espaços ditos habitáveis.

O fato é que, independentemente da condição de habitabilidade (ou inabitabilidade) da rua, o que ela marca de forma contundente é a pobreza. Dias (1994) assinala que o segmento social que habita as ruas expressa indubitavelmente uma situação-limite de pobreza, a qual historicamente perde seu valor positivo de despojamento para significar carência, falta de bens, perda de *status*, poder e sucesso social. E é justamente essa significação atual que inspira a intervenção do estado, das entidades religiosas e organizações não-governamentais.

Muitos já foram os termos usados para designar aqueles a quem, neste trabalho, chamaremos “adolescentes com trajetória de vida nas ruas”. Ainda hoje, quando se busca literatura sobre este público, faz-se necessário recorrer à antiga expressão “menor abandonado”. Esta expressão remonta às práticas de assistência ainda pautadas pela concepção menorista, veiculada pelo Código de Menores, institucionalizado em 1927. De acordo com tal concepção os “menores” – como eram chamados as crianças e adolescentes – deviam ser “educados moral, física e civicamente” (FERREIRA, 2001). O Código de Menores vigorou legalmente até a sanção do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente – transformado em Lei 8069 de 13 de julho de 1990 (FERREIRA, 2001). A autoria do ECA é atribuída à sociedade civil organizada (educadores, juristas, integrantes de movimentos sociais, profissionais da saúde e assistência social, etc), a qual consta na ficha do estatuto como “povo brasileiro”.

A concepção defendida pelo ECA é a da criança e adolescente com direito à proteção integral (segundo doutrina explicitada no Art. 227 da Constituição Brasileira), cidadania garantida, prioridade absoluta (conforme defendido pela Convenção Internacional dos Direitos da Criança), sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento e com garantia de defesa. Com um enfoque mais emancipador, o ECA aboliu o termo “menor”, característico da abordagem basicamente assistencialista do Código de Menores. Em concordância com o ECA, utilizaremos a expressão “adolescentes”, uma vez que nossos sujeitos têm idades entre 12 e 18 anos.

Encontram-se ainda, na literatura, ainda as expressões “meninos de rua”, “crianças e adolescentes em situação de rua” ou “adolescentes em situação de risco pessoal e social”. O Programa Miguilim – especializado em atendimento a crianças e adolescentes que vivem nas ruas, bem como àqueles que vão às ruas para realizar alguma atividade rentável ou são explorados sexualmente – utiliza a denominação adolescentes com trajetória de vida nas ruas. Crianças e adolescentes com trajetória de vida nas ruas são aqueles que se apropriam da rua como espaço de moradia e sobrevivência, sem a companhia de familiar ou adulto responsável. Este público pode ser identificado segundo alguns indicadores, a saber: 1) descuido com a aparência e higiene em decorrência da situação de rua; 2) vínculos familiares e comunitários fragilizados; 3) evasão escolar; 4) sobrevivência garantida por meio de doações, mendicância e atos ilícitos; 5) inalação ostensiva de solvente químico (*tinner*) (CIDOC, 2004).

Optamos pela expressão “trajetória de vida nas ruas” porque nos interessa, sobremaneira, a idéia de trajetória entendida como “seqüência de fatos, relações, interações e papéis que agiram sobre o indivíduo” (AFONSO, 2001, p. 76), e também para enfatizar a vida nas ruas, pois o objetivo do trabalho é, justamente, a compreensão do processo de socialização de gênero nas ruas. A expressão “situação de rua” pode ser aplicada, também, àqueles adolescentes que trabalham na rua, mas voltam para suas casas e, portanto, não moram permanentemente nas ruas.

Já a expressão “situação de risco pessoal e social” não é restrita à situação de rua, podendo ser usada também para designar crianças e adolescentes vítimas de

violência doméstica, por exemplo. A intenção é, mais do que encontrar a denominação politicamente correta, nomear, identificar de forma mais precisa possível para denominar o público-alvo sem, no entanto, atribuir-lhe fixidez num lugar social.

Craidy (1998) faz uma distinção entre menino de rua, menino de gangue e menino infrator. Segundo a autora, o menino de rua seria de origem social muito pobre, tem aparência física marcada pelo desleixo e descuido, não acumula bens, não prevê o futuro, não tem projeto de vida, organiza-se em grupo de maneira fluida e variável. Os grupos de meninos de rua apresentam laços de solidariedade *versus* individualidade e falta o diálogo. Esse menino também apresentaria desejo de ser assumido pelo adulto, mas quando assumido não consegue permanecer.

O menino de gangue, diferentemente, opõe-se ao adulto e à toda autoridade, pratica o culto ao corpo e às artes marciais, usufrui dos bens materiais de forma exibicionista, tem o heroísmo e o destaque social como projeto de vida organiza-se em grupo de forma rígida, autoritária e violenta e pode provir de todas as classes sociais (CRAIDY, 1998).

Já o menino infrator associa-se ao adulto para fins do adulto e é manipulado por ele; pratica o culto ao corpo, ao heroísmo e ao luxo. Busca obtenção de bens para acumulação. Seu projeto de vida é a riqueza e poder, mas sabe que poderá morrer cedo. Os grupos de infratores se organizam de forma rígida e violenta e seus integrantes podem vir de todas as classes sociais. (CRAIDY, 1998)

O adolescente com trajetória de vida de Belo Horizonte assemelha-se bastante ao menino de rua, tal como Craidy (1998) o define, embora, em relação ao adulto e outras autoridades, apresente-se mais próximo ao menino de gangue. Isso acontece também quando o adolescente está ficando mais tempo em sua casa, uma vez que sua aparência física se aproxima mais da aparência do menino de gangue.

Há também a distinção entre menino *de rua* e menino *na rua*. Para efeito de contagem, o Lumen Instituto de Pesquisa (2000, p. 26, grifo do autor) define como menino “em situação *de rua*, crianças e adolescentes que usam espaços públicos (aqui denominados de rua) para trabalhar, esmolar, perambular, brincar e morar; e identificados como *na rua*, crianças e adolescentes que usam as ruas para desenvolver

atividades de sobrevivência, mas que não moram nelas”. De acordo com essa definição, os sujeitos dessa pesquisa se enquadrariam na categoria “menino de rua”.

Ao longo de mais de uma década – um período que vai de 1990 a 2002 – publicaram-se trabalhos descrevendo e analisando a situação de crianças e adolescentes nas ruas a partir de variadas perspectivas de análise, alguns dos quais citaremos sucintamente a seguir. Bomfim et al. (1990) abordam diversos aspectos da vida das meninas nas ruas de Belo Horizonte. Faz-se uma descrição de seu cotidiano a partir do ponto de vista dos protagonistas⁷ tendo, como mérito, fazer soar a voz daquelas que são duplamente subordinadas, isto é, do ponto de vista de classe e de gênero – isso obviamente sem mencionar o viés de raça/etnia que não é objetivo das autoras, mas certamente torna a situação das meninas nas ruas ainda mais complexa.

Utilizando a técnica oral de história de vida, Ataíde (1993) apresenta crianças e adolescentes com trajetória de vida nas ruas de Salvador cujos temas mais freqüentes são família, escola, drogas, roubo e sobrevivência, terminando em um desafio aos governos e à sociedade civil para que se articulem propostas de intervenção junto a esse mesmo público. Sua proposta é denunciar a situação dos meninos de rua – como ela os denomina – que, até então, não passavam de uma “realidade insidiosa e rotineira” apresentada diariamente nos sinais de trânsito.

Numa perspectiva mais antropológica, Milito e Silva (1995, p.3), fazem uma “etnografia sobre a singularidade dos diálogos que envolvem meninos e adolescentes ou que tomam a adolescência e a infância por tema e objeto nas ruas da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro”. Na transcrição do diário de campo constam observações feitas *in loco*, nos programas sociais e eventualmente na casa de alguns dos sujeitos da pesquisa. Percebe-se, em Milito e Silva (1995), não apenas a perspectiva dos meninos e adolescentes, mas também dos outros “atores” que com eles interagem, como transeuntes, policiais, familiares e, em especial, educadores sociais.

⁷ O termo “protagonista” tem sido usado pela assistência para designar aqueles que são sujeitos de sua própria história, em oposição àqueles que não apresentam a capacidade de agência. Nesse caso o termo foi usado como no senso comum, apenas para designar as meninas que relatam suas vivências.

Gregori (2000)⁸ descreve a atividade de “viração” – expressão tomada do linguajar coloquial para designar o ato de “se virar” ou conseguir meios de subsistência nas ruas – dos meninos com trajetória de vida nas ruas de São Paulo. Também é abordado o processo de “circulação”, que é o constante mover-se da criança e do adolescente pelos diversos espaços que podem, eventualmente, ocupar: casa, rua, abrigos, centros de internação e programas sociais. Esse trabalho traz importantes desafios à assistência que, fazendo parte desse circuito, precisa buscar os meios para interromper esse círculo vicioso, de forma que seu público não permaneça na situação de violação de direitos fundamentais. Craidy (1998, p. 53) observa também esse circuito, descrevendo-o como

uma tal *circulação* inclui a casa de parentes e amigos; as instituições assistenciais, principalmente os albergues e a Febem; a rua e os “*mocós*” que podem ser casas abandonadas, recantos situados sob viadutos ou pontes, ou becos diversos ser excluir os próprios esgotos das cidades.

Entretanto Fonseca (1993) entende que a circulação é uma característica não restrita aos meninos de rua, mas que é própria dos grupos de baixa renda brasileiros ligada à conveniência do adulto ou desejo expresso da criança e constitui uma estratégia de sobrevivência.

Ferreira (2001) descreve a trajetória específica das crianças e adolescentes nas ruas de Belo Horizonte, sua passagem por instituições e os efeitos dessa experiência. A principal contribuição da abordagem de Ferreira (2001), ao nosso ver, é a saída do referencial antropológico – igualmente importante, mas já explorado à exaustão por outros autores (MILITO E SILVA, 1995; GREGORI, 2000) – para considerações acerca das implicações da trajetória de rua na constituição dessas crianças e adolescentes como sujeitos, a partir de um referencial psicanalítico.

Neiva-Silva e Koller (2002), em artigo sobre a rua como contexto de desenvolvimento - a partir de pesquisa realizada na cidade de Porto Alegre - fazem uma descrição desse mesmo público segundo as categorias: atividade exercida, vínculo com a família, local de permanência, aparência pessoal e presença de um adulto responsável. A inovação desse trabalho consiste na avaliação da situação de rua do

⁸ O título da obra de Gregori é “Viração – experiências de meninos nas ruas”

ponto de vista do desenvolvimento humano, sem ceder à visão do senso comum de que a vida nas ruas só traz prejuízos ao desenvolvimento. Ressaltam-se, além dos prejuízos, as habilidades desenvolvidas por crianças e adolescentes neste contexto de desenvolvimento, todavia sem desconsiderar os riscos e a situação de violação de direitos em que elas se encontram.

Descreveremos os adolescentes a partir do ponto de vista de uma educadora social, em seu contato diário com esse público ao longo de dois anos, recorrendo aos autores que nos precederam nessa tarefa, sempre que necessário. A literatura acima citada serve de referência, sobretudo, quando formula algumas categorias para interpretar o cotidiano desse público e também pelas formas como reinterpreta a socialização primária e a reconstrução da identidade, incorporando o viés de gênero.

Durante o ano de 2003, o Programa Miguilim atendeu cerca de 1626 crianças e adolescentes; adolescentes (12 a 17 anos) compõem um universo de 69,17% (1145 atendidos). Para descrição do público, usam-se ainda – além da faixa etária - as categorias sexo, situação de risco e procedência. Quanto ao sexo, 31,18% (507) dos atendidos são meninas e 68,82% (1119) são meninos. Quanto à situação de risco, 44,71% (727) têm trajetória de vida nas ruas, 11,38% (185) estão na categoria trabalho infantil (usam a rua para obterem ganhos monetários para sobrevivência da família ou a sua própria sem companhia de adulto responsável), 0,80% (13) têm trajetória e trabalham na rua e 43,11% (701) são enquadrados na categoria “outros” (que são aqueles que chegam ao Programa Miguilim devido a situações risco outras que não trabalho infantil ou trajetória de rua, mas, em geral, abuso sexual ou violência doméstica).

Esses dados⁹ mostram que a maioria dos atendidos é adolescente, do sexo masculino e tem trajetória de rua, o que, em termos estatísticos, revela que os sujeitos de nossa pesquisa correspondem ao perfil predominante dos atendidos do Programa Miguilim. Passemos então a uma descrição desse público.

Tomando a categoria pensada por Neiva-Silva e Koller (2002), começaremos pela aparência pessoal: os adolescentes, pela precariedade de condições que a rua lhes oferece, estão quase sempre usando roupas sujas, de tamanhos inadequados ao

⁹ Dados do CIDOC (Centro de Informação e Documentação) – Programa Miguilim.

corpo, descalços e, como bem consideraram Milito e Silva (1995, p.110) têm um odor característico: “Os meninos da praça Tiradentes têm carinhas desoladas, ora avivadas por algum mimo que a gente lhes ofereça, mas têm sobretudo, cheiro”. De fato, o educador social é capaz de reconhecer uma “quebrada”¹⁰, mesmo na ausência dos ocupantes, não apenas pelos objetos deixados por eles – cobertores, peças de roupa, restos de comida – mas principalmente pelo cheiro. Tais considerações podem parecer abjetas, mas sinalizam, de maneira inequívoca, o que é viver na rua, a experiência do educador e os efeitos concretos da exclusão.

Em algumas situações específicas a aparência dos adolescentes se altera. Quando volta a dormir em sua casa – mesmo ainda freqüentando a rua durante o dia e parte da noite – ou quando está abrigado em um centro de passagem¹¹, o adolescente passa a se apresentar com roupas limpas e calçados. Não é incomum a presença de “buchinhas”¹² de *tinner*,¹³ que é aspirado pela boca. O *tinner* é bastante difundido entre as crianças e adolescentes com trajetória de vida nas ruas, embora tenhamos notícia – pelas próprias crianças e adolescentes - do uso de maconha e craque.

As atividades relacionadas à “viração” compreendem o roubo, a mendicância, o tomar conta de carros e atividades relacionadas ao tráfico de drogas. Em geral a alimentação é fornecida por grupos de cunho religioso que se revezam na distribuição de sopas e pães. Devido à excessiva oferta, desprezam-se grandes quantidades de alimento. Percebemos também a vinda às ruas de muitas crianças e adolescentes de baixa renda, que não vivem nas ruas - por vezes de famílias inteiras – especificamente nos horários em que se tem como certa a distribuição de alimentos por parte dos grupos religiosos. Tal ocorrência nos leva a questionar se ação desses grupos não estaria apenas contribuindo para o aumento da população de rua, ao invés de apenas amenizar as dificuldades daqueles que já se fixaram nesse espaço.

Dias (1994) afirma que na rua não se passa fome. E aponta a existência de “bocas de rango” por toda a cidade de São Paulo, as quais são escolhidas ou não pelos

¹⁰ Local de permanência dos meninos, no linguajar próprio do grupo

¹¹ São abrigos para onde as crianças e adolescentes são encaminhados, em geral pelo programa Miguilim, polícia ou Juizado da Infância e Juventude, podendo permanecer por, no máximo, 3 meses até que se faça um retorno familiar ou abrigamento definitivo.

¹² Pedaco de pano que é embebido em *tinner*.

¹³ *Tinner* é um solvente de tintas, usado como droga pela população de rua.

moradores de rua em função da qualidade da comida. Assim sendo, o morador de rua não apenas tem o que comer como também pode escolher que alimento prefere. Também em Belo Horizonte se observa esse fato. Em certa ocasião, educadores do Miguilim assistiram a uma guerra de bombons entre alguns adolescentes. Ou seja, não apenas eles tinham acesso ao alimento, mas também a guloseimas, as quais se davam ao luxo de desprezar usando como “munição” em uma de suas brincadeiras.

Entendemos que a organização dos adolescentes de rua é em grupo - se tomarmos a definição de grupo de Pichón-Rivière (1998), segundo o qual um grupo é um conjunto de pessoas ligadas entre si por constantes de tempo e espaço, articuladas por sua mútua representação interna, que se propõem uma tarefa, cuja realização é a finalidade do grupo. A estrutura e função do grupo serão dadas por mecanismos de assunção e adjudicação de papéis. Os papéis que serão assumidos pelos integrantes do grupo representam as condutas esperadas para a posição de cada um no grupo, pelas expectativas de cada um em relação a elas e pelas expectativas do grupo (PICHÓN-RIVIÈRE, 2000).

Assim sendo, as crianças e adolescentes se organizam em grupos, uma vez que se unem na tarefa de garantir a sobrevivência, assumem papéis dentro desses mesmos grupos e se ligam pelo espaço - a “quebrada” – e pelo tempo, especificamente o tempo da rua, marcado por imediatismo e fragmentação.

As relações, tanto intragrupos quanto intergrupos, são marcadas por namoros, amizades, rivalidades e disputas de poder. As experiências relacionadas à sexualidade são, de certa forma, obscuras. E quando trazidas à tona, vêm em tom confessional. Embora a prática da “ronda”, descrita por Bomfim et al. (1990)¹⁴ tenha sido extinta – como as autoras já sinalizavam, há relatos de estupros e abusos. As relações homossexuais parecem constantes e inconfessáveis, embora a maioria dos adolescentes não se considere homossexual.

Segundo Dias (1994) os motivos que levam as crianças e adolescentes às ruas podem ser os mais variados: violência e maus-tratos (conflitos com os pais e parentes

¹⁴ Expressão usada por crianças e adolescentes que viviam nas ruas nos anos 1990 para designar um estupro a uma menina de rua perpetrado por um grupo, como castigo à traição, ser melhor na atividade de roubo que os meninos ou qualquer situação em que um menino se sentisse prejudicado ou diminuído por uma menina.

próximos); dificuldades econômicas e emocionais da família diante das quais essas crianças e adolescentes acreditam ter de sair de casa para buscar melhores condições; busca de aventuras; necessidade de ganhar dinheiro ou conhecer o mundo; opção por um mundo diferente daquele do trabalho regular que culmina com a entrada na marginalidade; ou ainda vão para as ruas aqueles que não têm família e viveram sempre em instituições.

Uma vez instalados na rua, a resistência à mudança é uma característica bastante marcante nos adolescentes. Ela seria um dos elementos que compõem a cena da rua, porque faz com que permaneçam nessa situação e é um grande dificultador no trabalho do educador. Não discutimos aqui as causas que levam uma criança ou adolescente a optar por viver nas ruas, mas apontamos um dos obstáculos que se impõem ao educador na tarefa de construir com os adolescentes alternativas à situação de rua.

Em minha experiência como educadora me deparei, inúmeras vezes, com adolescentes que vacilam diante das possibilidades de mudança, seja rejeitando de imediato as propostas dos educadores, seja não cumprindo com os combinados, ou ainda recusando-se terminantemente ao diálogo. E além dessas expressões do que interpreto como resistência à mudança, observei também a dificuldade de desvinculação com a rua entre aqueles que dizem ter voltado para casa, mas continuam freqüentando a rua para passear ou, em seu linguajar, “dar rolé”.

Esse é um fenômeno que se observa também entre os que estão abrigados em centros de passagem: como o centro de passagem trabalha de acordo com o princípio de proteção e não de privação de liberdade, é permitido aos adolescentes abrigados que saiam para o “rolé” (passeio). Não raro esses adolescentes voltam às ruas durante o “rolé”, retomando o contato com os companheiros de “quebrada” e às atividades da rua. Esse fato pode fazer com que pesquisadores que observam à distância confundam meninos que estão de fato morando nas ruas com aqueles que estão abrigados, mas passam parte do dia na rua.

Outra manifestação dessa resistência é o não cumprimento de “combinados”, isto é, dos acordos pré-estabelecidos. Freqüentemente educadores “combinam” com adolescentes uma visita à sua casa, a um centro de passagem ou uma atividade lúdica

e os meninos simplesmente não comparecem. Em outras situações, o educador chega a negociar a inclusão do adolescente em cursos profissionalizantes, em programas de atendimento a jovens em situação de risco ou em programas de renda mínima para a família e o adolescente recusa o benefício por se dizer incapaz de voltar para casa (o que é exigência básica para sua inclusão no programa) ou, simplesmente, se mostra desmotivado nesta ocasião.

As manifestações de resistência não são apenas individuais, mas também coletivas. Em algumas circunstâncias observamos o grupo apedrejar o carro utilizado pelos educadores para levar algum adolescente a um dos abrigos locais ou a uma atividade lúdica. Por outras vezes sofríamos a interferência de adultos de rua na abordagem, seja demandando nossa atenção para si, seja simplesmente vetando a nossa aproximação ou dificultando nosso diálogo com os adolescentes. Isto nos leva a um questionamento: estariam os programas sendo delineados fora do quadro de referência da população a que se destina, e as manifestações pessoais ou grupais de resistência seriam a linguagem da oposição explícita?

Os adultos em situação de rua demonstram, na maioria das vezes, um misto de tentativa de controle sobre os adolescentes (por desejarem manter o controle sobre o ponto de permanência ou para manter alguma “relação de exclusividade” com o adolescente em questão) e necessidade de conseguir atenção dos educadores (que, por uma questão de definição de público-alvo, concentram suas intervenções juntos aos adolescentes). Nos questionamos ainda se não haveria a intenção de esconder dos educadores alguma atividade ilícita ou conversação comprometedora. Por todas essas razões os adultos em situação de rua, muitas vezes, dificultavam o contato dos educadores com os adolescentes.

Assim, por necessidade de controle, eles mantinham uma postura agressiva, defendendo o ponto e tentando nos afastar. Se desejavam atenção, exibiam uma postura reivindicativa que monopolizava, ainda que por pouco tempo, a conversa. Algumas vezes não era necessário que os adultos agissem, pois os próprios adolescentes sabotavam a abordagem, colocando a participação dos adultos como

condição para sua adesão às nossas propostas de atividade¹⁵. Quando os adolescentes se mostravam irredutíveis em relação à participação dos adultos, a atividade não chegava a se efetivar.

Nessas ocasiões chegávamos a nos questionar se era a nossa proibição à participação dos adultos que causava a recusa dos meninos em participar da atividade, ou se já haveria uma predisposição dos meninos em não aderir à atividade e assim sendo, eles usavam essa proibição à participação dos adultos como desculpa. Ou ainda, lanço uma terceira hipótese, que é de que esses meninos estavam nos testando para saber até onde iríamos por eles, se chegaríamos a romper com nossas próprias regras em nome desse momento privilegiado de intervenção que se dava na atividade lúdica. Contudo, qualquer uma dessas hipóteses aponta para uma relação especialmente tensa entre adolescentes, educadores sociais e adultos em situação de rua, um exercício de insistência e resistência sob forte interferência (quando não sabotagem) dos adultos que se mostrava desgastante para todos.

Tais momentos estavam longe de serem os mais tensos entre educadores e adolescentes. Quando se trata de abordagem dessa população, a tensão era consideravelmente maior nos momentos que culminavam com os adolescentes agredindo os educadores verbal e, inclusive, fisicamente. Em minha experiência como educadora fui alvejada pelos meninos com caroços de manga, pedras e tapas; outros colegas de equipe foram alvo de cuspes. Isso sem mencionar as agressões verbais, essas sim, bem mais freqüentes. Não pretendo com esse relato denegrir ainda mais a imagem do adolescente de rua, mas sim dar uma idéia mais próxima possível do que foi minha experiência como educadora. E tais eventos fizeram parte dessa experiência.

E ainda hoje me fazem questionar a pertinência de pedagogia de Paulo Freire quando se trata desse público. Há um processo anterior à essa pedagogia quando se trata de educação de rua, que é, justamente a capacidade de simbolizar as frustrações – ou seja, expressá-las em palavras. Os adolescentes dificilmente demonstravam a

¹⁵ Nossa metodologia de trabalho envolvia a realização de atividades lúdicas em espaços alternativos à rua. Contudo, apenas os adolescentes eram convidados a participar. Essa restrição gerava descontentamento entre os adultos em situação de rua, mas por vezes os próprios adolescentes exigiam que convidássemos também os adultos, sob a ameaça de não aceitarem nossa proposta caso os adultos não fossem. Nesse caso, deixávamos de realizar a atividade, pois realmente não poderíamos levar os adultos.

capacidade de transformar em palavras o ódio que sentiam: em lugar da verbalização, o que encontramos é a passagem ao ato.

Em certa ocasião, abordei um adolescente com uma das mãos enfaixada. Perguntei o que houve e ele me disse que, estando com muita raiva, tinha decidido ir ao Miguilim Cultural quebrar alguns vidros. Lá chegando, foi o que fez: quebrou um vidro com um soco e foi encaminhado para o hospital para suturar o corte. Caso se sentisse capaz de falar dessa raiva, esse adolescente poderia conversar com qualquer um dos educadores que estavam no espaço preparados para atendê-lo, entretanto quebrar a vidraça era seu único recurso para se expressar no momento. Interessante observar que não valeria a pena quebrar qualquer vidraça. A vidraça quebrada deveria ser a do Miguilim, isto é, uma quebradeira endereçada a quem teria capital simbólico e interesse em ajudá-lo a desvendar a própria raiva.

Aparentemente em algumas situações a contenção física (ainda que com o uso de força policial) pode ser mais eficaz que a pedagogia de Paulo Freire que se mostra incrivelmente avançada em termos éticos, quando aplicada àqueles que internalizaram minimamente as regras básicas de convívio social, como o uso da linguagem e a interdição da agressão física, o que não é exatamente o caso dos meninos de rua. Esta avaliação, aparentemente autoritária, está alicerçada na interpretação de que o público jovem morador de rua ou em situação de rua não passou por muitas das etapas de socialização que o levariam a acatar regras e limites externos, estabelecer acordos e negociações. Assim esse público acaba por dirimir conflitos utilizando-se principalmente da violência física, especialmente por estar em uma etapa infantilizada de enfrentamento de suas emoções.

Utilizando-se mal de diferentes recursos de enfrentamento de raivas, frustrações e desafeto; ainda com grande dificuldade no uso da verbalização procuram dizer, com sua recusa clara e insistente, com sua ação física desmedida em relação ao que a elicia, e com sua precária, mas útil associação com um adulto, sinalizam que os projetos de inclusão ou de proteção que lhes são acenados podem estar equivocados na sua base, na sua formulação.

Em algumas situações os próprios adolescentes reconheciam a legitimidade do uso de força policial. Naquela situação em que minha equipe foi atingida por caroços de

manga, decidimos comunicar o ocorrido aos policiais que estavam num posto próximo. Na verdade, os policiais declararam que nada podiam fazer, mas o fato de termos ido procurar sua intervenção teve um efeito moral: os adolescentes do grupo que nos agrediu vieram a se retratar conosco após o ocorrido e dali em diante assumiram uma postura mais respeitosa perante a equipe.

Novamente podemos refletir sobre a precária socialização dessa população: talvez esteja faltando o limite imposto pelos adultos - condição considerada necessária em nossa cultura - para obter submissão ao coletivo, às regras de convivência, e redução da expressão de impulsos destrutivos.

Em outra circunstância, os adolescentes se preparavam para uma apresentação da banda¹⁶, quando um deles, cuja participação estava interdita por motivo de não comparecimento aos ensaios, começou um tumulto no espaço do evento, exigindo sua participação. Esse adolescente tentou pegar um tambor e um uniforme para si e, não conseguindo, começou a jogar pedras nas vidraças do espaço, tentando quebrá-las, quando foi fisicamente contido pelo educador responsável pela banda. O adolescente foi retirado do espaço e a apresentação transcorreu sem maiores problemas, até que, no final, constatamos que um dos uniformes havia sido desaparecido. O próprio grupo delatou o autor do roubo. Provavelmente nossa própria ação indicou ao adolescente que seria possível roubar, pois ele acabara de assistir à depredação do espaço por outro adolescente sem maiores conseqüências.

As situações em que os adolescentes estavam mais expostos a interdições era em seu convívio com a polícia, em geral marcado por alguma truculência e abusos de poder que chegavam a exigir nossa intervenção em algumas situações. Não sendo papel da polícia “resolver a situação dos meninos de rua”, sua ação se limitava, na maioria das vezes, a queimar o *tinner* dos adolescentes e mandar que “circulassem”; isto é, não se pode resolver o problema, mas se pode afastá-lo para longe dos olhares. Isto aponta para uma certa ressocialização desses meninos, que aprendem, na convivência com os policiais, que os limites que lhes são impostos não são eficazes, mas paliativos, e que sua presença é indesejável.

¹⁶ A banda do Miguilim Cultural, formada por meninos de rua, sob a regência de um arte-educador ensaiava semanalmente e tinha a participação nos ensaios como condição para apresentação em público.

Além dessa atuação típica da polícia no dia-a-dia dos adolescentes, houve também, no período de campo, relatos sobre policiais agredindo meninos fisicamente, sendo que uma dessas agressões chegou a ser denunciada à Corregedoria da Polícia Militar pelo adolescente, com apoio do Programa Miguilim. O adolescente vitimado passou a ser sistematicamente ameaçado por seu agressor.

Todavia, ainda que ocorram abusos de poder intergeracional e de gênero, não se pode prescindir completamente da intervenção policial, justamente por essa dificuldade dos educandos com as tais regras básicas de convivência, cuja “implementação” muitas vezes foge à competência do educador, por demandar o uso de contenção física. E, curiosamente, os policiais parecem desfrutar de uma reputação um tanto ambígua entre os adolescentes: por um lado o inimigo violento que interdita, por outro, um ideal de força e poder. O Lumen Instituto de Pesquisa (2000, p. 127, grifo nosso) verificou uma preferência significativa entre as crianças e adolescentes de rua pela profissão de policial:

Quanto à qualificação desejada para exercer uma profissão, em primeiro lugar, crianças e adolescentes manifestaram o desejo de serem motorista, trabalhar na área de saúde e *policiais* com índice superior a 10%. Em segundo lugar aparecem as profissões de advogado e jogador de futebol com índice 9%.

A assistência social, nas figuras dos educadores sociais, técnicos e conselheiros tutelares, trabalham com as crianças e adolescentes de forma a estimulá-los na construção de um novo projeto de vida, o qual tenha relação mais com sua promoção e proteção do que com a violação de direitos. Uma das frentes em que se busca intervir é a família. Desde que esta assumiu uma função moral e espiritual, suprimindo a necessidade de identidade e intimidade das pessoas, passou-se a considerá-la como meio privilegiado para o desenvolvimento da criança (Ariès, 1981): toda a construção do Estatuto da Criança e do Adolescente está alicerçado nesta leitura, o que se pode verificar na formulação das leis que tratam da infância e da adolescência. E, sendo o ECA o norte da intervenção, a primeira alternativa de encaminhamento é sempre a família, a menos que o retorno seja inviável ou não-recomendável. Neste último caso (retorno não-recomendável) espera-se uma justificativa bastante impactante, como

explícita presença de violência doméstica ou risco de vida; caso contrário, a prescrição de retorno ao grupo familiar permanece como saída e indicativo.

Embora reconheça a que a situação de rua expõe a criança e o adolescente a situações de risco pessoal e social, por exacerbar e multiplicar situações de negligência, violência, exploração e crueldade, o Lumen Instituto de Pesquisa (2000) salienta que a rua expressa um espaço de ludicidade e lazer, que são elementos presentes na vida de crianças e adolescentes. Além disso, a rua pode representar, muitas vezes, um espaço de socialização no qual a criança e o adolescente interagem com os diversos atores sociais presentes nesse espaço, com instituições do poder público e privado e portanto, uma extensão do processo de socialização dessas crianças e adolescentes. (LUMEN INSTITUTO DE PESQUISA, 2000)

Dias (1994) assinala que a rua vai, aos poucos, sendo percebida pelo morador de rua não como um contraponto da casa – geralmente associada à cooperação e proteção – mas um espaço possível de sobrevivência. Se, por um lado, há perdas, por outra há também aquisições. A título de exemplo, Dias (1994) cita a substituição do trabalho temporário por outras formas de trabalho, como a “catação de papel” e os “bicos” em geral; há também a construção de vínculos com companheiros de rua e instituições assistenciais, paralela à perda de vínculos com a família e instituições de trabalho. Se por um lado esse morador de rua deixa de ser um consumidor de bens e serviços através do mercado (alimentação, vestuário, habitação), por outro ele passa a ser a obter esses bens e serviços através de instituições assistenciais públicas, privadas e grupos informais.

Contudo, as observações de Dias (1994) referem-se aos adultos de rua. No caso dos adolescentes, mais preocupante é a perda da possibilidade de serem vistos como sujeitos de direitos e passar a condição de marginais, objeto de pena, assistência ou repressão (Craidy, 1998). É no intuito de evitar que a criança e o adolescente percam a possibilidade de serem vistos como sujeitos de direitos que se empreende a educação social de rua.

2.2. A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

Entendemos que a trajetória de vida nas ruas, onde se aprendem novos códigos de sociabilidade, aliada às especificidades da adolescência e ao distanciamento do grupo familiar, ensejam um novo cenário para a construção da identidade. Entretanto, antes de pensar a influência desse novo cenário e dessas novas relações, apresentaremos nossa visão do processo de construção da identidade que se baseia nas idéias de Goffman respeito da interação social, na formação do *self* ou habilidade do sujeito de se tornar objeto para si mesmo apresentada por Mead (1934) e, finalmente, na identidade narrativa postulada por Ricoeur (1997).

2.2.1. A construção da identidade na interação social

Na introdução à obra *Interaction Ritual* (GOFFMAN, 1982), o autor esclarece que tratará não dos homens e seus momentos, mas dos momentos e seus homens.¹⁷ Assim, ele define, como foco de sua análise, as interações entre as pessoas, desvendando os efeitos da interação sobre a constituição do sujeito. Para tanto, Goffman (1982) reconhece que há uma psicologia envolvida em sua análise, mas apenas o mínimo necessário ao estudo sociológico desses *momentos* que formam as pessoas. A tais momentos Goffman (1982) chamou *rituais de interação*.

O termo interação é definido por Goffman (1982) como a influência recíproca dos indivíduos sobre as ações uns dos outros, quando em presença física imediata. Já o termo “ritual” refere-se ao fato de que cada pessoa é um ente sagrado, que precisa ser mantido e respeitado durante a interação. Segundo Goffman (1982, p. 95), falar em ritual é oportuno porque cada pessoa se comporta como um deus:

Perhaps the individual is so viable a god because he can actually understand the ceremonial significance of the way he is treated, and quite on his own can respond dramatically to what is proffered him. In contacts between such deities there is no need of middlemen; each of these gods is able to serve as his own priest.¹⁸

¹⁷ “Not, then, men and their moments. Rather moments and their men.” (GOFFMAN, 1982, p.3).

¹⁸ “Talvez o indivíduo seja um deus tão viável porque ele pode entender perfeitamente o significado cerimonial da forma como é tratado e pode, por si próprio, responder dramaticamente ao que lhe é

Para explicitar as condições em que se dão esses rituais de interação, Goffman (1982) lança mão dos conceitos de *linha* e *face*. O primeiro deles, *linha*, diz respeito aos padrões verbais e não-verbais, através do qual alguém expressa sua visão da situação de interação e, a partir daí, sua avaliação de cada participante e principalmente de si mesmo. Já o conceito de *face* significa o valor social positivo que um indivíduo reivindica, uma imagem do sujeito baseada nos atributos socialmente aceitos e que derivam da linha que manteve, isto é, a realidade social construída por ele e pelos outros (GOFFMAN, 1982).

Há um movimento tanto de defesa em relação à própria face (orientação defensiva), quanto de proteção da face do outro (orientação protetora), para que o ritual de interação ocorra, ou seja, a manutenção da face é uma condição da interação e não seu objetivo (MENDES, 2002). A manutenção da face serviria para garantir à pessoa sua permanência na interação como alguém que tem orgulho, honra e dignidade e, portanto está em condições de expressar sua subjetividade tanto quanto os outros.

Num ritual, onde importa manter a *face* de cada participante, há que se pensar que essa “imagem” tenha relação não apenas com as regras sociais, mas com aquilo que cada indivíduo é ou deseja ser. Goffman (1988), ao cunhar o conceito de identidade do ego, nos diz que a identidade sentida pelo sujeito - o que ele pensa ser, a sensação subjetiva de sua situação, de sua continuidade e de seu caráter - é obtida por ele como resultado de suas experiências sociais (GOFFMAN, 1988).

Dadas as condições de interação, Goffman (1982) apresenta a interação propriamente dita por meio da metáfora da representação teatral. Nesta perspectiva, os papéis sociais seriam definidos como a promulgação de direitos e deveres ligados a uma determinada situação social (GOFFMAN, 1975). Goffman entende que o fator fundamental na estrutura dos encontros sociais é a manutenção de uma única definição da situação que deve ser expressa e mantida, mesmo quando ocorrerem rupturas. Buscando compreender como essa definição se mantém, Goffman (1975) utiliza a metáfora da representação teatral para abordar as técnicas utilizadas pelas pessoas na vida cotidiana para manter a situação social real.

oferecido. Nos contatos entre tais deidades não há necessidade de intermediários; cada um desses deuses é capaz de servir como seu próprio padre.” (Tradução nossa)

Embora admita que a afirmação de que “o mundo inteiro é um palco” não pode ser levada inteiramente a sério – considerando que há diferenças significativas entre a representação de um personagem no palco e a atuação de uma pessoa na vida real – Goffman (1975) acredita que a metáfora do teatro seja pertinente porque as técnicas usadas para se manter a definição da situação, segundo essa perspectiva, o eu não teria uma localização definida ou um caráter orgânico: seria um efeito dramático que surge de maneira difusa na cena (GOFFMAN, 1975).

O indivíduo é analisado por Goffman (1975) como ator e como personagem. O personagem e o indivíduo se equiparam de certa forma e as características de ambos são evocadas pela representação. A personalidade é atribuída pela platéia ao indivíduo quando este apresenta uma imagem digna de crédito, ou seja, quando representa bem seu papel. O possuidor do eu seria mais um “cabide”, onde são pendurados os atributos fornecidos pela platéia quando esta interpreta a cena; e pelos outros elementos do estabelecimento social, que são: a *região de fundo* – onde a representação é preparada – com suas ferramentas; a *região de fachada* – onde a representação ocorre – com apoios fixos; a *equipe de palco* – formada pelos outros atores – com suportes disponíveis. Esses elementos são expostos quando o lento mecanismo de produção do “eu” é rompido; todavia, se ele funciona bem, o “eu” parecerá emergir intrinsecamente do ator.

O ator tem uma série de atributos, de natureza psicológica, que surgem da interação das contingências da representação no palco. Tais atributos – como capacidade de aprender, que se exerce na tarefa de treinamento para um papel, propensão ao sonho e fantasia, desejo gregário e interesse por assuntos dos outros, ou sentimento de vergonha, que leva o ator a se expor pouco – influenciam, também, na construção do “eu” pela platéia e importa, sobremaneira, saber se esse “eu” será acreditado ou desacreditado.

Segundo Goffman (1988), diz-se que o “eu” é desacreditado quando há uma discrepância entre a identidade social real e a identidade social virtual de um indivíduo. Goffman (1988) define a identidade social em duas instâncias: a identidade social virtual - composta pelas demandas dos outros em relação ao indivíduo e também pelos

atributos que se acredita que ele tenha – e a identidade social real, formada pelos atributos que o indivíduo prova realmente possuir.

Além da identidade social, há também, em Goffman, a definição de identidade pessoal que refere-se à idéia de unicidade e de história de vida, ou seja, o que confere uma identidade a um indivíduo são as marcas positivas ou apoios de identidade (o nome próprio, as impressões digitais, a imagem fotográfica do indivíduo na mente de outros) e também a seqüência única de eventos que compõem sua história pessoal.

Diferentemente dessa noção, Goffman (1988) traz também a noção de identidade do eu, que seria a identidade experimentada ou o sentido subjetivo de sua própria situação, ou sua própria continuidade e caráter, que o indivíduo vem a obter como resultado de suas várias experiências sociais. A identidade do eu é, segundo Goffman (1988), uma questão subjetiva e reflexiva, que deve ser experimentada pelo indivíduo cuja identidade está em jogo. Essa identidade é formada a partir do material que as pessoas usaram para construir sua identidade pessoal e social, mas o indivíduo é, até certo ponto, livre para construí-la.

O “eu” desacreditado é entendido por Goffman (1988) como portador de um estigma. O termo “estigma” era usado pelos gregos para designar sinais corporais que evidenciavam algo de extraordinário, ou mau, sobre o *status* moral de quem o apresentava (GOFFMAN, 1988). Atualmente o estigma é entendido como uma característica que torna um indivíduo diferente, menos desejável e, em casos extremos, má, perigosa ou fraca. O estigma é visto como um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem e é usado, por Goffman, como um atributo profundamente depreciativo. Podem ser de três tipos: os estigmas do corpo ou deformações físicas, as culpas de caráter individual (vício, alcoolismo, distúrbio mental, prisão, etc.) e os estigmas tribais de raça, nação e religião. O estigma é considerado uma discrepância entre a identidade social virtual e a real porque é incongruente com o estereótipo criado para um determinado tipo de indivíduo (GOFFMAN, 1988).

2.2.2. O indivíduo como objeto para si mesmo

Mais que pensar em como se constitui o indivíduo, é preciso enfatizar também a possibilidade dele de tornar-se objeto para si mesmo, uma vez que consideramos a dialética entre a formação da identidade e a interação social, isto é, entendemos que a identidade se forma a partir da experiência social e, a partir do que o indivíduo construiu sobre si mesmo, das definições que se atribui, é que ele irá se lançar na interação com outros.

Mead (1934) nos apresenta um modelo de construção do indivíduo auto-consciente que tem, como condições *sine qua non*, a interação social e a linguagem. Para utilizarmos a terminologia de Mead, chamaremos autoconsciência de *self*. A palavra inglesa *self* tem um sentido reflexivo e, portanto, indica a idéia de sujeito e objeto simultaneamente, ou seja, a possibilidade do sujeito de tornar-se objeto para si mesmo. Assim, esse termo torna-se bastante apropriado para tratar da capacidade dos indivíduos de se perceberem, a partir de seu contexto e de proferirem um determinado discurso sobre si mesmos.

Entendendo a identidade como a resposta que um indivíduo oferece à pergunta “quem é você?”, consideramos que esta coincide com a formação da autoconsciência ou *self*. Dessa forma, nossa investigação sobre identidade será, inevitavelmente, a investigação sobre como se forma o *self*, tal como o definiu Mead (1934).

É a comunicação que torna possível o sujeito fazer-se objeto para si mesmo. A comunicação a que Mead (1934) se refere é aquela em que há símbolos significativos que podem ser dirigidos pelo indivíduo aos outros e a ele mesmo. Se o indivíduo é capaz de dirigir um desses símbolos significativos a si mesmo e responder a ele, então torna-se objeto para si.

O *self*, conforme já mencionamos, tem a característica de ser um objeto para si mesmo e essa característica o distingue de outros objetos e do corpo. (MEAD, 1934). Mead (1934) exemplifica dizendo que o corpo pode perceber partes suas isoladamente, mas não pode se perceber como um todo, assim como faz o *self*. De fato, se considerarmos nossa habilidade de propriocepção – a percepção sensorial de posicionamento de um segmento corporal em relação ao espaço – percebemos as

partes do corpo separadamente, mas não podemos percebê-lo como um todo. Podemos perder uma parte do corpo sem grandes prejuízos para o *self*.

Mead ainda usa, como exemplo, a idéia dos duplos que estão presentes nas brincadeiras das crianças - como amigos imaginários - e entre os religiosos, que acreditam que a alma deixa o corpo quando morremos. Nesses casos o *self* tem uma existência independente de um corpo.

O *self*, como algo que emerge do processo social, não pode ser único, indivisível. Isso porque o *self* se organiza em relação à sociedade à qual o indivíduo pertence, e a situação na qual se encontra. Ele é composto por várias unidades, sendo cada uma delas relativas a um dos grupos aos quais a pessoa pertence. Por isso algumas vezes se diz que alguém não é mais o mesmo ou não age mais como costumava agir. O *self* não entra integralmente em todos os contatos sociais e é possível que a própria pessoa tenha certos hábitos dos quais não tem consciência. Os aspectos do *self* que são desconhecidos pela indivíduo são chamados por Mead “*self* inconsciente” (MEAD, 1934).

O *self* se desenvolve em dois estágios: no primeiro deles o *self* do indivíduo é constituído, simplesmente, por uma organização de atitudes particulares dos outros indivíduos em relação a ele e entre si, em atos sociais específicos, nos quais o indivíduo participa com os outros. No segundo estágio, o *self* do indivíduo está completamente desenvolvido e é formado não apenas por uma organização dessas atitudes individuais particulares, mas também por uma organização das atitudes sociais do outro generalizado ou do grupo social como um todo ao qual o indivíduo pertence.

O outro generalizado dá ao indivíduo sua unidade de *self* e pode ser definido como a comunidade ou grupo organizado. A atitude do outro generalizado é a atitude da comunidade inteira. Essas atitudes do grupo são trazidas ao campo da experiência do indivíduo e são incluídas como elementos que constituem seu *self*, tão logo sejam organizadas e generalizadas, de tal forma que possam ser adotadas pelo indivíduo (MEAD, 1934). O outro generalizado funcionaria como um mediador entre o indivíduo e a sociedade, sendo a forma concreta com que a esta opera sobre aquele, oferecendo as possibilidades de ação em uma determinada situação (SASS, 2004).

Assim, percebemos que tanto a interação - que possibilita ao indivíduo formar um *self* de acordo com a pauta de sua sociedade – quanto a linguagem, que possibilita ao indivíduo significar os gestos dos outros que lhe são dirigidos e também dirigir atitudes aos outros e a si mesmo, são fundamentais para a formação do *self* de Mead.

O *self* é um processo social que é levado adiante em duas fases distintas: o “eu” e o “mim”. O “eu” é a resposta do organismo às atitudes dos outros e o “mim” é o conjunto organizado de atitudes dos outros que alguém assume. As atitudes dos outros constituem um “mim” organizado, ao qual o indivíduo reage como um “eu” (MEAD, 1934).

O “eu” é uma figura histórica, pois sempre que nos lembramos de nós mesmos em ação é do “eu” que nos lembramos, uma vez que é sempre o “eu” que empreende a ação. E essa ação é sempre imprevisível, pois, por mais que uma ação seja planejada, sempre pode ocorrer algo em seu curso que a transforme. Assim, o “eu”, mesmo que reaja a um “mim”, que é a organização de atitudes dos outros que já aconteceram e foram incorporadas ao campo de nossa experiência, traz sempre a possibilidade de inovação, de mudança social.

O “mim” é, de certa forma, um censor, pois é ele que dita ao “eu” qual é a pauta da sociedade, em suas ações e posturas éticas. Ele informa ao indivíduo sobre as possibilidades de ação em determinadas circunstâncias, trazendo assim a noção de responsabilidade consciente, uma vez que o indivíduo tem uma certa margem de antecipação das possíveis conseqüências de seus atos.

2.2.3 A identidade narrativa

A identidade, para Ricoeur (1997), é uma categoria da prática que responde à questão “quem fez a ação” ou “quem é o agente ou autor”. A resposta a essa pergunta é, em geral, um nome próprio; mas um nome, por si só, é capaz de dizer quem é uma pessoa? Para responder à questão “quem é” ou “quem fez” é preciso contar a história de uma vida para que a permanência e a mutabilidade que caracterizam o sujeito se apresentem e o próprio sujeito se reconheça na ação.

O problema que se coloca à idéia de identidade pessoal consiste na impossibilidade de se ter uma resposta precisa e imutável ao longo do tempo à

pergunta “quem é você”. Ou admitimos um sujeito idêntico a si mesmo na diversidade de seus estados, ou assumimos que a substância que se mantém no sujeito é ilusória e, nesse caso, o sujeito não passaria de um diverso de cognições, emoções e volições (RICOEUR, 1997). A idéia de identidade narrativa, proposta por Ricoeur (1997), vem responder a esse dilema.

Ricoeur (1997) propõe que pensemos a identidade não como um *idem*, substancial e imutável, mas como um *ipse*, que inclui a mutabilidade na coesão de uma vida. A identidade, entendida em seu sentido *ipse* – ou identidade-ipseidade – se baseia num modelo de identidade dinâmica, oriunda da composição poética de um texto narrativo. O sujeito é escritor e leitor de sua própria vida, que é contada como um romance, sendo sempre refigurada pelas histórias que o sujeito conta sobre si mesmo (RICOEUR, 1997). Ricoeur (1991, p. 138) entende que a narrativa confere legibilidade à história, pois:

Segundo a pré-compreensão intuitiva que temos desse estado de coisas, não tomamos as vidas humanas como mais legíveis quando elas são interpretadas em função das histórias que as pessoas contam a seu respeito? E essas histórias de vida não são tornadas por sua vez, mais inteligíveis quando lhes são aplicados os modelos narrativos – intrigas – obtidas por empréstimo à história propriamente dita ou à ficção (drama ou romance)?

De fato, o ato de contar a história, de se narrar ao outro e a si mesmo, parece não apenas uma tentativa de tornar legível ou menos caótica a trajetória do indivíduo, mas, acima de tudo, uma tentativa de fazer sentido para si mesmo, um trabalho de construção da própria identidade, que começa no outro para, no final, se endereçar a ele. Se Mead (1934) entende que o *self*, ou o sujeito tornado objeto para si mesmo, se desenvolve a partir da experiência social do indivíduo, Ricoeur entende que esse objeto (que é o sujeito mesmo), só fará sentido para o sujeito na medida em que ele puder narrá-lo, de acordo com os modelos de narrativa da história ou da ficção. E narrar a quem? Narrar a si mesmo, que é, novamente, um outro. É como se a narrativa pudesse organizar o caos que é o sujeito, em sua multiplicidade de facetas diante das múltiplas situações sociais.

Mead (1934, p. 142) diz que em certo sentido é normal que uma pessoa tenha múltipla personalidade: “*We discuss politics with one and religion with another. There*

are all sorts of different selves answering to all sorts of different social reactions.”¹⁹A forma de integrar essa multiplicidade do que Mead denomina *selves* e Ricoeur entende como diversidade, variabilidade, descontinuidade e instabilidade, é a narrativa, é o colocar em intriga os acontecimentos da vida de um sujeito.

O paradoxo da intriga é que, por meio dela, se atribui um caráter de necessidade, ou probabilidade, a acontecimentos que, de outra forma, seriam apenas contingências. Fatos corriqueiros ou casuais adquirem, pelo efeito da narrativa ou intriga, o *status* de “destino”. A intriga é vista como uma concordância discordante, uma vez que fatos aparentemente discordantes parecem interligados quando relatados no modelo narrativo.

Um exemplo de história de vida sendo colocada em intriga ocorre no *setting* analítico, onde o analisando, por meio do trabalho de perlaboração, constrói a história de sua vida por uma seqüência de retificações aplicadas a narrativas anteriores. O mesmo é feito pelo historiador, que compõe a história de um povo a partir de versões anteriores, veiculadas por fontes diversas, como documentos e outros historiadores (RICOEUR, 1997). Pode-se dizer, então, que um sujeito, ou um povo, se reconhece na história que conta sobre si mesmo a si mesmo.

A identidade narrativa não é estável e sem falhas, tanto que é possível formular uma série de intrigas diferentes a respeito de um mesmo acontecimento. A vantagem teórica trazida pelo conceito de Ricoeur (1997) é, justamente, a possibilidade de pensarmos a identidade para além da permanência de um sujeito no tempo, de sua capacidade de ser idêntico a si mesmo – que seria o pólo mesmidade do conceito – mas a formulação de uma dimensão ética, do sujeito que responde pelo que diz e faz – dimensão essa que corresponderia ao pólo ipseidade da identidade narrativa. O conceito de identidade narrativa traria, então, a possibilidade tanto de continuidade quanto de mutação, refletindo assim um paradoxo inerente à condição humana.

¹⁹ “Discutimos política com uma pessoa e religião com outra. Há tantos tipos de *selves* quantas as reações sociais às quais se tem que responder.” Tradução livre.

2.2.4. *Articulando conceitos*

Goffman (1975) nos apresenta a construção do “eu” como um efeito dramático, conseguido pelo uso de técnicas que estão presentes no teatro e na vida cotidiana, porém não enfatiza, em sua teoria dos papéis sociais, uma possibilidade significativa de agência do sujeito; o sujeito, em Goffman, é apresentado como determinado pelo contexto social e sobretudo, não há uma discussão significativa sobre as questões de poder e conflito.

Mead (1934) discute a habilidade do indivíduo de se tornar objeto para si mesmo a partir da interação social, cujas regras e técnicas foram exploradas por Goffman (1975, 1982). Essa habilidade humana de tornar-se objeto para si mesmo será fundamental para a construção de uma narrativa sobre si mesmo; narrativa essa que será a base da construção da identidade em Ricoeur (1991, 1997).

Buscamos uma linha de argumentação que partisse da interação social e suas regras, na qual se constrói o “eu” dramático de Goffman (1975), que se torna consciente de si pela existência de um *self*, tal como concebe Mead (1934), consciência essa que é a base para a elaboração da narrativa sobre o “eu”, que fará sentido enquanto identidade narrativa (RICOEUR, 1997). As vantagens teóricas, apresentadas por Mead (1934) e Ricoeur (1997) são, respectivamente a possibilidade de emergência do novo no tecido social e a incorporação de uma dimensão ética à atuação dos indivíduos, suprimindo assim o vácuo deixado por Goffman no que diz respeito à sua visão de um processo identitário sobre-socializado²⁰, que acaba minimizando a possibilidade de agência do indivíduo e também a questão do conflito.

²⁰ A crítica à sobre-socialização do processo identitário na teoria de Goffman é apresentada por Mendes (2002). Segundo esse autor, a visão de Goffman pode ser atenuada a partir das pistas que ele próprio fornece em seus ensaios.

2.3. IDENTIDADE MASCULINA

Para discutirmos identidade masculina, partiremos das noções de identidade discutidas no capítulo anterior, segundo as quais a identidade seria uma construção do sujeito a partir da interação social e de sua capacidade de narrar a si mesmo. Tal narrativa consistiria na possibilidade do sujeito colocar os acontecimentos de sua vida em intriga, transformando-os em uma seqüência com uma certa lógica e um certo sentido. Todavia, faz-se necessário articular essas noções de identidade ao conceito de gênero para, ao final, compreendermos essa dimensão específica da identidade que é a identidade masculina.

O termo gênero (*gender*) surge entre as feministas dos EUA, no intuito de enfatizar o caráter social das distinções baseadas no sexo (Scott, 1990). Enquanto o sexo é visto como um fato biológico, o gênero é entendido como o conjunto de significados que se constroem socialmente, tendo como base as diferenças sexuais. O gênero seria, segundo essa perspectiva, a construção social do sexo. Uma tal perspectiva apresenta o sexo como sendo ligado à natureza e o gênero à cultura. E mesmo que algumas feministas buscassem uma construção mais complexa a respeito da relação entre sexo e gênero, fugindo dessa concepção binarista, o consenso entre a maioria das feministas era que de o gênero seria construção social do masculino e do feminino (Saffioti, 2004).

Gayle Rubin, com um artigo publicado em 1975²¹, inaugura uma dita perspectiva de gênero nos estudos feministas. Rubin (1993) restringe a relação entre gênero e sexo, afirmando que o gênero é apenas um dos aspectos do que ela denomina organização social do sexo – a qual envolveria, também, a heterossexualidade compulsória e a coerção da sexualidade feminina. O sexo e a procriação seriam definidos pelo sistema sexo/gênero como:

um conjunto de arranjos através dos quais a matéria prima biológica do sexo e da procriação humana é moldada pela intervenção humana e social e satisfeita de forma convencional, pouco importando o quão

²¹ O artigo de Rubin “The Traffic in Women: Notes on the ‘Political Economy’ of Sex” foi traduzido e publicado no Brasil em 1993, com o título: “O tráfico de mulheres: notas sobre a ‘economia política’ do sexo”, e citaremos então esta versão em português.

bizarras algumas dessas convenções possam parecer. (Rubin, 1993, p. 5)

O problema com a definição de Rubin (1993) reside no fato de não haver uma ênfase às relações de poder e à coerção envolvida na intervenção humana, que visa moldar a tal matéria prima biológica. Realmente Rubin (1993) fala em coerção, quando se refere à sexualidade feminina, mas não expande o conceito para todas as formas de coerção da sexualidade que podem ocorrer em uma sociedade generificada. Talvez a autora entenda que a coerção da sexualidade feminina aliada à heterossexualidade compulsória sejam noções que, juntas, sejam capazes de descrever a normatividade socialmente construída a respeito da sexualidade. Todavia, mesmo que essas duas noções fossem suficientes para descrever as normas colocadas em relação à sexualidade humana, elas não trariam em si os propósitos que as engendram.

Rubin (1993) empreende um esforço de desvelar o possível propósito dessas normas, que seria assegurar a continuidade da troca de mulheres entre os homens. A troca de mulheres – dar e receber mulheres por meio do matrimônio - seria uma forma de estabelecer entre os homens uma relação de parentesco, a qual seria mais duradoura que as relações puramente políticas ou econômicas, por exemplo. Para tanto seria necessário estabelecer uma divisão dos sexos, a heterossexualidade da divisão do trabalho e o tabu do incesto. Isso porque uma sociedade que pratica troca de mulheres precisa ter clareza de quem são os homens – que podem trocar – e as mulheres, que devem ser trocadas. Bem como garantir que haja alguma vantagem em trocar mulheres, do ponto de vista do trabalho, o que é assegurado pela divisão sexual do trabalho que determina que tarefas são realizadas por homens e quais cabem às mulheres. Por fim, o tabu do incesto asseguraria a necessidade da troca, na medida em que uma mulher não poderia pertencer a um homem de sua própria família.

Scott (1995), entretanto, acredita que não faz sentido sustentar que as relações contemporâneas entre homens e mulheres são produtos de sistemas anteriores de parentesco baseadas na troca de mulheres, pois, em sua visão, o gênero é construído não apenas pelo parentesco, mas também pela economia e organização política, as quais operam atualmente independente do parentesco.

Nesse sentido, entendemos que a definição de Scott (1990) representa um avanço. Scott (1990) propõe que, além de ser um elemento constitutivo das relações sociais, baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, o gênero é também uma forma primeira de significar as relações de poder. O gênero envolveria, ainda, quatro aspectos que se relacionam: os símbolos disponíveis na cultura, os conceitos normativos que visam conter as possibilidades metafóricas dos símbolos, uma dimensão política e, finalmente, a identidade subjetiva (SCOTT, 1990). Além de considerar o caráter de construção social em categorias (sexo e gênero), tidas anteriormente como biologicamente determinadas, Scott (1990) enfatiza a assimetria de poder entre o masculino e feminino.

Essa dicotomia entre sexo e gênero é criticada também por Saffioti (2004), para quem sexo e gênero devem ser considerados como uma unidade, devido à impossibilidade de se pensar numa sexualidade biológica independente do contexto social em que é exercida. Saffioti (2004) considera mais adequado a manutenção da categoria patriarcado para referir-se à relação de poder entre masculino e feminino, uma vez que o termo gênero seria mais abrangente. Gênero, para Saffioti (2004), diz respeito às representações do masculino e feminino que se relacionam; e tal conceito não explicitaria, necessariamente, a desigualdade entre homens e mulheres. A hierarquia estaria apenas presumida.

Já o patriarcado seria um caso específico das relações de gênero, no qual se verifica a dominação masculina (Saffioti, 2004). A autora o define como o regime atual²² de relação homem-mulher, que estabelece um direito político dos homens sobre as mulheres, e também um direito sexual, que seria o acesso sistemático dos homens ao corpo das mulheres.

As definições de Saffioti (2004) talvez sejam politicamente interessantes para os movimentos feministas, mas analiticamente insuficientes, uma vez que falam sempre de relações homem-mulher, desconsiderando o fato de que as relações de poder estabelecem-se também entre homens – podendo ser um dominante e o outro

²² Saffioti (2004) considera o patriarcado um regime atual porque ele teria apenas 5204 anos (no máximo) de existência, o que é pouco se comparado aos 250 a 300 mil anos de humanidade.

dominado em um determinado contexto, e também entre mulheres. Nesse sentido, o conceito de gênero, desde que expresse relações de poder, é mais abrangente.

Outros autores, como Bourdieu, (1995) e Butler, (1999), vão além do binarismo sexo/gênero, entendendo que o próprio sexo é uma construção social. Bourdieu (1995) diz que os corpos são percebidos e construídos segundo esquemas práticos do *habitus*, que seria a matriz das percepções e ações do conjunto de membros de uma sociedade. A construção dos corpos masculinos e femininos como corpos sexuados seria o fundamento para a relação de dominação existente entre o feminino e o masculino.

Numa argumentação semelhante, Butler (1999) afirma que se entendermos o gênero como a construção social do sexo, este estaria então em algum lugar pré-discursivo, acessível apenas por meio do gênero. Entretanto a autora entende que o próprio sexo é uma norma regulatória que trabalha para nomear o corpo e controlá-lo. Em outras palavras, o corpo só se torna viável apenas se puder ser entendido enquanto realidade sexuada. E as normas do sexo não fariam apenas nomear os corpos ou, como diz Butler (1999), materializar o corpo, mas também imporiam sobre esse corpo um controle que visa o imperativo heterossexual.

Para definirmos que corpos são viáveis ou não, seria preciso também a construção de um domínio de abjeção, uma zona inóspita, onde residem aqueles que não merecem o *status* de humanos, por não se enquadrarem nas normas que materializam os corpos. Assim Butler (1999) descreve este domínio de abjeção:

Esta matriz excludente pela qual os sujeitos são formados exige, pois, a produção simultânea de um domínio de seres abjetos, aqueles que ainda não são 'sujeitos', mas que formam o exterior constitutivo relativamente ao domínio do sujeito. O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas 'inóspitas' e 'inabitáveis' da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do *status* de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do "inabitável" é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito.(p. 155)

Assim, segundo essa perspectiva, se faria necessário para a entender a construção da identidade de um sujeito, entender que elementos povoam esse domínio de abjeção do sujeito e também qual a relação do sujeito com esse domínio, se está em constante tensão, ameaçado de passar a habitá-lo ou se está em conformidade com as

tais normas que o materializaram enquanto corpo sexuado. Para Butler (1999), uma total conformidade a tais normas seria absolutamente impraticável, porque os corpos não se conformam nunca completamente às normas que os materializam, o que traz a necessidade dessas normas serem constantemente reiteradas, para que os corpos se fixem, mesmo diante de sua própria instabilidade.

Oliveira (2004) também discute a idéia de um “outro da masculinidade”, que funcionaria como um “fundo em que o eu puro da masculinidade poderia brilhar” (p. 70). Esse lugar de outro da masculinidade teria uma função negativa, na medida em que não existe para si mesmo, mas sim para dar visibilidade ao masculino. Nesse processo de tornar visível o masculino e, ao mesmo tempo, valorizá-lo, seria necessário desacreditar o feminino – seu negativo – colocando-o como menor, inferior, subalterno. Poderíamos questionar qual a relação existente entre o que Oliveira (2004) entende como outro da masculinidade e o abjeto, tal como Butler (1999) o entende. Acreditamos que a diferença básica seja a possibilidade de definição desses dois lugares: enquanto o abjeto de Butler (1999) é inominável, quase indescritível, o outro da masculinidade de Oliveira (2004) tem seus contornos claros e precisa estar, de certa maneira, visível, mesmo que em segundo plano, para que o masculino apareça. O abjeto de Butler (1999), ao contrário, não se mostra e, talvez exatamente por esse motivo, tente retornar a todo custo, exigindo a reiteração das normas que o negam enquanto possibilidade de materialização dos corpos.

É importante ressaltar, que os dois autores deixam alguma possibilidade de transformação dessas normas de materialização do sujeito. Oliveira (2004) acredita que aqueles que ocupam o lugar de outro da masculinidade puderam, ao longo da história e, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, unir-se em torno de políticas identitárias e reclamar o reconhecimento das diferenças. Butler (1999), por outro lado, acredita que a saída está justamente em negar as identificações fixas, assumindo a constante possibilidade de retorno das abjeções negadas que, nesse caso, trariam novas perspectivas de contestação democrática.

O que nos interessa, nessas definições, é justamente o que elas tem em comum - o que Bourdieu (1995) denomina *habitus* e que Butler (1999) entende como norma

que é forçadamente reiterada, Scott (1990) entende como conceitos normativos – são as normas que regulam a inserção dos sujeitos no tecido social, segundo seu sexo e os processos que as tornam irrefutáveis. Segundo Bourdieu (1995), o *habitus* se faz vigente por meio de um trabalho de nomeação e inculcação que constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de categorias de percepção sexuentes, que se aplicam à realidade biológica do corpo. Já Butler (1999) entende que essas normas se fixam a partir da repetição forçada. Buscaremos entender que normas são essas no universo de nossos entrevistados, bem como sua relação com tais normas.

Discutindo especificamente as normas que informam a construção da masculinidade, Welzer-Lang (2001) ressalta ainda que o processo de inculcação do que Bourdieu (1995) chama de realidade sexuada, envolve muito sofrimento, porque é violento: exige um “endurecimento” dos corpos, a aceitação resignada e silenciosa de todas as regras, um mimetismo de violências e de agressividade contra os iniciantes ou desviantes da norma da masculinidade hegemônica, contra as mulheres, contra si mesmo, contra seu próprio corpo. Esse processo ocorre na “casa dos homens”, tal como definida por Welzer-Lang (2001, p. 462), em referência ao constructo produzido por Godelier²³:

[...]a educação dos meninos nos lugares monossexuados (pátios de colégios, clubes esportivos, cafés..., mas mais globalmente o conjunto de lugares aos quais os homens se atribuem a exclusividade de uso e/ou de presença) estrutura o masculino de maneira paradoxal e inculca nos pequenos homens a idéia de que, para ser um (verdadeiro) homem, eles devem combater os aspectos que poderiam fazê-los associados às mulheres. Eu propus, referindo-me aos trabalhos de Maurice Godelier (1982), nomear o conjunto desses lugares e espaços como a “casa dos homens.

A “casa dos homens” obriga os que a freqüentam à aceitação da imposição da lei dos “maiores”, dos “antigos”²⁴, cuja mensagem principal é a necessidade de diferenciação do feminino. Mensagem essa que é reiterada, ao longo da vida, pois o processo de socialização masculina não se limita à infância e adolescência. Como diria Butler (1999), é preciso reiterar, constantemente, as normas que subjagam os corpos.

²³ “Maurice Godelier, antropólogo francês, estudou durante mais de uma década, o povo *Baruia*, da Nova Guiné, tendo o conhecido em 1967, em sua primeira viagem.” (Saffioti, 2004)

²⁴ Welzer-Lang (2001), ironicamente, nomeia como *grands-hommes*, em contraposição aos submetidos às regras da inculcação da virilidade triunfante, que seriam os *petits-hommes*.

Há, ainda, outro aspecto da socialização de gênero, no caso dos homens, que precisa ser considerado: os privilégios que ela traz àqueles que ocupam a posição dominante nas relações de gênero. Ressaltar, apenas, a opressão e violência autodirigidas – no caso dos homens - leva ao que Oliveira (1998) chama de discurso vitimário. A imagem do homem-vítima só faz eximir o dominante de suas responsabilidades por situações de violência e opressão contra os dominados, além de mascarar os privilégios da posição dominante.

O discurso vitimário acerca da masculinidade teria, segundo Oliveira (2004), um tom diagnóstico seguido de prescrição médica. O homem, de acordo com a compreensão dos vitimários, seria o verdadeiro sexo frágil, prejudicado por sua própria incapacidade de expressar emoções e relacionar-se e, em virtude disso, apresentaria atualmente sintomas emocionais e físicos do que seria a crise da masculinidade. Tais sintomas seriam a baixa expectativa de vida em relação às mulheres, estresse, drogadicção, alcoolismo, entre outros. A possibilidade de recuperação desse homem-vítima seria a flexibilização de papéis sociais e o reconhecimento de necessidades masculinas. A crítica de Oliveira (2004) a esse discurso seria o fato dele empalidecer a evidência de que, antes de ser vítima, o homem seria o grande beneficiário do sistema de gênero e, se é oprimido por ele, estaria na verdade arcando com os “custos de estar no topo” (p. 190).

Atento esse aspecto da socialização de gênero, Welzer-Lang (2001) afirma que o masculino é submissão ao modelo e, simultaneamente, obtenção de privilégios do modelo. Portanto há sofrimento, mas há também um *quantum* significativo de vantagens. Na mesma linha argumenta Bourdieu (1995), dizendo que homens são prisioneiros e vítimas da representação dominante, mesmo que essas estejam de acordo com seus interesses de classe ou categoria. Ambos trazem o paradoxo do modelo masculinidade que privilegia e subjuga a um só tempo (Welzer-Lang, 2001; Bourdieu, 1995).

Pretendemos desvelar, na medida do possível, a “casa-dos-homens” freqüentada pelos adolescentes em situação de vida nas ruas; e desvelar significa compreender suas regras e o modelo de masculinidade que aí se aprende, pois sabemos que há

mais de um modelo em qualquer sociedade. Entendemos masculinidade no sentido que a define Connell (1995, p.188):

[...] uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero. Existe, normalmente, mais de uma configuração desse tipo em qualquer ordem de gênero de uma sociedade. Em reconhecimento desse fato, tem se tornado comum falar de 'masculinidades'. Existe o perigo, nesse uso, de que possamos pensar no gênero simplesmente como um *pout-pourri* de identidades e estilos de vida relacionados ao consumo. Por isso, é importante sempre lembrar as relações de poder que estão aí envolvidas.

Portanto, nossa atenção estará voltada para a configuração de prática dos adolescentes com trajetória de vida nas ruas no tocante à masculinidade, mas também nas relações de poder que essas configurações ensejam. E não é forçoso concluir que a posição que cada sujeito ocupa nas relações de poder terá influência direta sobre seu projeto de vida.

Além da configuração de prática, é preciso identificar também os modelos de masculinidade disponíveis aos entrevistados. Tais modelos seriam provavelmente variações do que Vale de Almeida (1995) entende como "masculinidade hegemônica", a qual seria um modelo cultural ideal que não se verifica na prática, mas controla homens e mulheres, atribuindo privilégios aos primeiros.

Cabe ainda identificar como se posicionam os adolescentes em relação ao outro da masculinidade (Oliveira, 2004), às abjeções de Butler (1999), se, de fato, precisam desses "anteparos opacos"²⁵ para se constituir e, finalmente, se estão em posição de dominação a tais "anteparos", tal como prevêem os teóricos citados, mesmo aqueles que se dedicam ao discurso vitimário.

²⁵ Ao nos referirmos ao "outro da masculinidade" como "anteparos opacos" não estamos, em absoluto, buscando sua desqualificação, mas, ao contrário, procurando mostrar sua função simbólica nas relações de gênero - justamente para aventar a perspectiva de desarticulação das políticas de identidade que os excluem enquanto possibilidades de constituição do sujeito.

2.4. ADOLESCÊNCIA

Para determinarmos o perfil dos sujeitos de nossa pesquisa partimos da definição de adolescente contida no ECA, que seria a pessoa entre doze e dezoito anos de idade. Entretanto, tal definição não exprime as especificidades dessa fase do desenvolvimento, nem tampouco expressa a idéia de processo, característica tanto da construção da identidade, que se dá ao longo da vida, quanto do desenvolvimento humano. Passemos então às definições de adolescência segundo alguns autores (Aberastury, 1980; Knobel, 1980; Erikson, 1987; Afonso, 2001), bem como às críticas que se fazem às concepções tradicionais de adolescência (Reis e Zioni, 1993; Moreira, 2000; Ozella, 2002)

Aberastury (1980) descreve a adolescência com um período confuso, doloroso, marcado por contradições, ambivalências e atritos com o meio familiar. Nesta fase da vida ocorre também a etapa final do processo de desprendimento²⁶. Essa etapa do processo começa com a maturidade genital que traz consigo a possibilidade de consumação do incesto. Como o incesto continua interdito, o adolescente busca um objeto de amor fora do casal parental. Caso o desprendimento interno dos pais ocorra de forma bem sucedida, a união com o novo par será bem sucedida.

Knobel (1980) define a adolescência como a fase evolutiva durante a qual o indivíduo estabelece sua identidade adulta sobre os objetos internalizados na infância, verificando sempre o ambiente em que vive. Segundo Knobel (1980), as características da adolescência, agrupadas, definem a “síndrome normal da adolescência”, e podem ser elencadas como: 1) busca de identidade claramente definida; 2) tendência grupal; 3) necessidade de fantasiar e intelectualizar; 4) crises religiosas marcadas por extremos de ateísmo ou misticismo severo; 5) deslocamento temporal; 6) evolução do autoerotismo para a genitalidade heterossexual; 7) atitude social reivindicatória; 8) contradições sucessivas de comportamento marcadas pela primazia da ação em relação ao pensamento; 9) luta por separação progressiva dos pais; 10) flutuações de humor e estado de ânimo.

²⁶ O processo de desprendimento, descrito por Aberastury (1980), tem três momentos fundamentais: o nascimento, o final do primeiro ano de vida (no qual ocorre a eclosão da genitalidade, desenvolvimento da linguagem, dentição, posição de pé e marcha) e, finalmente, a adolescência.

Acreditamos que há alguns problemas em relação às características da “síndrome normal da adolescência” descrita por Knobel (1980): parece haver uma pretensão de universalidade, o que provavelmente não é verdadeiro, uma vez que o contexto pode influenciar enormemente na vivência de tais características. Por exemplo, a possibilidade de intelectualizar e a atitude social reivindicatória são habilidades altamente dependentes do capital cultural do qual o adolescente possa dispor, portanto variáveis. Além disso, o luto pela separação progressiva dos pais pode depender de condições que são ou não aceitas em um determinado contexto social. É possível que, em determinados contextos, seja aceitável a separação precoce entre pais e filhos, sem trazer ao adolescente maiores sofrimentos, uma vez que este estaria passando por um fato previsto em sua cultura. E, finalmente, a pretensa evolução do auto-erotismo para a genitalidade heterossexual, presente no texto de Knobel (1980) nos parece extremamente problemática, por considerar a heterossexualidade como única orientação possível ao adolescente.

Realmente entendemos que não seja possível descrever a adolescência sem considerar o contexto no qual ela ocorre, e Knobel (1980) descreveu a adolescência em contexto específico; o problema foi acreditar que suas definições seriam aplicáveis a quaisquer pessoas que passassem da infância à vida adulta e em qualquer tempo. Acrescido a isso, o autor resvala no campo ideológico, ao expressar uma visão heterossexista – a qual parece buscar enquadrar o adolescente em uma perspectiva conservadora, com isso perdendo sua pretensão, a de compreender o desenvolvimento humano.

Erikson (1987), por sua vez, define a adolescência como a última fase da infância, e usa a expressão “processo adolescente” para a ela se referir a essa fase. Segundo Erikson (1987), esse processo adolescente só estaria completo quando as identificações da infância estivessem subordinadas à identificação que se absorve na sociabilidade e na aprendizagem competitiva com os companheiros de sua idade. Durante esse processo, seria concedida ao adolescente a moratória psicossocial, que pode ser entendida como um período de espera até que ele esteja apto a arcar com os compromissos adultos.

O tempo da moratória e as concessões feitas ao jovem variam entre as culturas. Cabe, no caso do estudo dos adolescentes de rua, considerar qual seria o tempo dessa moratória, ou mesmo se ela chega a ocorrer, uma vez que a necessidade de sobrevivência faz com que esses jovens sejam obrigados a assumir compromissos adultos desde muito cedo.

Segundo Erikson (1987), durante a adolescência, o corpo do jovem passa pela puberdade, que além de mudanças físicas, traria uma série de impulsos que invadem o corpo e a imaginação e também a possibilidade de intimidade com parceiros amorosos. Uma série de opções, muitas vezes conflitantes, se colocam à frente do adolescente que, percebendo a ameaça de perda da identidade, busca nos pares as respostas de que precisa. E nos grupos, Erikson (1987, p.33) pontua:

Os adolescentes não só se ajudam uns aos outros, temporariamente, no decorrer desse conturbado período, formando turmas e estereotipando-se a si próprios, aos seus ideais e aos seus inimigos, mas também testam, insistentemente, as capacidades mútuas para lealdades constantes, no meio de inevitáveis conflitos de valores.

Afonso (2001) define a adolescência como um período situado entre 12 e 21 anos aproximadamente, podendo variar de acordo com fatores biológicos e culturais. A adolescência é marcada pelas mudanças relacionadas à maturação sexual (mudanças hormonais, aparecimento de caracteres sexuais secundários, maturidade procriativa). Nessa fase ocorre a reafirmação, negação, transformação e desenvolvimento de valores e práticas, como também a revivência de processos infantis. Em meio a esse entrelaçamento de mudanças físicas e psíquicas, a identidade do sujeito é retrabalhada diante de seu contexto sócio-cultural, levando-o a perceber-se como parte desse contexto, participante das relações de poder.

Ozella (2002) vê com certa reserva as visões tradicionais de adolescência, especialmente as de Aberastury e Knobel (1980), que a consideram como um momento de crise, por excelência. Segundo Ozella (2002), essas visões trariam, em sua base, uma concepção naturalista, por entenderem a adolescência não como uma condição social (construída historicamente e referida a um contexto social), mas como um estado. Essa mesma visão universaliza a idéia de crise da adolescência, desconsiderando aqueles jovens que precisam lutar pela sobrevivência – nos quais a crise de identidade, típica do processo adolescente, estaria em segundo plano.

Segundo essa crítica, seria um erro desconsiderar as determinações econômicas sobre o desenvolvimento do indivíduo. E, pois, fica sob suspeição a concepção universalista de crise identitária.

Ozella (2002) sugere que a visão de adolescência, como fase de crise, tem relação com a ciência positiva. A crítica seria o fato de a ciência positiva expressar uma concepção de processo que exclui a contradição e o conflito. Além disso, encontraríamos, nos trabalhos de Aberastury e Knobel (1980) uma concepção adultocêntrica, segundo a qual o adolescente visa sempre aceder ao mundo adulto. Tal concepção teria sido expressa por Aberastury (1980, p. 227) quando esta apreende uma tentativa de síntese a respeito do que seja a adolescência: “Se pensamos no que há de essencial na adolescência, naquilo que seria seu signo, diríamos que é a necessidade de entrar no mundo do adulto.”

Afonso (2001) acrescenta às visões tradicionais que há, por parte do adolescente, uma reavaliação de seu lugar no sistema de gênero, o que envolveria, a nosso ver, uma apreensão de todo um sistema de relações, para além dos domínios do corpo. Entretanto, Afonso (2001) parece dar especial importância às mudanças biológicas para essa reavaliação, uma vez que é, em função das mudanças biológicas, uma mudança em relação à vivência da sexualidade e da capacidade reprodutiva, que há uma revivência do Édipo e, conseqüentemente, uma nova fase de questionamento (a primeira seria na infância), construção e reconstrução da identidade de gênero. Sobre as possibilidades de reiteração ou negação da identidade construída, diz Afonso (2001, p. 47):

Nesse momento, dependendo de sua trajetória e experiência, poderá reiterar suas escolhas sexuais e seus identificações com papéis sexuais, ou poderá elaborar novas formas de interação e sua atuação no mundo. Não se trata, entretanto, e mais uma vez de uma escolha *ex-nihilo*. Esta escolha estará referida, em sua continuidade ou descontinuidade, harmonia ou conflito, com o contexto social e com a experiência adquirida e estruturada na memória consciente e no inconsciente do sujeito.

O que parece haver de comum entre esses autores - Aberastury, 1980; Knobel, 1980; Erikson, 1987 e Afonso, 2001 - é a noção de construção identitária durante a adolescência, marcada por conflito em relação aos valores trazidos da infância, busca de independência e mudanças em relação ao corpo e à sexualidade.

Todavia há autores, como Reis e Zioni (1993), discutindo a relação direta que comumente se faz entre adolescência e mudanças biológicas, especialmente por acreditarem que a adolescência se definiria muito mais em função do contexto social do que pela dimensão biológica. Para estes autores, os fenômenos ligados à pubescência só adquirem valor quando socialmente interpretados. E ao retomar brevemente a história da infância e da adolescência no Brasil, Reis e Zioni (1993) mostram a impossibilidade de se definir tais etapas do desenvolvimento humano de forma universal – uma vez que a noção de adolescência só teria emergido no final do século XIX, quando a família brasileira passa a ser remodelada segundo os preceitos da Higiene²⁷.

Segundo Reis e Zioni (1993), antes da intervenção higienista²⁸ (no final do século XIX), os meninos não passavam pela adolescência. Desde a infância trajavam-se como homens e esperavam com certa ansiedade a entrada para a vida adulta. As meninas casavam-se aos doze ou treze anos (às vezes até aos oito) e aos dezoito anos de idade já eram envelhecidas, em função do descuido que o sistema escravocrata impunha ao corpo feminino. O mesmo acontecia às escravas que eram obrigadas à reprodução desde meninas, uma vez que o imperativo econômico levava os senhores de escravos ao desejo de possuir mais e mais mãos aptas ao trabalho.

A partir da intervenção higienista (REIS E ZIONI, 1993), houve uma implementação de ideais de limpeza, separação entre os moradores da casa e os escravos, bem como a distinção entre espaço doméstico e público. Neste contexto passou-se a necessidade de um tempo de preparação para a passagem da criança do mundo doméstico à vida pública, o que marcou então a emergência da adolescência. Assim sendo, essa etapa da vida guarda profunda relação com o contexto sócio-econômico de um grupo social.

Moreira (2000) também entende que os fatos biológicos, que têm sido citados como um dos marcos principais da entrada na adolescência, só fazem sentido quando

²⁷ “Higiene, entendida como parte da ciência médica que nos dá os preceitos e as regras necessárias, tanto à aquisição como à conservação da saúde e se referem a exercícios, banhos, sonos, paixões [...], enfim, ensina a evitar coisas nocivas e a fazer bom uso das coisas úteis” (COSTA, 1979, citado em REIS e ZIONI, 1993)

²⁸ A intervenção higienista visava a implementação do Estado Brasileiro, para o qual seria necessária a substituição da antiga relação proprietário de terra/metrópole, por um sentido de unidade nacional. (REIS e ZIONI, 1993)

ressignificados pela cultura. Não é proposta da autora a fusão de teses biologicistas e culturalistas, mas sim chegar a uma terceira que possa superar dicotomia entre biológico e social. Por conseguinte, além de desnaturalizar a infância e a adolescência, trazendo-as para o registro sócio-histórico e cultural, Moreira entende que é preciso também considerar as imbricações da categoria adolescência com outras categorias analíticas, tais como gênero, raça e classe.

Na tentativa de trazer uma contribuição, ainda que modesta, às reflexões a respeito da adolescência, buscaremos uma articulação entre as categorias adolescência e gênero, por meio da apreensão da experiência dos meninos com trajetória de vida nas ruas. Trabalhamos com a hipótese de que o contexto da rua, bem como a condição de gênero dos entrevistados, terão efeitos sobre a construção de sua identidade e também sobre sua passagem da infância para a vida adulta.

Ressaltamos que entendemos que a adolescência possa se estender além dos limites estabelecidos pelo ECA. Contudo, cedemos a tal definição por trabalharmos em um contexto de política pública e também num contexto social que define a adolescência em números, ainda que observemos uma extensão progressiva do tempo de adolecer, o qual pode chegar, na prática (mas ainda não nas definições legais), até os trinta anos.

Observamos - na prática de educação social de rua - que pessoas maiores de dezoito anos, na maioria das vezes ainda não acederam à vida adulta e ainda assim não são mais consideradas público das políticas de assistência ao adolescente. É como se houvesse o inverso da moratória psicossocial, definida por Erickson (1987): ao invés de se garantir ao adolescente os direitos fundamentais para que ele, no futuro, possa arcar com os compromissos adultos, ainda temos grandes dificuldades de colocar em prática os princípios do ECA, obrigando o adolescente a uma passagem abrupta ao mundo adulto. E, tristemente, tal passagem não chega a se completar, uma vez que “recém-adulto” encontra grandes obstáculos à concretização de um projeto profissional, o qual muitas vezes nem chegou a construir.

Adotaremos, em nossa análise, as concepções de Erikson (1987) sobre as tarefas que caracterizam o adolecer que seriam a construção de uma identidade sexual, ideológica e profissional. Moreira (2000) entende que, mesmo que essas tarefas sejam

universais, elas são balizadas pelas condições e significações construídas a partir de outras categorias de análise, tais como gênero, raça e classe. Assim sendo, pretendemos analisar a vivência dessas tarefas pelo adolescente com trajetória de vida nas ruas, verificando as implicações desse contexto na realização dessas tarefas.

2.5. ARTICULANDO CATEGORIAS DE ANÁLISE

Tomando as categorias de análise brevemente expostas – trajetória de rua, identidade, gênero/masculinidade e adolescência – percebemos a complexidade do tema a ser explorado. Se os sujeitos de nossa pesquisa são adolescentes, os quais – como mencionado – passam por uma série de transformações e redefinições de posição em relação ao tecido social, por outro lado trazem uma série de especificidades referentes à socialização de gênero nas ruas. Trata-se de explorar uma construção complexa como a identitária (envolvendo interação, autoconsciência e discurso) num sujeito que está numa fase de seu desenvolvimento em que busca de novas referências e num contexto específico – a rua - que impõe regras claras à sobrevivência.

Entendemos que, nesse contexto, as regras do gênero vêm a se somar ou se entrelaçar às regras de sobrevivência e, por meio dessa pesquisa, pretendemos estimular a construção de um discurso do adolescente sobre si mesmo no contato com essas regras. Esperamos ainda que, no exercício de se narrar, o sujeito se descubra nas regras do jogo e para além delas.

Passaremos então a uma apresentação da metodologia, a qual será seguida da análise das entrevistas e da interação entrevistadora/entrevistados.

3. METODOLOGIA

Construímos um arcabouço de pesquisa que pudesse contemplar parte de nossas inquietações, as quais se transformaram nas questões que explicitamos nos objetivos. Portanto, ao nos defrontarmos com nosso público-alvo, procuramos entender o processo de virilização pelo qual passam os meninos – o qual entendemos que seja específico, dadas as condições especiais de sua trajetória de rua.

3.1 OBJETIVOS

3.1.1 *Objetivo geral*

Verificar que processos marcam a construção da identidade masculina em adolescentes com trajetória de vida nas ruas.

3.1.2 *Objetivos específicos*

- Articular a socialização de gênero que ocorre nas ruas com o conceito de “casa dos homens”, desenvolvido por Welzer-Lang (2001).
- Analisar as práticas discursivas que facilitam a construção da identidade masculina no público-alvo.
- Verificar quais são os modelos de masculinidade disponíveis aos entrevistados.
- Analisar o cumprimento das tarefas concernentes à ao processo adolescente.

3.2 O MÉTODO

3.2.1 *Sujeitos*

Entrevistamos três adolescentes do sexo masculino (de acordo com a definição do ECA – “considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”) com trajetória de vida nas ruas. Abordamos os adolescentes em situação de abrigo

devido às dificuldades que se imporiam à uma entrevista na rua. A opção por entrevistar três adolescentes deveu-se ao fato de que buscávamos apreender três momentos da trajetória de rua: a) o início e seus impactos, b) a convivência com os códigos e regras da trajetória de rua e c) a iminência do completar dezoito anos.

3.2.2 *Estratégia*

Na verdade, um estudo longitudinal teria sido a melhor estratégia para uma pesquisa com tais intenções, mas trabalhamos com condições materiais muito específicas que restringem o âmbito de nossas ambições. A literatura sobre estudo de casos nos oferece saídas e vantagens. Segundo Yin (1994), essa estratégia de pesquisa é indicada quando a intenção é estudar eventos contemporâneos, em situações onde os comportamentos relevantes não podem ser manipulados, mas onde é possível se fazer observações diretas e entrevistas sistemáticas. No nosso caso, não poderíamos entrevistar os sujeitos sistematicamente, uma vez que a pesquisa tinha restrições inegociáveis quanto ao tempo de realização.

Além disso, era de nosso interesse apreender o esquema de referência e a definição de situação – ou nomeação da experiência – do público-alvo. As relações, elementos inconscientes e formações discursivas que pretendíamos abordar demandaram bastante tempo e várias releituras de cada caso, procedimento este que não seria possível caso tivéssemos optado por uma amostra significativa na população, especialmente devido às restrições de tempo na realização da pesquisa. Devemos considerar, também, que as pesquisas que trabalham com grandes amostras podem mascarar os casos desviantes e diferenças internas sob uma suposta homogeneidade (GOLDENBERG, 1998).

As críticas comumente feitas à estratégia do estudo de caso refere-se à ocorrência do efeito de *bias* e fragilidade da base para generalizações (YIN, 1994). É preciso lembrar que, em qualquer estratégia de pesquisa, o efeito de *bias* pode aparecer, embora nos estudos de caso seja mais freqüente, nada impede que o pesquisador redobre sua atenção e aprimore sua escuta, considerando a

impossibilidade de uma postura absolutamente neutra diante do objeto quando se trata uma pesquisa na área de ciências sociais.

Quanto à fragilidade da base para generalizações, é preciso que se esclareça: o que um estudo de caso pretende generalizar não é a experiência do sujeito pesquisado, mas sim a proposição teórica que pretende demonstrar, isto é, o caminho a ser percorrido não é do conjunto de casos que forma a base para uma generalização, mas sim o inverso, que seria a verificação de uma teoria dada em casos particulares.

3.2.3 *Procedimentos*

O procedimento adotado foi a entrevista semi-estruturada (ver roteiro anexo). Abordamos, nas entrevistas, as circunstâncias que levaram o adolescente a optar pela rua, sua história mesma na rua, as diferenças de tratamento que meninas e meninos recebem por parte do grupo de adolescentes do ponto e as atividades necessárias à sobrevivência realizadas - chamadas de “viração”. Partindo do pressuposto de que os sujeitos da pesquisa e pesquisador²⁹, são determinados sócio-historicamente, optou-se por um tipo de coleta de dados que evidenciasse essas posições ocupadas por ambos (entrevistador e entrevistado), numa perspectiva de interação.

O objetivo era, além de se obter o discurso localizado sócio-historicamente, possibilitar a análise de trocas lingüísticas referentes a transferências e contra-transferências. Para tanto, a postura do entrevistador deveria ser não diretiva e sua escuta flutuante, à semelhança da escuta psicanalítica³⁰.

3.2.4 – *Análise: análise do discurso*

Considerando ainda que é no discurso, enquanto lugar de interação e trocas lingüísticas, que vão se articulando relações de poder, e acreditando que é pela

²⁹ Segundo MACHADO (2002) é de fundamental importância analisar também as falas do entrevistador/pesquisador, pois “o seu papel e o lugar do qual fala são importantes. É a ele, sujeito sócio-histórico, ocupante de uma determinada posição na estrutura de produção e portador de características específicas, que é endereçada a fala do entrevistado, outro sujeito sócio-histórico”.

³⁰ Esse enfoque de entrevista é proposto por MACHADO (2002).

linguagem que se expressam os conflitos ensejados por essas relações de poder e dominação, como defende Brandão (2002), optamos por utilizar a análise do discurso como técnica para apreender essas relações e os sentidos nelas construídos.

Privilegiamos a escola francesa de análise do discurso (iniciada por M. Pêcheux) por acreditar que esta está mais comprometida com o contexto em que ocorrem os confrontos ideológicos enunciados por sujeitos que são seus porta-vozes. Portanto, não consideramos o *corpus* a ser analisado como sendo apenas produzido por um determinado sujeito - embora também por ele em sua capacidade de alterar a realidade - mas apreendemos sua enunciação como o correlato de uma certa *posição* sócio-histórica, conforme revisão da análise do discurso de Pêcheux, proposta por Maingueneau, (1997).

Todavia nos distanciamos de Maingueneau (1997) quando este considera que os sujeitos do discurso são substituíveis, porque mesmo que cada sujeito represente uma posição sócio-histórica, ele também é capaz de alterar sua realidade, inovando, mesmo que modestamente, com suas condutas particulares.

Segundo Maingueneau (1998), a escola francesa de análise do discurso surgiu nos anos 1960, com a publicação de *Analyse Automatique du Discours* (1969) por Michel Pêcheux. Essa modalidade dá especial atenção aos discursos políticos e documentos históricos, os quais revelariam elementos ideológicos e inconscientes. Para desvelar tais elementos, a AD se vale da tríade teórica composta pela lingüística, pelo marxismo (em especial a releitura feita por Althusser) e pela psicanálise lacaniana.

Ainda que tenham ocorrido algumas mudanças nos procedimentos dos anos 1960 até os dias atuais, as variadas modalidades de análise que se filiam à escola francesa de análise do discurso mantêm algumas características em comum, a saber: a preferência por *corpus* escritos, a reflexão sobre a forma como o sujeito se inscreve em seu discurso), o uso de teorias de enunciação lingüística, e especial atenção ao interdiscurso - o qual é entendido como um discurso dentro de outro citado direta ou indiretamente (MAINGUENEAU, 1998).

A priori, os procedimentos comuns aos analistas de discurso da escola francesa não poderiam ser aplicados a entrevistas, uma vez que essa escola privilegia a produção escrita. Contudo, conceitos como formação discursiva, o recurso aos atos da

fala e à pragmática, a noção de contrato entre interlocutores, parecem aplicáveis à análise do *corpus* obtido em entrevistas (MACHADO, 2002).

O discurso, dentro da AD francesa, é visto como o efeito de sentido produzido em uma interlocução, noção essa que vai além da mera transmissão de informações (BRANDÃO, 2002). É possível que, dentro de um discurso, apareçam vários outros – os interdiscursos. O aparecimento do interdiscurso se deve à noção de descentramento do sujeito, ou seja, à visão de um sujeito que não é único e não é a única fonte de sentido do discurso. O sujeito é alguém que fala a partir de um tempo histórico e de um espaço social. Na voz de cada sujeito, vários outros também falam. A noção de subjetividade aparecerá descentrada do ego e relativizada no par EU-TU, de forma que o outro apareça como constitutivo do sujeito (BRANDÃO, 2002).

Acreditamos que, no caso de nossa pesquisa, esse descentramento do sujeito apareceu quando se mostraram as variadas fontes de informação sobre a masculinidade, às quais os sujeitos buscaram incorporar a seu discurso de forma mais ou menos coerente. Dessa forma, percebemos como a alteridade figurava como elemento constitutivo dos entrevistados. Por este motivo, distinguir as vozes que se enunciavam no discurso de nossos entrevistados foi uma tarefa de vital importância porque os modelos de masculinidade, bem como as normas da “casa dos homens” apareceram principalmente sob a forma de interdiscurso, ou seja, de vozes diferenciadas se enunciando num mesmo discurso. O fato de percebermos a heterogeneidade do discurso legitimou ainda mais nossa opção metodológica.

Tal heterogeneidade, segundo a AD Francesa, pode ser mostrada – presente nas manifestações explícitas da diversidade de fontes de enunciação – ou constitutiva, que se revela no interdiscurso (Maingueneau, 1997). Para detectar essa heterogeneidade, Maingueneau (1997) propõe que se considerem os seguintes fenômenos lingüísticos: polifonia, pressuposição, negação, discurso relatado, palavras entre aspas, metadiscurso do locutor, parafraseamento, discurso indireto livre, ironia, autoridade, provérbio, slogan, imitação, pastiche e formação discursiva. Em todos esses fenômenos aparece a presença de discursos diferentes que podem ser contraditórios. Havia a possibilidade de se analisarem também os termos do discurso por meio da técnica dos termos-pivôs e pela presença de conectivos argumentativos como: mas,

porém, aliás, logo, assim, então, etc, contudo, não utilizamos tal técnica, por entendermos que a construção de categorias de análise nos possibilitaria um olhar ainda mais crítico a respeito dos *corpus* obtidos.

Entendemos a análise do discurso muito mais como uma concepção a respeito da constituição dos sujeitos do que uma técnica a ser aplicada. Assim, partimos da concepção da análise do discurso para nos aproximarmos de nossos entrevistados: buscamos sempre perceber as heterogeneidades em seu discurso, bem como a formação discursiva à qual se filiavam e a presença de elementos ideológicos e inconscientes.

Tais elementos foram expostos ao olhar leitor por meio da construção de categorias de análise, por acreditarmos que as técnicas tradicionalmente associadas à análise do discurso – especialmente o mapa de associação de idéias e o uso de termo-pivôs – são na verdade artifícios metodológicos criados apenas para responder a apelos tecnicistas, mas que na realidade não têm um potencial de desvelamento do discurso maior que a construção de categorias de análise. Entendemos que para empreender a análise do discurso é necessário que se tenha um arcabouço teórico que traga luz à opacidade do discurso. E o que garante a pertinência da análise é muito mais a consistência desse arcabouço teórico do que o uso de algo que possa ser denominado como técnica.

Em última instância, o que aproxima os tecnicistas - partidários do mapa de associação de idéias e da técnica dos termos pivôs – e aqueles que se propõem a construção de categorias (como fizemos no presente trabalho) é justamente ter como norma de trabalho a dúvida em relação ao discurso e a disposição em desconstruí-lo. O que os analistas do discurso fazem, em geral, é duvidar da frágil coerência do discurso, buscando os elementos que o atravessam e o compõem, a partir de um arcabouço teórico previamente abordado.

Em nosso caso, construímos, para efeito de análise, as seguintes categorias: 1) trajetória de vida nas ruas, 2) identidade; 3) identidade masculina e 4) adolescência. Identificamos os elementos discursivos que guardavam relação com cada uma dessas categorias a partir do arcabouço teórico previamente abordado em relação a cada uma delas. Contudo, observamos que um mesmo evento relatado pelo entrevistado poderia

ser analisado segundo mais de uma dessas categorias. Assim sendo, tínhamos duas opções: ou analisaríamos um único evento segundo várias categorias ou analisaríamos eventos diferenciados para cada categoria.

Entendemos que a opção de analisar um mesmo enunciado segundo várias categorias traria a possibilidade de mostrar como a separação em categorias é apenas um artifício de análise, pois na realidade os entrevistados não eram ora adolescentes, ora pertencentes ao sexo masculino, ora meninos com trajetória de vida nas ruas. Essas categorias, na realidade, estão constantemente imbricadas, pois a pessoa é uma só (embora nem sempre coerente em suas múltiplas identificações), o que não significa contudo que não haja conflito entre as possibilidades de identificação trazidas por cada uma das categorias.

Contudo, acreditamos também que optar pelo segundo caminho, analisando enunciados diferentes para cada categoria, traria à luz um maior número de acontecimentos da trajetória de vida dos entrevistados, o que nos daria idéia da multiplicidades de experiências por quais passam esses meninos ainda adolescentes.

Optamos, então por um caminho intermediário: alguns enunciados se repetem em categorias de análise diferentes, para evidenciarmos o fato da divisão em categorias ser um artifício analítico. Mas, por outro lado, buscamos também avaliar o maior número de enunciados e eventos diferentes, justamente para não perdermos a multiplicidade da experiência.

Os enunciados foram transcritos conforme apareceram nas entrevistas, isto é, de maneira coloquial, geralmente em desacordo com a normal culta da língua portuguesa. Assim sendo deveríamos acrescentar a expressão latina *sic* (assim mesmo) logo após cada um deles. Mas como são muitas, optamos por não repetir *sic* à exaustão. Faremos apenas esta ressalva de que a expressão latina é válida para todos os enunciados transcritos.

Apresentaremos no capítulo o *setting* das entrevistas e posteriormente cada caso. Os casos são apresentados da seguinte forma: primeiramente um breve histórico de cada adolescente, apreendido a partir das entrevistas, depois informações adicionais obtidas na documentação de cada adolescente (a qual nos foi fornecida pelo abrigo). Segue-se então a análise do caso, segundo as categorias construídas e as

considerações preliminares, que são uma síntese do que foi percebido na análise por categorias.

À análise dos casos seguem informações sobre o situação atual dos entrevistados e uma análise da interação entre entrevistadora e entrevistados. Feito isso, partimos para as considerações finais.

4 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

4.1 SOBRE O SETTING

As entrevistas foram todas realizadas no abrigo da Campanha Agasalhe BH Feliz, promovida pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e pelo Ministério Criança Feliz, entre os meses de junho e agosto do ano de 2004, com o objetivo de abrigar os adolescentes que estivessem nas ruas durante o inverno.

O Ministério Criança Feliz é uma organização não-governamental, evangélica e interdenominacional – ou seja, que conta com a participação de membros de igrejas evangélicas de denominações distintas. A ONG Ministério Criança Feliz é mantida por convênios com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e com o Governo do Estado de Minas Gerais, através de sua Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Esportes (SEDESE) e iniciativa privada. Essa mesma ONG mantém um abrigo temporário – para abrigamentos de até 90 dias – o Centro de Passagem Emaús, que atende crianças até doze anos com trajetória de vida nas ruas ou em outra situação de vulnerabilidade social, e também um abrigo definitivo para o mesmo público.

No caso do Agasalhe BH Feliz, os adolescentes poderiam ser encaminhados pelo Programa Miguilim, pelo Juizado da Infância e Juventude, pela Polícia Militar ou pelos Conselhos Tutelares. Dos entrevistados desta pesquisa, consta que Leonardo foi encaminhado ao abrigo pelo programa Miguilim, Alessandro pelo Conselho Tutelar de Venda Nova e Pedro pelo Juizado da Infância e Juventude. Para as entrevistas, os contatos foram feitos com a coordenadora do abrigo, Andréia Tomaz, a qual auxiliou na seleção dos entrevistados. Sendo este abrigo restrito a adolescentes do sexo masculino, os critérios para escolha dos sujeitos foram: a) idade e b) trajetória de vida nas ruas.

Trabalhamos com a hipótese de que a idade do entrevistado guardaria relação com seu tempo de trajetória de rua, ou seja, quanto mais jovem, menos tempo de trajetória de rua. Obviamente esta correlação nem sempre se verifica, pois há meninos muito jovens que passaram boa parte de sua vida vivendo nas ruas, bem como aqueles que começam sua trajetória de vida nas ruas já no final da adolescência.

Contudo, tal hipótese se mostrou verdadeira no caso dos entrevistados, o que possibilitou sua participação na pesquisa, uma vez que o objetivo de entrevistar adolescentes de idades diferentes era captar a percepção dos entrevistados a respeito da rua em três momentos: a) o início da trajetória de rua e seus impactos, b) a convivência com os códigos e regras da trajetória de rua e c) a iminência do completar dezoito anos.

O fato das entrevistas terem sido realizadas em um abrigo fez com que o *setting* fosse mais favorável do que se tivessem sido realizadas na rua, onde há toda sorte de interferências (outros adolescentes, transeuntes, policiais e grupos religiosos); além de um clima de desconforto, e do excesso de estímulos sonoros que poderiam distrair o entrevistado e prejudicar a gravação.

No abrigo da Campanha Agasalhe BH Feliz contamos com uma sala bem arejada, com boa iluminação e afastada da movimentação da casa, portanto sem maiores interferências.

As entrevistas foram realizadas no dia 25 de agosto de 2004, dois dias antes do término da Campanha Agasalhe BH Feliz. Nesse dia estavam sendo acertados os encaminhamentos dos adolescentes, que poderiam ser o retorno familiar ou o abrigamento em outro espaço, uma vez que as entidades que promoveram a campanha entendiam que era preciso construir, com o adolescente, uma alternativa para que este não voltasse a viver nas ruas.

Acreditamos que o fato de os encaminhamentos terem sido negociados justamente na véspera e no dia mesmo da entrevista, influenciou diretamente as respostas concedidas pelos entrevistados. Embora tenhamos explicado o formato e o objetivo de nossa pesquisa, acreditamos que o momento específico, em que se deram as entrevistas, favoreceu a construção de algumas fantasias por parte dos entrevistados, especialmente a de que determinaríamos, a partir de suas respostas, se estariam aptos ou não aos encaminhamentos pretendidos.

Essa hipótese pareceu se confirmar em vários momentos, em que os entrevistados se mostraram empenhados em reafirmar que suas casas não se constituíam na melhor opção de encaminhamento. Para a população de rua o abrigamento pode se configurar em uma alternativa “desejável” e foi isso que nos

pareciam dizer estes três adolescentes³¹. Foi possível reconhecer que os três entrevistados pretendiam uma vaga em abrigo definitivo³².

Leonardo argumentou no sentido de que sua casa não seria um encaminhamento viável por aí estar sob ameaça de pessoas contratadas por seu padrasto para matá-lo: “[...]Aí eu não gostei disso. Aí eu fui pra rua. Aí no outro dia tinha lá perto de casa tem uma boca de malandro, ele (o padrasto) tinha contratado uns caras pra matar eu. Aí eu fui e fui embora.”.

Alessandro alegou que seu padrasto era violento e tinha o hábito de expulsá-lo de casa, lhe mandando comer na rua: “Ah, sô, com meu padrasto dentro de casa... tipo assim, eu chegava da rua ele falava assim: ‘ah, vai comer na rua!’ aí começava a me xingar, começava a te xingar desses nomes assim errados. Aí eu só ia guardando na cabeça. Falei nó, vou sair dessa casa aqui um dia...”.

Pedro, por sua vez, afirmou que não queria voltar e a família também não o aceitaria de volta, como se vê pela seqüência de enunciados a seguir (observação: C é entrevistadora e P o entrevistado):

C: Você acha que não teria como você voltar para sua casa, não?

P: Não. Teria não.

C: Por que?

P: Ué, porque eu não quero mesmo. Minha família também não me aceita em casa.

Este mesmo entrevistado disse, logo no início da entrevista, que seu pai o obrigava a mendigar e lhe batia quando não conseguia voltar para casa com dinheiro suficiente, um possível argumento para que não o levassem de volta ao convívio familiar: “É porque meu pai, meu pai tinha mandado eu ir embora de casa, aí... que ele queria que eu ficava pedindo na rua, né? E eu não queria pedir mais, aí depois se eu não chegasse em casa com muito dinheiro ele batia em mim. Aí foi um dia eu falei com meu pai que eu não ia pedir mais, ele foi e me mandou embora de casa.”

³¹ Os entrevistados foram os adolescentes Leonardo, Alessandro e Pedro (nomes fictícios), de 17, 15 e 13 anos, respectivamente.

³² Entenda-se por abrigo definitivo aquele em que o adolescente pode permanecer até os dezoito anos, em oposição ao centro de passagem, onde o tempo de permanência é de, no máximo, 90 dias.

Além desses argumentos, que desqualificavam o retorno familiar enquanto alternativa de encaminhamento, os três entrevistados se empenhavam em mostrar que tinham um novo projeto de vida, merecendo portanto o “voto de confiança” representado pelo abrigo definitivo. Assim, disse Leonardo ao ser perguntado sobre seus planos para o futuro: “Ah, não roubar, comprar uma casa, eu sozinho, minha esposa... não roubar, não fumar... não fazer nada, só ficar quieto... vendo televisão, ajudando ela...”

Também o entrevistado Alessandro se dizia interessado em “mudar de vida”: “Falei, ah, mexer com crime não compensa, não. Deve ter umas seis semanas que eu estou nessa casa aqui. Por causa que eu tava procurando um lá. Eu fui lá no conselho tutelar e falei: eu quero sair do mundo das drogas, não quero ficar no mundo das drogas, não. Aí eu fui lá e peguei e parei. Peguei e vim pra essa casa aqui e eu tô aqui, né? Esperando o lugar aonde eu vou lá e estudo. Quero estudar e sair dessa vida, entendeu?”

O mesmo discurso apareceu na entrevista com Pedro: “Daqui pra frente eu quero estudar, trabalhar, né? Que depois eu possa ajudar minha família também. Que pra minha casa mais eu não quero voltar, né? Aí eu quero trabalhar, ficar no abrigo e que eu possa estudar pra ajudar minha família.”

A mudança de vida apareceu ligada ao trabalho e ao estudo, provavelmente valores proferidos por educadores do abrigo - além de serem também circulantes em nossa cultura - e por isso repetidos pelos adolescentes no intuito de conseguir o abrigo definitivo. Essas duas estratégias - desqualificar o retorno familiar como opção e apresentar-se com um novo projeto de vida, afinado com os valores do abrigo - nos levaram à hipótese de que nossa presença estaria sendo relacionada aos futuros encaminhamentos de cada entrevistado.

Essa possível fantasia a respeito da entrevista se deu mesmo diante de todas as explicações acerca da entrevista. A todos os entrevistados foi dito que estávamos realizando uma pesquisa sobre meninos com trajetória de vida nas ruas e que lhes seriam feitas algumas perguntas sobre essa experiência. Perguntamos, também, se gostariam de participar e se poderíamos gravar a entrevista. A concordância dos três,

bem como da coordenação do abrigo – responsável pelos adolescentes naquela circunstância – possibilitou a realização das entrevistas.

Com o intuito de preservar a identidade dos entrevistados, nos referiremos a eles com os nomes que eles escolheram para si e não com os nomes verdadeiros.

Depois de realizadas as entrevistas, os três manifestaram o desejo de ouvir as próprias vozes gravadas. Reuniram-se ao redor do pequeno gravador nas mãos da entrevistadora. Leonardo e Alessandro ouviram suas vozes no gravador e balançaram a cabeça afirmativamente, como que concordando com sua própria fala. Logo depois Alessandro mostrou sua voz a Leonardo e disse: “Voz de bandido!”, em tom orgulhoso.

Leonardo fez com que Pedro, o mais novo ouvisse sua voz e repetia a atribuição dada por Alessandro: “escuta a voz do bandido!”, com o mesmo orgulho. E, usando suas palavras no gravador, ensinou a Pedro: “Tá vendo? O que você quer, na rua você tem!”. O que se ouviu no gravador nesse momento foi a resposta de Leonardo à nossa pergunta sobre como era a convivência entre os meninos de rua: “Ah... é real. É real. O que cê pedir, cê tem. O que cê... tipo assim cê tomar banho, cê tem com eles, te leva ocê. Vestir a roupa deles, cê tem. Cheirar tinner, cê tem.”

Tentando descrever o *setting* das entrevistas, algumas observações não podem deixar de ser apontadas, pela riqueza e especificidade das mesmas. O processo de construção da identidade masculina, neste universo, nos pareceu ter particularidades que entravam em contradição com modelos e valores das equipes de educadores, ou seja, a “voz de bandido” entrava em choque com o “trabalhador honesto”. Os mais novos e mesmo os demais passavam por processos não-formais que informavam os valores e possibilidades deste mundo competitivo – ou seja, se se tornassem bandidos fortes, tudo o que almejassem seria concedido.

Por outro lado, estavam pleiteando as benesses de um abrigamento definitivo e precisavam exhibir outros valores – um vago projeto de trabalho, estudo, casamento, em que nem sempre conseguiam incorporar o mundo do trabalho sistemático e rotineiro. Leonardo pensava em se casar e ficar vendo televisão ou ajudando a mulher na casa. Pedro queria endireitar, o que significava estudar, mas em nenhum enunciado se delineou com mais clareza em que consistia essa guinada de rumo. Provavelmente esses projetos, ainda distantes da realidade do mundo adulto, foram construídos não

por haver um desconhecimento de tal realidade, mas talvez porque o próprio fato de sair da rua constituísse para eles um grande passo.

Essas falas a respeito das “vozes de bandido”, acompanhadas de um certo orgulho e também a breve defesa que Leonardo fez da vida nas ruas, sinalizavam uma possível ambigüidade dos entrevistados em relação a seu projeto de vida. Enquanto na entrevista repetiam os ideais de trabalho e estudo, entre si, os entrevistados valorizavam sua semelhança com os bandidos e também o lado positivo da trajetória de rua. Interessante observar que as duas posições se manifestam na presença da entrevistadora, como se endereçadas também a ela.

Depois disso ouvimos a voz de Pedro. Pedro apenas sorriu ao ouvir a própria voz. Os outros dois entrevistados já não estavam mais presentes, não demonstraram interesse em ouvir a entrevista de Pedro, o mais novo, portanto, o que ainda não portava os emblemas viris que os encantavam. Associado ao viés de gênero, o viés geracional compunha uma combinação que agregava valor aos mais experientes e desqualificava os mais novos.

Leonardo manifestou-se em relação à entrevistadora em mais dois momentos: depois da audição coletiva das entrevistas, o entrevistado apareceu na porta da sala onde a entrevistadora conversava com a coordenadora do abrigo e cantou uma música sertaneja em tom romântico, numa atitude aparentemente sedutora. Depois, quando a entrevistadora se despede dos educadores e está prestes deixar o abrigo, Leonardo surge ameaçando indiretamente um outro adolescente da casa: “Vou matar neguinho aqui, hein! Vou tomar banho de novo, mas se neguinho me fizer suar eu vou matar gente aqui!” Esta fala parecia ter o intuito de avisar aos educadores da casa sobre a razão de uma futura cena de violência, mas também seduzir pela agressividade. E seduzir a entrevistadora, pois os educadores estavam dentro da casa e não havia razão para o entrevistado ir atrás da entrevistadora avisando-a de um possível assassinato.

Tal comportamento leva a crer que não apenas Leonardo considerava a agressividade, o comportamento violento, como elementos que faziam os homens desejáveis, como aproveitava a cena para exercer a melhor possibilidade de interação que parecia conhecer – se valorizar e seduzir o interlocutor. Nessa interação caberia ao homem seduzir, primeiro, pela via do romantismo – cantando música sertaneja – e

depois pela demonstração da virilidade através da agressividade; e à mulher caberia o deixar-se seduzir.

Alessandro não empreendeu nenhuma tentativa de sedução explícita, mas parecia querer fazer “boa figura como bandido”, contando bravatas e demonstrando esperteza nas situações difíceis. Em certo momento da entrevista ele chegou a dizer: “Que nem, quer ver? Todos os assaltos que teve na avenida Cristiano Machado ali, tudo foi eu.... tudo! (...) Tudo foi eu. Roubava demais. Supermercado... dava o derrame, pegava uns cinqüenta gramas de pó, pó de cheirar no nariz, pegava cinqüenta gramas de pó e cheirava tudo e na hora de pagar eu não tava com o dinheiro... eu tinha que roubar, né? O cara falava: “até cinco horas eu quero meu dinheiro de qualquer jeito. Dá um jeito de arrumar meu dinheiro”. Eu tinha que sair pra negociar.”

Ao mesmo tempo, Alessandro dizia querer mudar de vida, sair do “mundo das drogas”, estudar e arrumar emprego – seriam os momentos em que se pode interpretar o texto como sedutor - em que o emitente quer enlaçar o ouvinte pela via da sedução.

Pedro, por sua vez, queria aparentar fragilidade, fazendo-se de vítima para a entrevistadora. Durante a entrevista, ressaltou as dificuldades da rua e as injustiças sofridas por ele em seu convívio com a família: “Eu achei a rua muito ruim porque a gente não tinha sossego de dormir direito... que a gente fechava o olho pra dormir na mesma hora tinha que abrir o olho porque tinha uns meninos na rua querendo tomar a cobertura da gente...” e sobre a família: “Minha mãe também ela não gosta de mim... ela bate na gente... [...] É por que lá em casa eles quer que chega com dinheiro em casa... e eu não consigo levar... quer que a gente rouba de qualquer jeito...”

Assim os entrevistados se posicionaram diante da entrevistadora: Leonardo tentando a sedução pelo romantismo ou agressividade, Alessandro se mostrando o “bandido” competente, herói das bravatas, mas ao mesmo tempo buscando uma redenção; e Pedro se vitimizando, tentando convencer a entrevistadora – e talvez a si mesmo - de como sofreu injustiças (o que não estamos, de maneira alguma negando), com olhar sempre baixo, em direção ao chão e voz sussurrante, quase inaudível.

A seguir as análises das entrevistas. Em cada caso, partiremos de um breve histórico, seguido de informações adicionais, obtidas pela documentação de cada adolescente que nos foi cedida pela coordenação da Campanha Agasalhe BH Feliz. De

posse de tais informações, passaremos à análise propriamente dita, que será feita tendo como referência as categorias de análise discutidas no Capítulo 2.

4.2 CASO 1: LEONARDO

Leonardo tinha, à época da entrevista, 17 anos. Para quem vive nas ruas esse é um momento crucial, pois ao completar os dezoito anos, não se é mais público das políticas de assistência à criança e ao adolescente³³. E embora os programas sociais busquem trabalhar com o adolescente essa transição e suas possíveis implicações, esse momento não deixa de ser ansiógeno para ambas as partes (educadores sociais e adolescentes) – especialmente se considerarmos a escassez de alternativas socialmente oferecidas para um adolescente que, geralmente, tem baixa escolaridade e nenhuma formação profissional.

4.2.1 Breve histórico

Leonardo teria sido abandonado pelo pai, segundo seu relato, quando era ainda bebê. Nessa época, pai e mãe já haviam constituído outras famílias, as quais o rejeitavam por não ser filho do companheiro da mãe e nem da esposa do pai. Assim, a solução encontrada pela mãe foi internar Leonardo na Fundação Educacional Caio Martins³⁴, onde permaneceu por três anos – entre as idades de treze e dezesseis anos. Nessa passagem Leonardo demonstrou certa ambigüidade em relação à sua permanência na instituição: se, por um lado, ele relatou uma convivência problemática com os outros internos da casa – envolvendo ameaças e violências constantes – por outro, ele falou também de uma estrutura física considerável, da qual desfrutou de bom grado.

³³ Os programas de atendimento à criança e ao adolescente trabalham com a definição de infância e adolescência contida no ECA e, assim sendo, os atendidos deixam de sê-lo ao completar dezoito anos.

³⁴ A Fundação Educacional Caio Martins - FUCAM, tem como missão o acolhimento e educação de menores carentes. Mantém seis unidades operacionais nos municípios de Esmeraldas, Buritizeiro, Juvenília, Januária, São Francisco e Riachinho, abrigando meninos e meninas em regime de internato e semi-internato. (Fonte: <http://www.educacao.mg.gov.br/see/acao010.htm>. Acessado em 10/01/2006, às 18h10min.)

Passado o tempo da Fundação Educacional Caio Martins, de onde teria sido expulso por queimar um colega, Leonardo voltou à casa da mãe, onde presenciou o padrasto agredindo a mãe. Tal fato chegou a causar uma desavença entre ele e o padrasto. Leonardo agrediu o padrasto fisicamente – quebrando-lhe uma perna e um braço – no intuito de defender a mãe e por isso foi expulso de casa. A partir dessa violenta ruptura com a família iniciou-se a trajetória de Leonardo nas ruas.

Leonardo relatou um começo de vida nas ruas com um certo deslumbramento, caracterizando seu convívio com os outros meninos como cooperativo e a vida na rua, em geral, como um âmbito sem regras quase que exclusivamente regulado pelo desejo. Mas quando perguntado sobre a existência de regras para a sobrevivência, Leonardo relatou a proibição de se pedir cigarros, de se olhar “feio” para alguém e também a resolução de conflitos sempre pelo uso da violência. Segundo Leonardo era também constante o perigo de ser queimado durante o sono. Tal como ele mesmo chegou a fazer quando estava na Fundação Educacional Caio Martins, Leonardo contou que, na rua, era prática comum derramar *tinner* sobre um desafeto e atear fogo. De fato, em minha experiência como educadora, presenciei algumas vezes os efeitos dessa prática.

Leonardo passou um tempo nas ruas de Belo Horizonte – tempo esse que ele não soube precisar, como todos os outros tempos de sua vida – e depois procurou o Programa Miguilim no intuito de ser abrigado. Foi assim que conseguiu a vaga no abrigo da Campanha Agasalhe BH Feliz³⁵, onde aguardava encaminhamento para uma instituição na qual pudesse permanecer até completar 18 anos.

4.2.2 *Informações adicionais*

Leonardo nasceu em 07 de março de 1987 em Belo Horizonte. Em sua casa viviam a mãe (de quarenta e nove anos), o padrasto de idade ignorada e os seis irmãos com idades entre sete meses e onze anos. A mãe e o padrasto trabalhavam como garis e os irmãos eram todos estudantes. Leonardo estudou até a terceira série do ensino fundamental.

³⁵ Para informações sobre a Campanha Agasalhe BH Feliz, vide seção 4.1 (Sobre o setting das entrevistas).

Leonardo permaneceu nas ruas por aproximadamente um ano e, durante esse tempo, fez uso de maconha e craque. Seus locais de permanência eram a região da Pampulha (próximo à barragem) e também a Pedreira Prado Lopes, onde conseguia drogas³⁶. Teve passagens pelo Conselho Tutelar e Juizado da Infância e Juventude. E embora Leonardo tivesse dito durante a entrevista que teria que cumprir medida sócio-educativa, nada consta em sua documentação sobre tal medida e também não há menção alguma à Fundação Educacional Caio Martins (onde ele diz ter permanecido por três anos).³⁷

A coordenação do Agasalhe BH Feliz, para onde Leonardo foi encaminhado pelo Programa Miguilim, realizou contatos com o Conselho Tutelar de Venda Nova, portador de um breve histórico da situação de Leonardo. O Conselho revelou ter entrado em contato com a família de Leonardo para conversar sobre sua permanência nas ruas, sem obter respostas. Não se pode afirmar, entretanto, se o silêncio da família foi por desinteresse ou por se sentir impotente diante do caso. O fato é que, em virtude de não ter sucesso com a família, o Conselho Tutelar a encaminhou ao SOSF (Serviço de Orientação Sócio Familiar da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte)³⁸. Contudo a família não compareceu em nenhum dos atendimentos agendados, o que provocou sua exclusão do serviço.

³⁶ Belo Horizonte apresenta alguns pontos que são locais de frequência de públicos muito específicos. A Pedreira Prado Lopez é um aglomerado, considerado “zona quente de criminalidade” pela Polícia, local privilegiado para obtenção e tráfico de drogas. A região da barragem da Lagoa da Pampulha é um ponto nobre da cidade: a orla do lago tem grande parte ocupada por residências de classe alta ou média alta, clubes de lazer e esporte, além de concentrar a região de um movimentado aeroporto e abrigar grande parte da arquitetura de Niemayer. A parte ocupada pelos moradores de rua, contudo, é um vão que há sob o viaduto da Pampulha, o qual liga a avenida Antônio Carlos à Pedro I. É um local de baixa iluminação, malcheiroso devido à proximidade da Lagoa da Pampulha e de difícil acesso para policiais, educadores sociais e grupos religiosos. Além de, em geral, ser protegido por cachorros que ameaçam atacar quem se aproximar.

³⁷ Não pretendemos com tal informação desacreditar o entrevistado, apenas ressaltar a discrepância entre o que ele disse na entrevistada e os dados em poder da Campanha Agasalhe BH Feliz; discrepância essa que pode se dever a vários fatores, inclusive a dificuldade dos programas em levantar todo o histórico de cada pessoa atendida.

³⁸ O SOSF atende famílias com medida de proteção aplicada na reorganização da dinâmica familiar, em busca do resgate dos direitos das crianças, através de atividades de orientação, apoio e proteção sócio familiar, definidas a partir de um plano de intervenção construído com as próprias famílias. (Fonte: www.congemas.org.br/Pesquisa%20Trabalho%20Infantil.pdf, Acessado em 31/01/2006)

Durante a permanência de Leonardo no Agasalhe BH Feliz, a coordenação do abrigo realizou uma visita familiar para realizar o encaminhamento mais pertinente, isto é, aquele que pudesse garantir o cumprimento dos direitos fundamentais. As visitas, em geral, eram feitas pela própria coordenação em companhia do adolescente atendido. De posse das informações obtidas na visita, a equipe do abrigo discutia a possibilidade do retorno familiar. Caso fosse constatado que tal retorno não configurava uma boa opção para o adolescente, buscava-se então um abrigo.

No dia da visita à casa de Leonardo, ele e a coordenadora do abrigo foram atendidas por sua irmã, de onze anos, em virtude dos pais não estarem em casa. Essa irmã do adolescente, a qual denominaremos R – informou que ele tinha envolvimento com drogas em sua comunidade, tendo sido espancado por traficantes por contrair dívidas não quitadas.

A partir desse espancamento, Leonardo passou a roubar em casa, o que levou o padrasto a desenvolver certa resistência em relação a ele. Em certa ocasião roubou dinheiro de sua mãe que, em virtude disso, teria pago dois rapazes para lhe bater.

R, a irmã, afirmou que tem medo de Leonardo porque ele teria tentado estuprá-la. Mais tarde, em telefonema ao Agasalhe BH Feliz, a mãe de Leonardo confirmou essa tentativa de estupro e também o fato de ter pago dois homens para bater em Leonardo. Nesse mesmo telefonema a mãe disse que não comparecia aos atendimentos do SOSF porque trabalhava nos horários agendados. Ela não quis falar com o filho, mas pediu à coordenadora que dissesse a ele que se preocupava com sua situação, entretanto acreditava que o melhor para ele seria ficar no abrigo, uma vez que os traficantes do bairro estariam à sua procura para acerto de contas.

Dias depois a mãe ligou novamente e, parecendo confusa, negou a história dos traficantes. Nesse dia ela recebeu a informação de que o filho teria evadido do Agasalhe BH Feliz. Informou, então, ao Programa que tinha intenção de procurar o filho nas ruas e levá-lo pra casa, o que acabou não fazendo por ceder à pressão do marido, que se mostrava contrário às tentativas dela de resgatar o convívio do filho com a família.

Finalmente, cabe uma observação: foi Leonardo quem escolheu para si esse pseudônimo durante a entrevista. Mais tarde descobri, nos relatórios do Agasalhe BH Feliz, que Leonardo é o nome de seu padrasto.

4.2.3 *Análise*

Leonardo, em diversos momentos da entrevista, colocou-se numa posição de vítima - aparentemente numa tentativa de me convencer de que merecia uma vaga no abrigo. Por mais que eu tivesse dito que não tinha relação com a campanha Agasalhe BH ou como Ministério Criança Feliz³⁹, os entrevistados agiam como se eu fosse uma espécie de “espiã” da casa, investigando suas vidas para saber quem era digno ou não de uma vaga no abrigo.⁴⁰

Deixamos que as entrevistas transcorressem sem nos preocuparmos em desfazer essa fantasia, acreditando que se nos esforçássemos demais em provar que a pesquisa não tinha relação com a campanha acabaríamos por causar, justamente, a impressão que tentávamos evitar. Felizmente percebemos que mesmo sob o “discurso pronto para educador social” se constroem sentidos, se apresentam visões de mundo e projetos de vida. A racionalidade do discurso não é suficiente pra impedir o aparecimento de elementos ideológicos e inconscientes, bem como o posicionamento do sujeito frente às questões que se lhe apresentam.

4.2.3.1 *Trajetória de vida nas ruas*

O motivo da “opção” de Leonardo pela rua teria sido o fato de ter sido expulso de casa pelo padrasto. E ele começou a entrevista me dizendo que a vida na rua era difícil: “*Sem lugar pra mim dormir era difícil*”. Não se pretende com isso desvalorizá-lo e minimizar as agruras da trajetória de vida nas ruas, mesmo porque se acreditássemos que não há dificuldades não proporíamos a questão que motivou esta pesquisa. Mas

³⁹ O Ministério Criança Feliz é um entidade parceira da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, executora da Campanha Agasalhe BH no ano de 2004.

⁴⁰ Os meninos que são abrigados durante a campanha podem ser encaminhados às suas famílias, aos centros de passagem ou a um abrigo definitivo.

há que se observar também o *ethos discursivo*, assim definido por Maingueneau (1997, p. 45):

uma dimensão bem conhecida da retórica antiga que entendia por *ethé* as propriedades que os oradores se conferiam implicitamente, através de sua maneira de dizer: não o que diziam a propósito deles mesmos, mas o que revelavam pelo próprio modo de se expressarem.

Entretanto a AD entende que o enunciador não elabora seu estilo de oratória em função dos efeitos que pretende causar na platéia, outrossim, que esse estilo é determinado pela formação discursiva à qual pertence o discurso. De fato se entendemos que o discurso do adolescente que estava abrigado em uma instituição evangélica, à qual pretendia convencer de sua “regeneração”, não seria forçoso concluir que o discurso seguia uma moral cristã. Segundo essa moral, o adolescente, para ser convincente, precisaria assumir o papel do pecador arrependido em busca de perdão e salvação. Assim, o discurso do menino de rua, nesse contexto, assumiu o *ethos* discursivo do pecador arrependido o qual pertence a uma formação discursiva judaico-cristã que o transcende.

Por outro lado, Leonardo percebia a rua também como um lugar que oferecia algumas possibilidades de sobrevivência, especialmente pela colaboração entre os pares. Assim ele descreveu sua convivência entre os meninos que vivem nas ruas: “Ah... é real. É real. O que cê pedir, cê tem. O que cê... tipo assim cê tomar banho, cê tem com eles, te leva ocê. Vestir a roupa deles, cê tem. Cheirar tinner, cê tem”. Não havia apenas carência, mas também acolhimento e cooperação. Por outro lado, havia a presença da polícia, que se mostrava mais dura com os meninos que com as meninas: “Que homem, qualquer homicídio que fazer com as meninas ta fudido. [...] Aí a polícia reage mais é com os homens.”

Há que se ressaltar, que mesmo reconhecendo as benesses da rua, Leonardo expressou também o desejo de se diferenciar dos meninos de rua, os quais chama pivetes: “Nunca eu não fui pivete. Que os pivete não gosta de tomar banho. [...] Pivete é quando cê fica xujo. Roupa xuja. Todo xujo. Cheio de caraca. Aí eles já chama eles de pivete”. Diante dessa desqualificação dos “pivetes”, perguntamos se ele nunca teria sido um deles e Leonardo se desdiz: “Não. Já, já, né? Mas toda casa que eu já fui eu já fiquei. No colégio interno, na casa da mulher que deixava nós tomar banho”. Nesse

momento, Leonardo reconheceu que já morou nas ruas, mas faz questão de salientar que era limpo, que tomava banho. Ele buscou rechaçar os aspectos negativos que pudessem associá-lo à imagem tradicional do menino de rua, especialmente se dizendo “limpo”.

4.2.3.2 *Identidade*

Leonardo foi abandonado pelo pai, segundo seu relato, quando era ainda bebê: “Aí ele foi e saiu correndo da minha mãe e de mim... minha mãe queria que eu ficasse com ele”. Houve um momento, posterior, em que a mãe tentou repassá-lo ao pai, usando o recurso jurídico – “minha mãe foi lá na justiça e processou ele. Não deu nada pra ele” - mas a tentativa não teria sido bem sucedida, além de ter havido recusa por parte de Leonardo: “mas só que eu não queria também. Aí eu fui e tomei raiva dele”.

Depois disso houve uma recusa das duas famílias em assumir a guarda de Leonardo. Ele aparentemente não pertencia a nenhuma das duas. Foi esboçada uma primeira explicação para esse não-pertencimento, em função da cor da pele: os filhos da mãe biológica e do padrasto, seus meio-irmãos são todos morenos e os irmãos por parte de pai, negros – “meus irmãos é tudo preto”. Perguntamos então em qual seria a cor de Leonardo para checar se ele se sentia pertencente a um dos dois grupos e ele respondeu que era “escuro”. Neste jogo de palavras, preto-moreno-escuro, Leonardo expressou sua “flutuação” entre os dois grupos, bem como sua dificuldade de ver-se como pertencente a um deles. Por mais que tentássemos extrair do entrevistado uma precisão nas expressões referentes a cor da pele, não chegaríamos a isto, uma vez que a imprecisão era identitária. Leonardo não sabia definir sua pertença, era naquele momento um filho de ninguém, sem uma cor que definisse como parte de um ou outro grupo.

4.2.3.3 *Identidade Masculina*

Em relação à construção da identidade masculina Leonardo pareceu vivenciar ambigüidades. Leonardo ora rejeitava as experiências homossexuais, ora as desejava. Assim ele expressou um de seus momentos de dúvida: “Eu conheci um viado que ele me mostrou o negócio dele pra mim dentro do banheiro. Perguntou se eu queria, eu falei que não. [...] Aí ficou cabuloso, eu falei não, pensei duas vezes. Falei que não e não [...] Não. Eu ia fazer com ele. Mas eu fui e pensei que não queria, não.” A palavra “não” apareceu sete vezes no fragmento em que Leonardo falava sobre sua reação à proposta que lhe foi feita. Contudo, entre tantas negativas, apareceram também os enunciados: “Eu ia fazer com ele”, e “pensei duas vezes” (o que indica hesitação). Percebemos uma tensão em relação ao tema. O entrevistado parecia repetir o “não” compulsivamente para reiterar a norma da heterossexualidade (Butler, 1999), repetidamente questionada pelo desejo: “eu ia fazer com ele”. A partir destes enunciados ficou clara a instabilidade do imperativo heterossexual, especialmente para alguém estava num processo de construção da identidade sexual.

Ao mesmo tempo, suas tentativas de sedução da entrevistadora, comentadas na seção 4.1 (*Sobre o setting*) revelavam sua concepção de masculino ligada à agressividade – ele se aproximou da entrevistadora avisando que mataria um dos adolescentes abrigados na casa – e à atividade, isto é, o masculino seria quem, numa posição ativa, seduz e ao feminino (representado pela entrevistadora no setting) caberia deixar-se seduzir. Tal concepção se aproxima das concepções mais tradicionais e conservadoras de masculinidade, o que indica que mesmo que desejasse romper com o imperativo heterossexual em alguns momentos, ainda havia alguma identificação também com valores da dominação masculina.

4.2.3.4 *Adolescência*

Considerando a construção da identidade ideológica como uma das tarefas da adolescência (ERIKSON, 1987), podemos entender a reação de Leonardo de bater no padrasto como uma das tentativas empreendidas em reação a tal construção. Disse

Leonardo: “Bati no meu padrasto. Aí eu não agüentei mais, não. Aí ele tirou eu da casa, eu fui pra rua [...] quebrei uma perna e um braço dele. Que ele bateu na minha mãe.” Levantamos a hipótese de que, ao “não agüentar mais”, Leonardo teria se posicionado – ainda que por meio de uma estratégia questionável – em relação à violência do padrasto contra a mãe, aparentemente comum em seu grupo. E um posicionamento nesse âmbito, da relação entre gêneros, significa um primeiro passo para uma mudança nas relações de gênero. Leonardo – mesmo por uma estratégia conservadora – questionou o “indiscutível” dominação masculina pela violência.

Nos questionamos ainda se a reação de Leonardo não teria sido baseada simplesmente na disputa de poder entre “machos”, que o teria levado a uma disputa com o padrasto pela mãe. E nesse caso ele não estaria questionando a dominação masculina, outrossim, disputando com o padrasto o lugar de macho dominante. Se considerarmos sua tentativa de estupro à irmã de onze anos, poderíamos concluir que ele, na verdade, entendia como o legítimo o direito dos homens sobre as mulheres. Contudo questionamos também se as duas hipóteses não poderiam ser tomadas simultaneamente. Porque nos parece plausível considerar que houvesse uma dialética entre a ruptura e a permanência, a qual levaria o adolescente ora a questionar as concepções ideológicas dadas, ora a incorporá-las.

Essa ambigüidade apareceu também em relação á identidade sexual, conforme discutido na seção sobre masculinidade. Contudo julgamos que seria pertinente a discussão de mais um exemplo de tal ambigüidade. Ao falar sobre a figura do travesti, Leonardo expressa um misto de admiração e escárnio no mesmo enunciado: “Cê não quer uma de dez, não? Ir ali rapidão? Aí ele (o travesti) ia falar assim: ‘dá licença, ó... cê é muito de menor pra mim! Aí ele já xinga e sai rebolando pra você. Aí cê já vira a cara e sai andando, uai.” Leonardo expressou uma forma jocosa de se referir ao travesti, mas que era ao mesmo tempo, uma tentativa de sedução. Nesse caso, ele ofereceu a saída para a situação que foi a o travesti rejeitá-lo, por meio de uma desqualificação: “cê é muito de menor pra mim”. Mas não se pode descartar a hipótese de que numa situação real, tendo o travesti aceitado a investida de Leonardo, provavelmente os dois teriam tido uma relação sexual.

Sobre um projeto profissional, Leonardo não chegou a esboçar o desejo de trabalhar ou ter uma ocupação. No momento da entrevista o máximo que conseguiu expressar foi o projeto de não ser mais “pivete”. Assim se expressou Leonardo sobre seus planos para o futuro: “ah, não roubar, comprar uma casa, eu sozinho, manha esposa... não roubar, não fumar... não fazer nada, só ficar quieto... vendo televisão, ajudando ela...” Esse mesmo ideal se confirma quando eu o pergunto como gostaria que um filho fosse (tentando checar seu ideal de masculinidade): “Ah, não gostaria que ele ficasse na rua, no meio de malandro. Não cheirar, não fumar, só dentro de casa”. Aparentemente a elaboração de um projeto profissional poderia ser um próximo passo, contudo, o que ele conseguia projetar naquele momento era sua saída da rua, o que não poderia ser considerado um projeto modesto, se considerarmos a dificuldade dos meninos de se definirem entre a casa e a rua.

Leonardo parecia estar, naquele momento, questionando os valores e estilo de vida que tinha até então. Ele chega a expressar o raciocínio que o levou a questionar o ato de matar: “Aí eu não agüentei, fui e matei uns dois. Uns dois caras. Aí eu fui contando quantas pessoas eu ia matar, quantos dias eu ia pegar de cadeia. [...] Não, eu não era homem, eu era um covarde, assassino”. Realmente é uma construção ainda precária em termos éticos, pois Leonardo questiona os assassinatos não pela via da valorização da vida, mas sim pela punição que receberia caso prosseguisse matando. Contudo, houve alguma tomada de consciência e alguma reflexão a respeito das escolhas feitas até então. É importante observar a relação que Leonardo estabelece entre o assassinato e masculinidade: “Não, eu não era homem, eu era um covarde, assassino”. Todavia cabe questionar, mais uma vez, se essa autopunição se deveu à sua tentativa de fazer boa figura para ser abrigado.

4.2.3.5 *Considerações preliminares*

Leonardo me contou sua história de maneira não linear e desorientada em relação à temporalidade – suas referências cronológicas são vagas e imprecisas. Todavia não é possível afirmar que esta seja uma característica dos meninos de rua, ou dos adolescentes, ou ainda dessa classe social, uma vez que os demais entrevistados

não apresentaram tal dificuldade. Nem tampouco observei, em minha experiência como educadora social, uma tal característica entre as crianças e adolescentes aos quais atendi. Em Leonardo verifiquei também uma certa dificuldade de abstração que se apresentou quando ele respondia de forma concreta a questões abstratas – como descrever uma pessoa fisicamente quando a pergunta se referia a características psicológicas da pessoa em questão. Contudo tais dificuldades não invalidaram a entrevista de Leonardo, da qual pudemos apreender todos os aspectos citados na análise.

Observamos também, no caso de Leonardo, uma dificuldade de filiação, a qual teria relação com dois fatos relatados por ele: primeiro por não ser considerado pela família como pertencente nem à família do pai, nem à da mãe e, depois, por não se identificar com os meninos com trajetória de vida nas ruas – “nunca eu não fui pivete”, ele disse. Ele não se sentia parte de nenhum dos grupos dos quais tinha participado até então. Isto sem mencionar a Fundação Educacional Caio Martins - que teria sido um lugar de onde Leonardo quis sair durante todo o tempo de sua internação.

Percebemos que, ao fazer-se objeto para si mesmo, narrando a própria história, Leonardo foi se aproximando desse seu não-pertencimento. E talvez por isso tenha sentido a necessidade de justificar suas dificuldades de identificação: no caso da família a razão teria sido a dúvida do pai em relação à paternidade, chegando a levantar a hipótese de que Leonardo talvez fosse filho do companheiro da mãe; por outro lado, o companheiro da mãe não o aceitava por não ser seu pai de fato. A mãe, aparentemente fugindo do conflito com os dois possíveis pais de seu filho, o internou na Fundação Caio Martins – da qual Leonardo também não se sentia “filho”, chegando a chorar com a mãe no telefone, pedindo que ela lhe tirasse de lá.

Sendo finalmente atendido, Leonardo retornou à casa da mãe, de onde foi expulso por entrar em confronto com o padrasto. Ele então decidiu ir viver nas ruas sem, no entanto, se considerar “pivete”. Paralelo a isso, as inúmeras cenas de violência vividas por Leonardo – tanto na Fundação Caio Martins, onde chegou a jogar álcool em um colega e atear fogo, quanto na casa da mãe, onde entrou em luta corporal com o padrasto que também batia em sua mãe e, finalmente, na rua, onde os conflitos eram todos resolvidos pela via da violência física.

Leonardo foi então construindo a própria identidade em meio a uma série de dificuldades de pertencimento e variadas cenas de violência. Percebemos em seu caso, uma série de identificações negadas, entre as quais Leonardo transitava sem que jamais lhe fosse permitido se fixar. Nesse contexto, havia também a urgência de que ele construísse um novo projeto de vida, devido à proximidade dos dezoito anos.

Acreditamos então que Leonardo se constituiu muito mais com base nas identificações que lhe foram negadas do que nas que pudessem, porventura, ser permitidas. Ele parecia não saber quem era, mas certamente entendia quem não era: não era filho do pai, nem do padrasto (às vezes nem da mãe), não era educando da Fundação Caio Martins, não era “pivete”, não era homossexual – referia-se a estes últimos de maneira jocosa, mas também ambivalente.

Contudo, identificamos também uma ambivalência em relação a todas essas impossibilidades de identificação: apesar de não pertencer, ele ainda desejava o contato com a família, também reconhecia as benesses recebidas no tempo de sua internação na Fundação Caio Martins, entendia a rua também como um lugar de cooperação e liberdade e parecia estar sempre hesitante em suas possibilidades de encontros homossexuais. As identificações proibidas se configuravam muito mais em dilema, no caso de Leonardo, do que como interdição irrevogável. E, em meio a todos esses dilemas identificatórios, ainda era exigido que Leonardo se tornasse adulto e senhor de si aos dezoito anos. Entendemos então, que identidade masculina nesse caso, se constituía pela violência e pelas identificações negadas.

4.3 CASO 2: ALESSANDRO

Passaremos à análise da entrevista concedida por Alessandro, um adolescente com trajetória de vida nas ruas de Belo Horizonte, com 15 anos de idade à época da entrevista.

4.3.1 Breve histórico

Alessandro passou a freqüentar a rua com 9 anos por desejar as roupas e correntes no pescoço que seus colegas usavam, as quais ele conseguiria vendendo drogas. Contudo, ao invés de dar aos traficantes o que conseguia com as vendas, Alessandro gastava todo o dinheiro na quadra do Vilarinho⁴¹. A solução encontrada por ele era roubar supermercados para saldar a dívida com os traficantes.

Assim Alessandro passou a freqüentar a rua por períodos cada vez mais longos, saindo definitivamente de casa após a morte da mãe. Segundo ele, sua casa era boa quando ainda podia contar com a presença dela. Depois de seu falecimento, Alessandro ficou sob a tutela do padrasto, que lhe maltratava. Não havia a opção de ficar com o pai biológico que também era falecido. Alessandro chegou a matar um dos assassinos de seu pai – cujas identidades lhe foram reveladas pela avó paterna – mas não quis prosseguir com a vingança por acreditar “que não compensava”. Sua intenção, no momento, seria sair do que chamava de “mundo das drogas”, onde era difícil sobreviver.

E, para tanto, era preciso aprender a “norma do crime” que consistia, basicamente, em ter sempre dinheiro para subornar a polícia e jamais entregar um “doze”⁴², mesmo sob risco de morte. Os policiais foram, durante a entrevista, alvo de duras críticas, figurando – em última instância – como os verdadeiros bandidos – aqueles que “trituran” os meninos de rua.

O que ocorreu na narrativa de Alessandro foi uma certa inversão de papéis tradicionais: os policiais retratados como bandidos e ele – envolvido com o roubo e tráfico – praticamente um herói. Em certo momento ele diz, em tom de bravata: “Todos os assaltos que teve na avenida Cristiano Machado⁴³ ali, tudo foi eu... tudo!”. E mais tarde afirmou: “Tem pessoa aí que acha que nós é bandido, mas nós não é bandido, não, entendeu? Bandido é os polícia. Tem que ter dó é da gente, não é ter dó de polícia, não!”

⁴¹ A quadra do Vilarinho é um local onde os adolescentes da região de Venda Nova (Belo Horizonte/MG), se reúnem para dançar.

⁴² Doze é o jargão para se referir aos traficantes, por serem o número doze no código penal.

⁴³ Nome de uma extensa avenida na região nordeste de Belo Horizonte, onde há permanência de moradores de rua, em pontos específicos.

Ele seguiu contando sua história pretendendo que eu tivesse pena dele. Sobre as diferenças de tratamento entre homens e mulheres, ele disse se sentir prejudicado tanto no crime quanto em casa, uma vez que no crime as meninas eram protegidas por manterem relações sexuais com o chefe do tráfico e, em casa, o padrasto exigia sempre mais dos homens, obrigando-os ao trabalho e agredindo fisicamente quando contrariado.

Entretanto a razão dessa diferença de tratamento Alessandro não soube explicar. Para ele, essa situação em sua casa se deveria ao fato de seu padrasto ser um “judiador”. Ele, quando fosse pai daria todas as condições para que seu filho fosse trabalhador ao invés de criminoso. Entretanto, ao ser perguntado sobre alguém que admire de fato, Alessandro afirmou que admirava um bandido forte de seu bairro que sempre dava “cabadas”⁴⁴ de revólver nos meninos que estavam vendendo drogas ou cheirando tinner⁴⁵ para que voltassem para casa. No final da entrevista ele pediu para ouvir a própria voz (registrada em gravador) e mostrou aos outros meninos da casa⁴⁶: “Olha aí a voz do bandido!”, orgulhando-se de ter “voz de bandido”.

Alessandro manteve um certo tom de vítima até o final da entrevista dizendo que a pessoa que entra para o crime o faz porque foi desencaminhada pelo diabo. E que ele queria seguir o caminho do bem, sair do mundo das drogas, voltar a estudar, trabalhar, não dever nada a ninguém e andar de cabeça erguida.

4.3.2 *Informações Adicionais*

Nas fichas de Alessandro que me foram cedidas pelo Agasalhe BH Feliz, havia um cartão de vacinação, de julho de 2004, com nome e data de nascimento falsos. Além disso um encaminhamento do Conselho Tutelar Norte descrevendo o adolescente como órfão, tendo trajetória de rua e estando em situação de risco. Todos os outros irmãos estariam também abrigados. Alessandro disse que foi ele mesmo quem procurou o Conselho Tutelar, o que explica o fato de haver poucos dados seu respeito.

⁴⁴ Cabada é o mesmo que coronhada (pancada com a coronha do revólver).

⁴⁵ O tinner, um solvente de tintas, é inalado pelos adolescentes por provocar entorpecimento.

⁴⁶ A entrevista foi realizada em um abrigo.

Nessa época, ele ainda não era ainda sistematicamente acompanhado por nenhum programa. Houve indícios, os quais não conseguimos confirmar, de que Alessandro tenha ficado no SECRA⁴⁷.

4.3.3 *Análise*

Alessandro apresentou-se bastante disponível para a entrevista, discorrendo longamente sobre os temas abordados. O entrevistado pareceu empenhado na tentativa de convencer a entrevistadora que merecia uma oportunidade por ter, de fato, abandonado o “mundo das drogas”. Todavia, ainda que buscasse mostrar regeneração, Alessandro também falava do “mundo das drogas” e do “mundo do crime” (conforme ele mesmo denominava) com certo deslumbramento: seus maneirismos, seus cabelos artificialmente louros, a corrente no pescoço, faziam de sua figura algo bem próximo ao adolescente infrator, identificado com valores de riqueza poder, mas ainda com uma estética característica de camadas populares.

4.3.3.1 *Trajetória de vida nas ruas*

Apesar de ter se definido como alguém que não é da rua, Alessandro falou de suas experiências na rua com muita propriedade, demonstrando conhecimento das regras de sobrevivência – as quais chamou “norma do crime” – dos valores correntes e também do comportamento dos meninos de rua.

Sobre a tal “norma do crime”, Alessandro a expressou em quatro regras: 1) a necessidade de se manter a conversação respeitosa com os “colegas” do crime – “ah, saber conversar com os outros, né?”; 2) se manter prevenido para o caso de uma batida policial: se a polícia o surpreendesse portanto drogas, certamente exigiria uma quantia em dinheiro para liberá-lo, assim era necessário calcular o valor da venda da droga contando com a possibilidade de ter que arcar com o suborno – “Aí eles falam:

⁴⁷ O SECRA – Socorro Evangélico à Criança e ao Adolescente – era uma instituição evangélica que mantinha um convênio com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte para abrigar crianças e adolescentes com trajetória de vida nas ruas. A instituição, que funcionou até o ano de 2002, mantinha duas unidades: um abrigo no município de Belo Horizonte e uma fazenda no município de Rio Manso.

quero que você me dá cinco mil real pra eu poder soltar você aqui agora. [...] Se você não tá com esse dinheiro eles vai e leva você, prende você.”; 3) não delatar um doze, isto é, um traficante – (a polícia) já começa a bater aí...querendo que cê dá um “doze” na onde ce mora. [...] E cê não pode dar, né? Cê tem que deixar eles te bater até te matar ocê”; 4) sempre quitar as dividas contraídas com traficantes, sob pena de ser assassinado: – “O cara falava: ‘até cinco horas eu quero meu dinheiro de qualquer jeito. Dá um jeito de arrumar meu dinheiro’. Eu tinha que sair pra negociar.”

Em outro momento, Alessandro falou sobre o comportamento dos meninos de rua: “Te falar com você, você trombar com um menino assim, cê vê que ele vai te roubar você, cê pode sair da reta, aí... se você reagir, nó... capaz até de rancar uma arma e dar em você. Te matar você. Por causa que a pessoa quando tá no crime usa muita droga, não tem noção do que faz”. Contudo, nesse momento Alessandro pareceu mais uma vez usar de uma bravata, só que desta vez em tom de conselho. Em sua fala havia uma certa admiração pelo comportamento agressivo do menino de rua, mas ao mesmo tempo ele justificava a agressividade pelo uso da droga, como que compreendendo tal comportamento como problemático, algo que precisasse ser justificado. O sentimentos envolvidos nos pareceram ser admiração, crítica à agressividade (ou culpa), seguida de justificativa.

Alessandro não pareceu ser um menino com trajetória de vida convencional, com o perfil semelhante aos atendidos pelo Programa Miguilim. Ele relatou ter dormido várias vezes na rua e não ter residência fixa, contudo, seu perfil se aproximava mais do que Craidy (1998) denomina “menino infrator”, já definido anteriormente. Contudo consideramos sua entrevista válida para a pesquisa por compreendê-lo como um dos personagem que compunham o universo da rua e, por conseguinte, sofria as influências desse meio na construção de sua masculinidade. A diferença principal entre Alessandro e os outros entrevistados talvez residisse em suas práticas de sobrevivência. Ele não roubava transeuntes ou carros parados no sinal, mas supermercados. Ele não vivia de mendicância, mas de tráfico de drogas. Essa diferença entre as práticas é significativa em termos das somas que se pode conseguir nessas atividades. Todavia, a experiência de estar ao relento, praticando atividades ilícitas, com vínculos familiares fragilizados era o que unia numa mesma categoria os três entrevistados.

4.3.3.2 *Identidade*

Em sua narrativa, Alessandro procurou se posicionar e também dirimir os possíveis equívocos sobre sua identidade. À minha pergunta sobre sua decisão de viver na rua, ele respondeu: “Tipo assim, eu não sou da rua, não, entendeu? Tipo assim, eu tenho uma casa, mas só que em vez de eu ficar dentro da minha casa, eu ficava mais na rua, no crime. Entendeu? Vendendo droga, *negoçando* assim, ganhando dinheiro, entendeu?”

Ao explicar o que fazia na rua, Alessandro se diferenciou da definição de “menino de rua” segundo CRAIDY (1998): o menino de rua seria de origem social muito pobre, tem aparência física marcada pelo desleixo e descuido, não acumula bens, não prevê o futuro, não tem projeto de vida, organiza-se em grupo de maneira fluida e variável. Os grupos de meninos de rua apresentam laços de solidariedade *versus* individualidade e falta o diálogo. Esse menino também apresentaria desejo de ser assumido pelo adulto, mas quando assumido não consegue permanecer no vínculo.

Ao expor suas atividades, Alessandro se identificou com o grupo que Craidy (1998) denomina “menino infrator”⁴⁸ e o fato dele querer se diferenciar me faz suspeitar de que o infrator desfruta de maior respeitabilidade que o menino de rua. A hipótese que construo é de que o “menino de rua” esteja associado ao abandono enquanto o infrator seja representado como alguém que optou por um estilo de vida, o qual estaria, por sua vez, associado à “esperteza” de quem consegue sobreviver ao inimigo declarado – a polícia.

Em certo momento Alessandro afirmou: “Depois que existiu o revólver não existe homem mais homem que outro no mundo, não. Só que no crime é o mais esperto, entendeu?” Diante dessa afirmação eu perguntei: “O que faz o homem então é o que? A esperteza?” Alessandro responde: “É a esperteza. É usar a cabeça (...) o negócio é usar a cabeça, né? Pra você não morrer.” A esperteza é descrita então como um valor necessário à sobrevivência. E não apenas isso, pois aparece numa cadeia de

⁴⁸ O menino infrator associa-se ao adulto para fins do adulto e é manipulado por ele; pratica o culto ao corpo, ao heroísmo e ao luxo. Busca obtenção de bens para acumulação. Seu projeto de vida é a riqueza e poder, mas sabe que poderá morrer cedo. Os grupos de infratores se organizam de forma rígida e violenta e seus integrantes podem vir de todas as classes sociais. (CRAIDY, 1998)

significantes que associa homem-esperteza-usar a cabeça-crime-sobrevivência, isto é, ser homem no crime significa saber usar a cabeça. Assim o infrator seria aquele que sabe usar a cabeça, diferente do menino de rua – Ferreira (2001) – o abandonado, que não é de ninguém, mas sim da rua.

Uma segunda hipótese se construiria sobre o significado de ser “abandonado” na vida de Alessandro – uma vez que ele perdeu o pai, a mãe e era maltratado pelo padrasto. Em certo momento ele expressou sua admiração por alguém do crime que, de certa forma, demonstrou cuidado por ele: “Ele vê nós nas esquinas assim vendendo droga, ele fala: ‘pode sair quebrando, meu filho.’ Rancava o revólver e começava a dar cabada... ainda mais quando ele pegava cheirando tinner.”

Curiosamente a palavra “filho” apareceu em outros três momentos: primeiro quando ele falou de como cuidaria de um filho - caso tivesse um - dando apoio, amor e carinho; depois, quando se referiu ao padrasto, tentando encontrar razões para sua situação de maus-tratos. “(...) Não sei se porque eu não era filho dele, né? Não sou filho dele e ele sabe muito bem que eu não sou filho dele.”

O terceiro momento seria quando ele falou a respeito de travestis, os quais seriam homens porque podem ter filho. Eu perguntei: “Então a pessoa, podendo ter filho, é homem?” E Alessandro respondeu: “É, uê! Não, não é podendo ter filho é homem, não. Ter filho, isso é normal. Ter filho todo mundo vai ter filho, aí...”

Assim, a palavra “filho” aparece na explicação dos maus-tratos – em “eu não sou filho dele e ele sabe que eu não sou filho dele”, no projeto de paternidade: “eu vou dar amor e carinho para o meu filho”, afirmação essa que nos pareceu quase um lamento e depois “ter filho, isso é normal ter filho, todo mundo vai ter filho”, indicando o ter filhos como banal, quase uma fatalidade, um destino, uma vez que “todo mundo vai ter filho” – diferente da idéia do filho como um projeto.

Ser filho, seria uma fatalidade, porque “todo mundo vai ter filho”. Por outro lado ele não era filho do padrasto. O único que o tratava como filho era o traficante, que advertia sobre o envolvimento com as drogas, sob coronhadas de revólver: “pode sair quebrando, meu filho”. Assim, sua única filiação era, naquele momento, ao criminoso, ao crime.

Neste ponto surgiu também outra questão: qual o sentido de vingar a morte de um pai que ele não conheceu? Segundo Alessandro, seu padrasto o criou desde quando estava na barriga de sua mãe. Eu perguntei:

C: Desde quantos anos ele te criou?

A: Ah... desde quando eu nasci. Quando eu tava na barriga da minha mãe.

E sobre o pai biológico que ele chamou de “pai verdadeiro”, Alessandro disse: “Eu conheci ele, mas, tipo assim, conhecer ele eu conheci, mas só que o problema é que eu era pequenininho, não tinha contato com ele, não, entendeu? Tinha medo do meu pai...”

O padrasto, mesmo o tendo criado desde a gestação, não é considerado pai. Com o pai verdadeiro ele não tinha contato. Pergunto então se essa vingança da morte do pai – ele relata que matou um dos assassinos – não seria uma tentativa de se ligar ao pai de quem tinha medo e com quem não teve contato? O crime, mais uma vez, lhe garante uma filiação, lhe garante ser filho de quem – sendo “pai verdadeiro” – não foi pai de fato.

4.3.3.3 *Identidade Masculina*

Quanto às relações de gênero, por meio das quais se estabelece a dominação masculina, chama especial atenção a história de Alessandro com seu padrasto. Alessandro assim a descreveu: “Ah, sô, com meu padrasto dentro de casa... tipo assim, eu chegava da rua, ele falava assim: ‘ah, vai comer na rua’. Aí começava a me xingar, começava a te xingar desses nomes assim errados. Aí eu só ia guardando na cabeça. Falei: nó, vou sair dessa casa aqui um dia...”

Welzer-Lang (2001) enfatiza que a educação dos homens se faz por um mimetismo de violências. E no caso da família de Alessandro parecia haver de fato uma especificidade no trato com os meninos, como se vê pela seguinte seqüência discursiva:

C: Falava isso só com você ou com as irmãs mulheres também?

A: Falava assim só comigo e com meu irmão.

C: Falava assim só com os homens?

A: É.

C: Por que que trata diferente os homens?

A: Sei não, viu. Por que quando nós completou nossos onze anos ele já queria que nós trabalhava.

C: E as meninas, não?

A: As meninas também ficava na rua, mas ele não falava nada com as meninas, não. Só com os meninos homens. (...) Começava a bater também, né? Batia, dava em mim bicudo... eu fui crescendo revoltado, aí... só guardando na cabeça.

De fato essa situação de violência, dirigida especialmente aos homens, parecia ter uma função “pedagógica”, no sentido de ensinar a “ser homem”, para “incutir” o valor do trabalho. Aparentemente essa socialização para masculinidade interligada ao trabalho ocorreu de forma mais ou menos bem-sucedida, uma vez que Alessandro associou várias vezes, durante a entrevista, o ‘ser homem’ ao ser trabalhador, como nas seqüências a seguir:

A: “Oi? O que é que é ser homem? Ser homem é ser uma pessoa assim que estuda, entendeu? Assim, trabalhador (...), entendeu? Uma pessoa que trabalha e ganha seu dinheiro honesto. Isso é que é homem.

A: “[...] Aí homem pra mim que eu acho, na minha opinião é de seguir o bem, sô! Seguir o bem que eu falo é não andar que nem bandido, entendeu? Vestir roupa honesta, ser trabalhador, não dever nada à polícia, nada aos outros, entendeu?”

Houve uma certa discrepância entre a primeira definição de “ser homem” e uma segunda que se apresentou quando perguntei sobre o conceito de masculinidade (o que é ser homem) para quem estava no crime – conceito esse que associou masculinidade ao levar vantagem, ao ser esperto para sobreviver. Assim sendo, não se pode dizer que houve uma definição única para masculinidade, mas na medida em que surge essa primeira, associada ao trabalho, percebe-se que a “pedagogia” pela violência praticada pelo padrasto imprimiu suas marcas, mesmo que, na prática, o entrevistado tivesse demonstrado a opção por uma masculinidade ligada à criminalidade.

Suspeitamos então que “casa dos homens”, tal como revisitada por Welzer-Lang (2001) tem suas raízes na convivência familiar de Alessandro. É por meio da violência e

do trabalho compulsório na infância que Alessandro tem suas primeiras noções de masculinidade e não foi sem dor que ele se recordou desse primeiro momento da “casa dos homens”.

Todavia nos pareceu haver uma disputa constante pela dominância nessa casa, o que fez com que Alessandro tivesse o desejo de sair e buscar uma masculinidade alternativa ao modelo “homem trabalhador” oferecido pelo padrasto. Numa atitude de “abandono da luta”, diante da impossibilidade de negociação com o padrasto: sua situação e sua escolha se mostra ambígua – acata muitos dos valores transmitidos pelos adultos; rejeita a submissão pela violência; tenta enfrentar o padrasto e encontrar um lugar para si e, na dificuldade em se fazer valer, encontra a saída de cena pela lateral, buscando a rua como um lugar de outras disputas, onde, talvez, tivesse armas mais eficazes. É como se a “casa dos homens” ficasse pequena demais para o socializador e o socializado. Diante disso Alessandro busca sua socialização para a masculinidade no mundo do crime, o qual funciona quase como uma segunda etapa de seu processo de construção da masculinidade.

No âmbito da criminalidade há, segundo Alessandro, uma distinção entre o “bandido forte” – que ocupa lugar de liderança e desfruta de respeitabilidade⁴⁹ entre os pares e a comunidade em geral – e o “bandidinho coca-cola” – ou, nas palavras do entrevistado, o bandido fraco, iniciante. Interpretamos essa distinção entre os “bandidos” como uma reprodução da hierarquia entre homens, já descrita por Welzer-Lang (2001), que diferencia os “grandes homens” - aqueles que aceitam os códigos da virilidade e exercem poder sobre as mulheres e, em alguns casos também sobre os homens – e “os pequenos homens”, aqueles que ficam à margem, não se conformando ao modelo vigente.

Há também a imagem do homem em oposição ao “judiador”. Em sua definição, Alessandro “delimitou”: “Ser homem mesmo é ser trabalhador, você construir sua família mesmo, entendeu? Você dar todo apoio pra sua família que você construiu. Entendeu? Dar amor e carinho para seus filhos, ser trabalhador...” Questionei então se o padrasto não seria homem, uma vez que Alessandro já tinha dito que ele não lhe dera

⁴⁹ Respeitabilidade essa que é conquistada por meio de ameaças, assassinatos que se pretendem exemplares e outras violências.

amor e carinho. Alessandro então respondeu categórico; “Não era, não. Ele era um judiador. Judiador mesmo.”

Assim judiador apareceu em oposição a homem. O que trouxe uma série de questionamentos: ora se o judiador (aquele que bate) não é homem, então o policial – que também bate – não é homem. Todavia os policiais apareceram em um segundo momento como aqueles que, na verdade, são bandidos. Ora, se padrastos, policiais e bandidos não são homens, onde estão os homens? Quem são eles? Quem, no universo do entrevistado, é homem? Estamos falando de seres encarnados ou de um ideal inatingível como nos define Connel (1995) ao falar sobre a tal masculinidade hegemônica que seria um ideal regulador jamais atingido por pelos homens comuns? Ou ainda estaríamos tratando de um dos pólos do binarismo que institui pela regra da “heterossexualidade compulsória” da qual fala Butler (1999)?

Segundo BUTLER (1999) a heterossexualidade seria uma ficção reguladora que necessitava ser continuamente reiterada para se fixar. O “homem” de Alessandro é produto dessa ficção. Ou ele próprio é fictício e inatingível. Todos de seu universo são não-homens, inclusive o próprio entrevistado. Talvez essa impossibilidade de ser o homem tal como ele é entendido é que venha a dificuldade de formular um projeto de vida. Qual o sentido de planejar ser algo que se sabe que nunca será atingido?

4.3.3.4 *Adolescência*

A primeira expressão da construção de uma identidade ideológica foi em relação ao ideal de vingança. Ao saber pela avó paterna informações a respeito dos assassinos de seu pai, Alessandro decidiu matá-los. Tal decisão foi posteriormente revista: “[...] minha avó falou pra mim, né? Qual que foi um dos caras que matou ele. Aí eu fui lá e peguei esse cara, consegui matar esse cara. Mas só que depois eu falei... ah, não compensa, não... sair matando os outros, não. Por causa que tem pessoa na rua que acha vantagem, né? Né, não? Aí eu parei, aí...” Ao dizer que “tem pessoa na rua que acha vantagem”, Alessandro expressou uma oposição aos valores aprendidos na rua, com os quais anteriormente estava de acordo. Perguntei a ele o que seria vantagem na concepção das pessoas da rua e ele respondeu: “Acha vantagem sair matando os

outros, uai!” e acrescentou que o ato de matar traz respeitabilidade: “Vantagem é tipo assim, vamos supor, tá eu aqui, eu pego e te mato você... aí os outros pega e passa na rua e passa a me cumprimentar de medo, entendeu? Começa a ficar com medo de mim. Tudo o que eu pedir pros outros fazer, eles pega e faz...” E, a despeito dessa possibilidade de ser mais respeitado, Alessandro pareceu optar por não prosseguir em sua vingança contra os assassinos do pai.

Sobre a construção de sua identidade sexual, Alessandro apresentou um discurso mais linear e conservador: “Boiola é que fica na rua de noite, aí... né, não? Nas madrugadas... aí que nem tem muitos lá no centro da cidade [...] Porque não tem vergonha, aí... tivesse vergonha ia procurar um serviço, de pedreiro, melhor do que ficar dando o cu no meio da rua, aí... mas tem uns homens que gosta de virar mulher também, né?” Importante observar que a categoria homossexual é restrita aos travestis, o que poderia configurar, a nosso ver, uma tentativa de anular qualquer possibilidade de identificação homossexual. Se homossexual fosse definido como pessoa que relaciona afetivo-sexualmente com outra do mesmo sexo, é possível que, em algum momento, o entrevistado pudesse se incluir em tal definição, o que provavelmente seria indesejável dentro de suas concepções de masculinidade.

Em outro momento, Alessandro pareceu sua orientação heterossexual quando fala das mulheres: “Ah, que eu acho das mulheres? O que eu acho das mulheres é que mulher é uma princesa né, não? Serva de Deus, aí... mulher é de Deus, aí”. Nesse enunciado o entrevistado retoma a moral religiosa, ao definir a mulher como “serva de Deus” provavelmente para demonstrar respeito pela entrevistadora. Após ter dito que as mulheres são princesas – essa expressão é usada cotidianamente como gracejo. Assim para não parecer desrespeitoso ao empreender uma possível tentativa de sedução, Alessandro retoma a moral religiosa.

Quanto à construção de um projeto profissional, Alessandro falou de sua vontade de trabalhar, estudar e sair do “mundo das drogas”: “Eu fui lá no Conselho Tutelar e falei; eu quero sair do mundo das drogas [...] quero estudar e sair dessa vida entendeu? Estudar e trabalhar...” O entrevistado chega a esboçar um projeto ainda mais concreto de profissionalização: o qual já teria começado no passado, sem concluir: “Ah, eu tenho

vontade de fazer um curso, né? De torneiro mecânico. Eu comecei a fazer o curso, só que depois eu parei. Aí eu fui pras ruas de novo.”

4.4.3.5 Considerações preliminares

Alessandro descreveu durante a entrevista um processo de socialização para a masculinidade muito próximo do “mimetismo de violências” descrito por Welzer-Lang (2001). Tal processo teve início quando Alessandro morava ainda com o padrasto que o obrigava a trabalhar desde a infância sob ameaça de violência física que, segundo o entrevistado, chegava a se concretizar com certa frequência. Assim constatamos a imposição violenta de um primeiro valor associado à masculinidade – o trabalho.

Mais tarde, depois de ter optado pelo crime, Alessandro recebeu nova “dose” da pedagogia da violência: um dos bandidos de seu bairro o advertiu sobre os perigos do envolvimento com tráfico, sob coronhadas. Nesta cena, a criminalidade foi desqualificada enquanto possibilidade de identificação, novamente pelo uso da violência. E é relevante observar, que nesse caso, Alessandro não demonstrou o mesmo descontentamento e revolta que demonstrou quando sofreu a advertência do padrasto. Nesse caso, Alessandro pareceu reconhecer como legítimo o uso da violência como “estratégia pedagógica”, ressaltando o fato de o adulto que o repreendeu ser criminoso e contra-indicar o crime. Esse paradoxo se constituiu para Alessandro em um motivo para admirar este criminoso e legitimar o uso da violência.

Além do uso da violência para se inculcar os valores ligados à masculinidade, Welzer-Lang (2001) se refere também à “casa dos homens” como um lugar onde se aprende a combater todos os elementos que possam fazer os homens associados às mulheres. Também na história de Alessandro se verificou esse combate aos elementos associados ao feminino. Ao falar dos travestis, os quais ele percebia como sendo mais próximos às mulheres do que aos homens, Alessandro se mostrou categórico: “Porque não tem vergonha, aí... tivesse vergonha ia procurar um serviço, de pedreiro, melhor do que ficar dando o cu no meio da rua, aí...”. Com este enunciado, o entrevistado combateu o que seria próximo ao feminino usando o primeiro valor da masculinidade

que lhe haviam ensinado: o trabalho – isto é, ao invés de se fazer feminino, o travesti deveria optar pelo trabalho.

E não apenas o padrasto associou o trabalho à masculinidade, mas também o “bandido pedagógico” que distribuía coronhadas aos aspirantes a criminosos. Quando esse bandido insistiu que os adolescentes deixassem o crime, subentende-se que a alternativa seria o trabalho.

Paralela à tentativa de se afastar das características associadas ao feminino, Alessandro tentou ainda – desde o primeiro momento da entrevista – diferenciar-se dos meninos de rua e, ao longo da conversa, buscou também diferenciar-se dos policiais, os quais seriam os verdadeiros bandidos, em sua visão. De fato apareceram uma série de identificações indesejáveis ou, até mesmo, proibidas: travestis, policiais, padrasto violento e meninos de rua. Em relação aos bandidos houve ambivalência: ao mesmo tempo em que o entrevistado se orgulhava de ter “voz de bandido”, ele também buscava sair do mundo do crime.

Aparentemente nenhum dos personagens da história de Alessandro podiam ser considerados homens de fato: o padrasto não seria um homem e sim um judiador – conforme o entrevistado afirmou quando perguntei se o padrasto era homem. Os policiais não eram homens, e sim bandidos. Os bandidos não eram suficientemente homens porque não eram trabalhadores honestos e, segundo o entrevistado, um verdadeiro homem é trabalhador, honesto e não deve nada a ninguém. Assim, a definição de masculinidade de Alessandro se mostrou um ideal inatingível, tal como afirmou Almeida (1995) sobre a masculinidade hegemônica:

A masculinidade hegemônica é um modelo cultural ideal que, não sendo atingível – na prática e de forma consistente e inalterada – por nenhum homem, exerce sobre todos os homens e sobre as mulheres um efeito controlador. Implica um discurso sobre a dominação e ascendência social, atribuindo aos homens (categoria social construída a partir de uma metonímia do dimorfismo sexual) este privilégio potencial. (p. 163)

Assim pareceu o ideal de masculinidade de Alessandro, inatingível e ainda não visto por ele na prática. Ao mesmo tempo esse ideal o controlava, fazendo com que ele continuasse a persegui-lo, a despeito de todas as dificuldades e ambivalências.

4.4 CASO 3: PEDRO

Pedro, 13 anos, foi o entrevistado mais jovem. Era iniciante na rua, o que o tornou um sujeito de pesquisa especial, por poder transmitir o impacto inicial do adolescente que chega à rua. Foi um entrevistado de poucas palavras, contudo, foi possível, depreender alguns de seus valores e posicionamentos, em relação à rua, à sua convivência familiar e ao futuro.

4.4.1 *Breve histórico*

Pedro foi morar na rua porque seu pai o expulsou de casa. O pai exigia que ele pedisse dinheiro na rua e caso Pedro não voltasse com dinheiro suficiente, o pai lhe batia. Tendo Pedro comunicado ao pai que não pediria mais, foi expulso.

Pedro conta que inicialmente achou a rua muito ruim porque não poderia dormir, sob ameaça de ter sua cobertura roubada pelos outros meninos. Outros riscos eram o estupro, a queimadura por *tinner* promovida por meninos que vivem na rua. Pedro já teve a cobertura e o colchão roubados uma vez que passou a noite na praça Sete de Setembro (centro de Belo Horizonte).

Quando lhe perguntei o que teve que aprender para poder sobreviver na rua, Pedro foi categórico ao afirmar que não aprendeu nada de bom e nem de ruim. E completou dizendo que nunca fez mal a ninguém enquanto esteve na rua.

Sobre o pai, Pedro afirmou que o pai era muito nervoso, sistemático e batia em todos da família, inclusive na mãe, por qualquer motivo. Ele não soube explicar porque o pai era assim e disse que conhecia pais diferentes do seu. Sua intenção era ser diferente quando tivesse um filho, cuidando, sendo honesto e respeitoso para que os filhos também o fossem.

A mãe de Pedro também lhe batia e, segundo a visão dele, ela (assim como o pai) também não gostava dos filhos. Ela também exigia que os filhos trouxessem dinheiro para casa e se não o fizessem, a orientação era que roubassem.

O homem que Pedro dizia admirar era um tio seu que, em sua concepção, era um “homem direito”. Quando esse tio encontrava Pedro na rua ele dizia para o sobrinho

voltar pra casa, o que o levava a acreditar que esse tio se preocupava com ele. Para Pedro, ser homem era ser assim “homem direito”, trabalhador, honesto, com caráter e dignidade. E era também assim que ele gostaria que um filho seu fosse; honesto, direito, trabalhador e que freqüentasse escola.

Pedro estudou até a quarta série e diz que gostava muito, especialmente de matemática. Todavia o pai o tirou da escola para que fosse para as ruas praticar mendicância. Essa atitude do pai pareceu absurda a Pedro, que poderia estar concluindo o ensino fundamental, caso estivesse ainda na escola. Um dos irmãos de Pedro estava estudo mas, segundo ele, isso acontecia porque ele não morava mais com os pais e sim como uma família que o adotou.

Pedro pensava em voltar a estudar e em trabalhar para poder ajudar sua família. Entretanto não tinha vontade de voltar a morar com a família e acreditava que também não seria aceito caso tentasse retornar. Ele nutria o desejo de ter um dia sua própria família.

Sobre a forma como meninos e meninas eram tratados na rua, Pedro acreditava que a situação das meninas era bem pior, pois estavam sujeitas a mais e maiores “maldades” das pessoas, podendo ser levadas a lugares ermos, estupradas e mortas. O motivo, para Pedro, de haver mais meninos que meninas nas ruas era o fato de os pais terem mais carinho e “lazer” com as meninas. Contudo não soube explicar porque meninas e meninos eram tratados de forma diferenciada pelos pais.

4.4.2 Informações Adicionais

Pedro nasceu em treze de julho de 1991, na cidade de Santa Bárbara, tendo residido nos últimos tempos com a família em João Monlevade. Ele cursava, à época do preenchimento da ficha de acolhimento do Agasalhe BH Feliz, a quarta série no município de João Monlevade. Não apresentava problemas de saúde e não fazia uso de drogas. Pedro chegou ao Agasalhe BH Feliz encaminhado pelo Juizado de Infância e Juventude. Seu local de permanência na rua era a Av. Cristiano Machado. Pedro tinha três irmãos: duas irmãs de sete e onze anos que moravam com seus pais em

João Monlevade às margens da BR381, num barracão de lona e um irmão de treze anos que vivia com outra família.

Pedro foi encaminhado ao Agasalhe BH Feliz pelo Juizado da Infância e Juventude em virtude de ter sido expulso de casa pelo pai e ter sido atingido na cabeça por uma machadada desferida pelo pai. O motivo do desentendimento entre ambos teria sido a recusa de Pedro em praticar mendicância. O ferimento causado pela machadada teria ficado sem tratamento durante muito tempo, razão pela qual sua cabeça teria ficado “cheia de bichos”. Apesar disso Pedro afirmou que não sentia dor na cabeça, apenas “pontadas”.

A mãe de Pedro também lhe batia, o que teria levado o irmão mais velho a sair de casa. Pedro teria dormido várias vezes fora de casa e não demonstrava vontade de voltar a viver com a família.

O Conselho Tutelar do município de São Gonçalo do Rio Abaixo, o qual acompanhava o caso de Pedro, informou aos técnicos do Agasalhe BH Feliz que o episódio do ferimento talvez não tivesse ocorrido como Pedro contou. O CT informou também que Pedro já morou com uma senhora no bairro Guarani em Belo Horizonte, a qual o teria feito de “aviãozinho”.

Na documentação de Pedro constava também o requerimento de medida protetiva de abrigo efetuado pela Promotoria de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais ao Juizado da Infância e Juventude. Nesse requerimento constava que residia com os pais na zona rural de João Monlevade, quando fugiu para Belo Horizonte em data não especificada.

Chegando a Belo Horizonte, Pedro foi abrigado no Centro de Passagem Emaús que procedeu ao seu recambiamento à cidade de origem. Novamente Pedro fugiu da casa dos pais, voltando a Belo Horizonte e permanecendo na casa de um senhor que vendia balas, que o acolheu devido ao fato de que Pedro não tinha lugar para ficar – além disso, fazia muito frio.

A Promotoria salientava que Pedro era vítima de maus tratos por parte dos genitores e era obrigado a praticar mendicância – fatos esses que o levavam a não querer morar com os pais. Pedro apresentava cicatrizes⁵⁰ no corpo em virtude de

⁵⁰ À época da audiência

agressões físicas e declarou à Promotoria que teria levado uma foçada na cabeça quando chegou em casa sem dinheiro. Consta do requerimento que Pedro não praticava crime de furto e nem era usuário de drogas. Pedro declarou à Promotoria que gostaria de continuar residindo com o senhor que o acolheu.

4.4.3 *Análise*

A entrevista com Pedro foi bastante breve, principalmente porque ele respondeu às perguntas laconicamente. Por isso talvez esta análise transcorra principalmente sobre os não-ditos da entrevista, sobre as afirmações implícitas em algumas negações. Segundo Maingueneau (1997, p. 80): “[...] é a antiga idéia de que é preciso distinguir, em um enunciado negativo, duas proposições a saber, uma proposição primeira e outra que a nega [...]”

O próprio fato de o entrevistado responder de maneira demasiadamente concisa às questões que lhe foram propostas deve ser analisado. Pode ser indício de uma indisposição em conceder a entrevista e/ ou a intenção de esconder algum fato que lhe pareça comprometedor – especialmente se considerarmos as condições em que a entrevista foi realizada. O entrevistado estava em um abrigo da campanha Agasalhe BH Feliz que, coincidentemente terminaria no dia seguinte, o que significava que a coordenação do abrigo tinha aproximadamente vinte e quatro horas para definir os possíveis encaminhamentos aos abrigados. Conforme já comentado na seção sobre o *setting* das entrevistas, é possível que os adolescentes, de posse dessa informação, alimentassem alguma fantasia de que seu comportamento no abrigo definiria de alguma forma o encaminhamento de seu caso e, nesse contexto, a presença de uma entrevistadora a questioná-los sobre sua experiência nas ruas e sobre suas famílias poderia fomentar a idéia de que a entrevista era alguma forma de avaliação, na qual eles poderiam ser aprovados ou não, conseguindo ou não os encaminhamentos desejados. Todavia, as possíveis razões do estilo de interação que se estabeleceu entre entrevistadora e entrevistado só poderão ser melhor conhecidas após uma análise mais cuidadosa do *corpus* obtido.

4.4.3.1 *Trajatória de vida nas ruas*

Sobre sua experiência de viver nas ruas, Pedro apresentou os possíveis perigos nos seguintes enunciados:

E1: “*É... tem gente... é perigoso deles queimar, colocar fogo no pé da gente... é, alguns pega a gente até pra estuprar, fazer maldade, né?*”

E2: “Quando eu tava dormindo, é... quando eu tava dormindo lá perto da praça Sete, eles foi e me levou pra... é... de noite, aí eles foi e me acordou lá, tomou minha coberta e eu fiquei no frio. O colchão que eu tinha também.”

E3: “Porque elas são mulher e as pessoas faz muita maldade com elas. Pode colocar, levar a menina pro mato, matar ela, estuprar...”

Ao mesmo tempo, Pedro disse que não teve que aprender nada para conseguir sobreviver na rua, mas há que se perguntar como conseguiu se manter “ileso” diante de todos esses perigos. Aparentemente no enunciado E2, Pedro omitiu algum dado sobre o episódio do roubo do colchão e cobertas, uma vez que interrompe a frase: “eles foi e me levou pra... é... de noite, aí eles foi e me acordou lá, tomou minha coberta e eu fiquei no frio”. Essa frase sugere que Pedro tenha sido levado a algum lugar o qual optou por não mencionar.

Embora não seja prudente especular, parece importante registrar que houve censura em relação a algum evento, o que sugere a impermeabilidade da experiência de viver nas ruas – isto é, por mais que um educador social ou pesquisador tenha acesso a muitos dados dessa experiência, jamais chegará à sua totalidade. A nossa hipótese é de que os dados omitidos se refiram principalmente às experiências de atos infracionais e também à violência de gênero. Essa segunda se torna uma hipótese na medida em que é fato conhecido pelos educadores que o estupro é uma prática comum na rua, mas raramente aparece como caso concreto. Pedro também mencionou o estupro como uma ameaça para quem está vivendo nas ruas, o que sugere que possa ter presenciado, sofrido ou sido alertado pelos pares. Contudo os casos não chegam aos educadores com frequência, provavelmente pelo fato de ser considerado uma desonra, vergonha ou evidência de fraqueza.

4.4.3.2 *Identidade*

Há que se observar inicialmente na entrevista de Pedro o *ethos* discursivo, ou seja, o tom que imprimiu às suas declarações. Falando sempre com voz baixa, apresentando uma leve rouquidão e olhar fixo para o chão, Pedro colocou-se sempre na posição de vítima nas relações em que descreveu, seja entre familiares, seja durante sua experiência na rua. Esse posicionamento se anunciou desde a primeira resposta (quando foi perguntado sobre o motivo que o teria levado a viver nas ruas): “É porque meu pai, meu pai tinha mandado eu ir embora de casa, aí... que ele queria que eu ficava pedindo na rua, né? E eu não queria pedir mais, aí depois se eu não chegasse em casa com muito dinheiro ele batia em mim. Aí foi um dia eu falei com meu pai que eu não ia pedir mais, ele foi eu me mandou embora de casa.” Entretanto, mesmo sob esse tom de vítima, a atuação de Pedro nessa interação com o pai foi de resistência. Ele demonstrou, ao mesmo tempo, resignação frente ao fato de ter sido expulso, mas também a oposição firme em relação ao pai, tendo preferido a vida nas ruas a ser obrigado à mendicância pela família. Curiosamente verificou-se que, passando a viver nas ruas, Pedro sobreviveu justamente às custas da mendicância. Ou seja, Pedro pareceu aceitar a mendicância como escolha, mas não como imposição da família.

Na relação com o pai, Pedro se coloca novamente como vítima da truculência do pai, que é assim descrito: “Ai ele é muito nervoso, sistemático... qualquer coisinha que a gente fazer ele bate na gente.” Perguntei em quem o pai costumava a bater e Pedro disse que em todos da família, inclusive a mãe. O pai foi também apresentado como responsável pela saída de Pedro da escola: “Meu pai que me tirou da escola pra mim ficar pedindo na rua.” E acrescentou ainda que tinha um irmão que freqüentava a escola porque não morava mais com o pai, vivia com outra família que o adotou. Assim, Pedro responsabiliza o pai por tê-lo tirado da escola, por expulsá-lo de casa – obrigando-o a viver nas ruas – e também por bater em todos da família.

A mãe de Pedro apareceu como uma figura opaca. Alguém que seria também algoz por também bater e obrigar a pedir: “Minha mãe também não gosta de mim... ela bate na gente...” e respondendo sobre a razão de a mãe bater nele, ele disse: “É

porque lá em casa eles quer que chega com dinheiro em casa... e eu não consigo levar... quer que a gente rouba de qualquer jeito...”. Contudo, mesmo sendo também violenta, a figura da mãe não foi apresentada com a mesma ênfase que o pai, talvez por estar também submissa ao pai que parecia realmente ser a figura de maior poder dentro da família. Há que se questionar, entretanto, se todo o poder atribuído ao pai – ainda que fosse um poder destrutivo – não seria uma forma de Pedro se eximir da responsabilidade por algumas de suas escolhas, especialmente a de parar de freqüentar a escola e também sua saída de casa. Tal hipótese parece pertinente se considerarmos o contexto no qual a entrevista ocorreu, num momento em que os adolescentes abrigados pareciam sustentar uma imagem de vítimas de pessoas que os induziram às suas opções ditas erradas, em geral, os pais ou padrastos.

Ao mesmo tempo, Pedro afirmou em certo momento que se conseguisse um emprego ajudaria a família, mesmo não tendo intenção de voltar para casa. O que sugere que, mesmo tendo sido expulso e sofrido agressões físicas, Pedro ainda mantinha um vínculo com o grupo familiar e também um senso de compromisso em relação a ele.

4.4.3.3 *Identidade Masculina*

O modelo de masculinidade apresentado por Pedro foi mais uma vez o homem trabalhador, honesto, de caráter, digno. E quando perguntado sobre como gostaria que fosse um filho seu, caso um dia viesse a ter um, Pedro acrescentou que, além das características já mencionadas como desejáveis no homem, gostaria que freqüentasse a escola – sugerindo que Pedro também quisesse freqüentar a escola. Em outro momento da entrevista ele chega a dizer que gostava muito de estudar e tinha predileção por matemática e termina lamentando que poderia estar quase concluindo o ensino fundamental, o que não tinha acontecido devido à interferência do pai.

Ao ser perguntado sobre a figura masculina pela qual nutria admiração, Pedro mencionou um tio que, em sua visão seria um homem direito e, além disso, alguém que se preocupava com ele. Contudo, Pedro não soube dizer mais características desse tio, sublinhando essencialmente o fato do tio ser alguém que se preocupava com ele: “Ele é

um homem direito, né? Que, às vezes quando eu tava na rua ele passava e me via, às vezes ele falava assim pra mim voltar pra minha casa, né? Eu não voltava.” Segundo esse enunciado, o homem admirável seria aquele que, ao contrário do pai, dissesse a Pedro que voltasse para casa. Assim sendo, o pai seria a antítese do que Pedro considerava admirável. Mas se considerarmos que algumas das atitudes do pai de Pedro possam, na verdade, terem sido também opções suas – especialmente o evasão escolar e a vida nas ruas – Pedro passa a figurar assim como alguém que estaria na contramão do ideal de masculinidade por ele expresso: do homem honesto, digno, trabalhador. E assim, cabe questionar se o pai ora figura como algoz, ora como bode expiatório, ou seja, o mesmo pai poderia ser aquele que expropria, que impossibilita a permanência de Pedro junto à família e também seu acesso à educação, mas é também a justificativa que Pedro tem para os momentos em que fez opções que mais tarde se mostraram desvantajosas, ao privar-se, por escolha, de dois de seus direitos básicos, que são a convivência familiar e a escolarização. O pai de Pedro possivelmente teria se tornado uma figura óbvia para assumir a posição de algoz – principalmente por já ter estado repetidas vezes nessa posição.

Essa provável tentativa de Pedro de passar ao lugar de vítima explicaria o *ethos* discursivo presente em toda a entrevista e também a concisão de suas respostas como estratégia, ainda que inconsciente, de se esquivar da responsabilidade por algumas de suas escolhas.

4.4.3.4 *Adolescência*

Logo na primeira resposta de Pedro já se pode vislumbrar a construção de um projeto ideológico: quando o entrevistado expressou seu rompimento com a família que o obriga a pedir é possível que ele esteja rompendo com a lógica de exploração dos pais sobre os filhos, mas não necessariamente com a mendicância. A opção de Pedro pela trajetória de rua o obrigou, de certa forma, a um retorno à mendicância com a diferença de que desta vez os ganhos obtidos passariam a ser controlados por ele, a menos que passasse a ser explorado por algum adulto na rua, o que não seria improvável. A exploração de um adulto que não fosse da família, deve ter parecido

aceitável a Pedro. Aparentemente a “novidade” que Pedro buscava não era simplesmente o abandono da mendicância enquanto meio de garantir a sobrevivência, mas uma nova forma de relacionar-se em família. Sobre seu projeto de família, Pedro disse: “Ah, quando eu tiver um filho eu não vou fazer igual meu pai fazia comigo, não. Eu vou tratar deles, ser um pai honesto pro meu filho também ser uma pessoa honesta, né? Dar respeito pra depois eles dar respeito pra gente também.”

Sobre a construção da identidade sexual, Pedro expressou pouco ou nada. *A priori* apenas o desejo de ser diferente do pai, honesto, respeitador, aceitando assumir a posição de cuidador. Contudo, nada expressou sobre orientação sexual, por exemplo. Há apenas o fragmento que sugere que ele talvez tenha sido vítima de estupro na rua, mas como trata-se de uma possibilidade a partir de uma frase interrompida, nada se pode afirmar. Podemos, entretanto inferir que talvez a questão da orientação sexual ainda não tivesse sido incorporada aos seus projetos ou que tenha, no momento da entrevista, sido estrategicamente omitida, uma vez que o entrevistado tentava parecer uma criança, vítima das “maldades” da rua. Não negamos que ele realmente fosse; talvez até por seu porte físico infantil, Pedro ainda se visse como criança e ainda não tivesse tomado para si todas as tarefas concernentes ao adolecer.

Em relação a projetos profissionais, Pedro demonstrou o desejo de retomar os estudos, e ajudar a família, sem entretanto retomar o convívio: “Daqui pra frente eu quero estudar, trabalhar, né? Que depois eu posso ajudar minha família também. Que pra minha casa eu não quero voltar, né? Aí eu quero trabalhar, ficar no abrigo e que eu possa estudar pra ajudar minha família.”

4.4.3.5 Considerações preliminares

Durante a interação com Pedro, percebemos uma necessidade de manter a própria face (GOFFMAN, 1982). Para Goffman (1982) esse esforço do indivíduo seria a orientação defensiva, a qual seria uma tentativa do indivíduo de se colocar como alguém que tem orgulho, honra e dignidade.

Identificamos essa tentativa de manutenção da própria face, por parte do entrevistado, na medida em que ele buscava romper qualquer identificação que

pudesse haver entre ele e os meninos de rua, dizendo-se mais uma vítima desses meninos do que alguém que agiu como eles. Inclusive Pedro afirma com veemência que nada aprendeu durante o tempo que viveu nas ruas. Além disso, seu esforço em mostrar-se preocupado com o sustento do grupo familiar que o explorou e o subjugou por meio da violência, trouxe uma imagem de alguém que não guardou ressentimentos apesar das injustiças sofridas. Não estamos sugerindo que o entrevistado não fosse autêntico em seu desejo de se diferenciar dos meninos de rua ou em sua preocupação com o grupo familiar. Estamos, sim, sugerindo que o entrevistado estava empenhado em mostrar tais posicionamentos, que não seriam, necessariamente, falsos.

O fato de Pedro ter se empenhado em mostrar uma certa imagem nos informou quais seriam seus valores ou, minimamente, que valores ele entendia que se esperavam dele. É possível que, na convivência com educadores da Campanha Agasalhe BH Feliz, muito tenha sido dito a respeito da necessidade dos abrigados construírem uma alternativa à trajetória de vida nas ruas. Assim, incorporando esse discurso, Pedro teria tentado nos convencer de que não tinha perfil semelhante ao que comumente se atribui ao menino de rua – isto é, aquele que pratica roubo, comete violência, é desonesto e não valoriza trabalho e estudo

Outro elemento notável foi a linha de interação que se estabeleceu durante a entrevista. A linha, segundo Goffman (1982) seriam os padrões verbais e não-verbais, através dos quais alguém expressa sua visão da situação de interação e, partir daí, sua avaliação de cada participante e principalmente de si mesmo. Partindo desse conceito, entendemos a postura corporal de Pedro (coluna levemente curvada, olhar fixo no chão) e seu tom de voz (baixo, quase inaudível em alguns momentos), como esses padrões não-verbais que nos indicaram a visão dele a respeito da interação. Tais padrões apontaram uma tentativa de fazer-se de vítima e evocar compaixão na entrevistadora, ao invés de questionamento das atitudes do entrevistado – o que certamente teria sido mais interessante na situação de pesquisa.

A linha estabelecida por Pedro foi aceita e mantida pela entrevistadora, que adotou uma orientação protetora em relação à face do entrevistado. Adotamos tal postura, temendo que o entrevistado, mediante ao questionamento da face que buscava apresentar durante a interação, se recusasse a falar, por se julgar

desacreditado. Todavia, nos perguntamos se a linha de interação tivesse sido negociada, ao invés de prontamente aceita, talvez tivessem surgido fatos novos e o entrevistado pudesse mostrar outras possibilidades identificatórias, além das que tinham sido aventadas até então.

O entrevistado demonstrou, por um lado, a identificação com o homem trabalhador, honesto, estudioso, provedor do grupo familiar, e por outro, a necessidade de se diferenciar das figuras do pai violento e dos meninos de rua. Entendemos que o questionamento da face apresentada por ele, ou mesmo a negociação da linha de interação que se estabeleceu durante a entrevista, poderiam nos fazer vislumbrar alguma instabilidade nessas identificações, tal como demonstraram os outros entrevistados. Acreditamos que as identificações de quaisquer pessoas não sejam fixas e rígidas, mas justamente instáveis e em constante negociação, contudo este aspecto não ficou claro na entrevista de Pedro, especialmente pela linha de interação estabelecida. Este foi um dos motivos que nos levaram a empreender a análise da interação entre entrevistadora e entrevistados, pois percebemos, durante este trabalho, que as modalidades de interação que se estabelecem em uma pesquisa têm influência direta sobre a apreensão da construção identitária dos entrevistados.

4.5 DESTINO DOS ENTREVISTADOS

Informamos, a título de curiosidade, o destino dos entrevistados: Leonardo foi encaminhado de volta à família, que mesmo diante de todas as dificuldades de relacionamento demonstrou interesse em recebê-lo de volta. A informação que tivemos no mês de janeiro de 2006 era de que Leonardo estaria ainda com família - completando então um ano e quatro meses - e trabalhando como flanelinha na região de um shopping. Alessandro e Pedro conseguiram o abrigo que desejavam. Ambos estariam freqüentando escola e curso profissionalizante também pelo tempo de um ano e quatro meses, a contar da data do encaminhamento (setembro de 2004) até a data em que recebemos a informação⁵¹.

⁵¹ Informação oral concedida por Andréia Tomaz, coordenadora do abrigo da Campanha Agasalhe BH Feliz à época das entrevistas, atualmente (janeiro 2006) educadora social do Programa Miguilim.

4.6 ANÁLISE DA INTERAÇÃO ENTRE A ENTREVISTADORA E OS ENTREVISTADOS

Analisaremos a interação entre entrevistadora e entrevistados de acordo com a perspectiva proposta por Maingueneau (1997), já citada, bem como a modalidade apresentada por Machado (2002), também filiada à proposta de Maingueneau (1997). Daremos especial atenção aos elementos inconscientes presentes nos *corpus* já analisados, mas neste capítulo o foco serão os pressupostos dos participantes da entrevista – os quais não são explicitados *a priori* – também seus atos falhos, omissões, pausas na fala, repetições de idéias e tomadas de posição.

Não fazia parte de nosso objetivo inicial mas, neste capítulo, estamos nos propondo a analisar criticamente os atravessamentos que porventura comprometeram as entrevistas. Faz parte de um esforço de transparência quanto à produção dessa dissertação, este olhar sobre cada cenário em que se deu a pesquisa de campo: o *setting* das entrevistas, os conteúdos dos discursos, a construção das questões postas e os cuidados e descuidos no momento da escuta do material produzido pelos sujeitos da pesquisa.

Acreditamos na importância de emprendermos a análise da interação por entendermos que as modalidades de interação estabelecidas influenciam os resultados da pesquisa e, além disso, gostaríamos de expor ao olhar leitor a intencionalidade presente nas questões que propusemos aos entrevistados. Esperamos ainda que tal análise nos possibilite uma avaliação do instrumento de pesquisa utilizado, de acordo com os objetivos pretendidos. Passaremos então à análise das modalidades de interação

4.6.1 *Diretividade*

Embora se saiba que uma postura diretiva, por parte do entrevistador, não seja desejável, especialmente por impedir que o entrevistado se manifeste livremente a respeito das questões propostas, a diretividade pode ocorrer em uma entrevista. No caso das interações avaliadas, a diretividade apareceu principalmente quando a entrevistadora buscava obter respostas que o entrevistado se recusava a dar. Em geral,

as tentativas de condução eram seguidas por recusas explícitas por parte dos entrevistados, chegando ao ponto de haver um literal rechaço à questão proposta pela entrevistadora.

A seguir alguns excertos exemplificam a conduta diretiva, mais freqüente na entrevista ao adolescente Leonardo, o primeiro entrevistado. No trecho a seguir a letra C representa a entrevistadora, enquanto L se refere ao entrevistado.

C: Hum... cê veio pra rua com quantos anos?

L: Eu? Treze.

C: Treze anos? Como é que foi que você tomou a decisão de vir pra rua?

L: Ah... eu tomei decisão própria. Bati no meu padrasto. Aí eu não agüentei mais, não. Aí ele tirou eu da casa, eu fui pra rua. Dormia debaixo de lona.

Esta seqüência isoladamente não denota diretividade. A postura diretiva se mostrou quando a questão da temporalidade se tornou idéia fixa para a entrevistadora que, tentou retomá-la em diferentes oportunidades, como a seguir:

C: Ô, Leonardo, mas cê chegou a conhecer seu pai?

L: (sinal negativo com a cabeça)

C: Não? O que aconteceu com ele? Você sabe?

L: Ah, ele morreu, né? Quando eu tinha oito aninhos de idade.

C: Oito aninhos?

L: Nem... quando eu comecei a andar e falar...

C: Oito meses, não?

L: É... aí eu não agüentei ver não... aí eu pedi ele pra amarrar o cadarço do meu tênis e ele foi e não queria, não. Aí ele foi e saiu correndo da minha mãe e de mim... aí ele foi e falou que não queria mais de mim, queria que eu ficasse com ele, que minha mãe queria que eu ficasse com ele... mas só que eu não queria também. Aí eu fui e tomei raiva dele. Aí minha mãe foi lá na justiça e processou ele. Não deu nada pra ele. Aí foi e ficou difícil pra ela.

C: Mas me explica aqui uma coisa: então quando você tinha oito meses, não é isso? Pequeninho, criancinha, bebezinho... aí ele morava com sua mãe ou eles já tinham separado?

L: Não, ele já tinha outra mulher.

Percebe-se a primeira recusa do entrevistado nesta seqüência de enunciados. Ao invés de responder sobre sua idade quando a entrevistadora perguntou “Oito meses, não?”, o entrevistado optou por relatar a cena em que o pai o rejeitou. A segunda recusa apareceu quando a entrevistadora insistiu na questão da idade do entrevistado com a pergunta: “Mas me explica aqui uma coisa: então quando você tinha oito meses, não é isso? Pequeninho, criancinha, bebezinho... aí ele morava com sua mãe ou eles já tinham separado?”, o entrevistado falou apenas da situação de seu pai, explicando que à época ele já morava com outra mulher, mas não confirmou ou negou sua idade.

Mesmo diante dessas duas recusas a entrevistadora ainda perguntou duas vezes sobre a idade do entrevistado em diferentes contextos. A seguir, os enunciados:

C: Desde pequenininho então, cê morou quantos anos no Caio Martins?

L: Eu? Uns... uns 16 anos eu saí de lá. Aí quando eu saí de lá fiquei morando uns tempos na casa da minha mãe. Aí eu fumava, ficava só no meio de malandro. Cheirava... fumava tudo. Aí no dia que eu machuquei meu padrasto foi na rua. Aí passei uns tempos na rua. Aí eu fui caçar o Miguilim. Aí eles foi e trouxe eu pra cá.

Nesta seqüência, o entrevistado buscou produzir um certo encadeamento entre os acontecimentos, aparentemente para evitar novos questionamentos sobre a temporalidade, supondo que a insistência da entrevistadora sobre a sua idade nos acontecimentos relatados devia-se simplesmente à necessidade de estabelecer uma ordem entre os acontecimentos de sua vida. Assim, o próprio entrevistado apresentou a ordem dos fatos de maneira sucinta, aparentemente para evitar maiores questionamentos. Entretanto a entrevistadora pareceu ter se fixado na questão da temporalidade e na datação dos eventos, mesmo diante das recusas do entrevistado:

C: Isso quando cê tinha treze anos, quando cê foi pra rua, eu pergunto assim: a primeira vez que cê foi morar na rua, né, que cê nunca tinha ido, que cê chegou pra morar na rua a primeira vez, que que cê achou assim, da rua?

L: Eu achei boa. Que no começo todo mundo, quando os meninos vai pra rua acha bom...

Nesta seqüência não há uma questão específica sobre a idade, apenas uma ênfase da entrevistadora na idade do entrevistado à época de sua decisão de morar

nas ruas. Segue-se a essa, uma última seqüência em que o tema é retomado, mas o entrevistado se recusou a responder de maneira incisiva, encerrando o tema:

C: [...] cê conviveu pouco com seu pai, né?

L: É.

C: Até quantos meses?

L: Com meu pai mesmo?

C: É.

L: Até uns... ah... eu convivi com ele muito tempo, até ele largar minha mãe.

C: Quando você tinha quantos anos?

L: Tinha uns treze. Antes de eu fazer dezessete ele saiu de lá?

C: Você morou quantos anos no Caio Martins?

L: Nem uns dois anos direito não é. Tem até uma cara que eu nem lembro, não. Até esqueci daquela praga lá. Não gosto de lá, nem.... lá eles fazem covardia.

“Até esqueci daquela praga lá” pareceu ser a senha para o encerramento da questão, definitivamente – até então Leonardo vinha se recusando a responder sobre idade, datas, tudo o que pudesse demarcar tempo. Contudo a tentativa da entrevistadora em estabelecer uma seqüência temporal entre os eventos justifica-se pela necessidade de se captar as razões pelas quais o entrevistado teria optado pela vida nas ruas, bem como seu movimento de “circulação”, descrito por CRAIDY (1998).

Entretanto, tal tentativa perdeu o sentido na medida em que se tornou uma conduta diretiva, impedindo que o entrevistado se manifestasse de maneira espontânea e, ao mesmo tempo, deixando de explorar elementos relevantes que surgiram nas recusas do entrevistado, como no seguinte enunciado:

L: É... aí eu não agüentei ver não... aí eu pedi ele pra amarrar o cadarço do meu tênis e ele foi e não queria, não. Aí ele foi e saiu correndo da minha mãe e de mim... aí ele foi e falou que não queria mais de mim, queria que eu ficasse com ele, que minha mãe queria que eu ficasse com ele... mas só que eu não queria também. Aí eu fui e tomei raiva dele. Aí minha mãe foi lá na justiça e processou ele. Não deu nada pra ele. Aí foi e ficou difícil pra ela.

Essa resposta foi uma recusa a uma questão sobre idade, na qual apareceu a cena de separação do pai. Obviamente uma cena importante na vida do entrevistado,

que poderia ter sido explorada em suas múltiplas possibilidades, mas permaneceu como um evento isolado pelo fato de a entrevistadora ter tentado localizá-la no tempo ao invés de compreender seu impacto na vida do entrevistado.

Por outro lado, a recusa do entrevistado em responder as questões relativas à temporalidade parecia não se dever apenas a uma dificuldade pessoal em relação a datas, mas também uma dificuldade dele em relação ao momento de transição pelo qual estava passando. Esse entrevistado contava dezessete anos à data da entrevista, podendo, dentro de poucos meses, deixar de ser público-alvo da rede de atendimento à criança e ao adolescente. Assim sendo, a questão do tempo poderia lhe trazer alguma ansiedade, uma vez que a maioria legal teria conseqüências assustadoras para na vida deste entrevistado, especialmente uma desfiliação abrupta e possível falta de perspectivas de trabalho e escolarização. Significaria definitivamente a ilegalidade, o descolamento de uma rede de proteção à criança e ao adolescente, uma trajetória de solidão em relação a determinados conjuntos que a cidade lhe oferecia.

4.6.2 Tripla posição: não-julgamento, responsabilização e persecutoriedade

Considerando a impropriedade de se manifestar qualquer julgamento de valor em relação às condutas e opiniões do entrevistado, especialmente para não inibir sua liberdade de expressão, espera-se que o entrevistador mantenha uma atitude mais investigativa do que persecutória em relação ao entrevistado.

Entretanto, a atitude de não-julgamento pode ser confundida com a passividade diante dos fatos relatados. Como ocorreu na seguinte seqüência de enunciados:

L: Não, assim, tinha cana, tinha os pé de manga, goiaba... tinha a lagoa só de nós nadar... tinha as outras casas só também de menina, tinha escola pra nós. E nós estudava nessa escola todo dia. Aí eu fui e chorei pelo telefone e minha mãe não quis tirar eu de lá, não. Aí nesse dia minha mãe queria ir lá me ver, aí eu comecei a botar fogo nos outros. Aí eu fui e fiquei rebelde. Não agüentei, não. Aí eu fui, minha mãe, fui e pedi a coordenadora foi e me tirou.

C: Como que é isso, botar fogo nos outros? Que que é isso, é...

L: Colocar álcool na pessoa e jogar fogo.

C: E alguém chegou a se machucar seriamente assim ou não?

L: Não.

C: Só queimadura superficial mesmo?

L: Só queimadura, só queimadura. Agora quando eu, agora eu não gosto de fazer isso mais, não. Porque é muito difícil pra mim. Se eu fazer eu vou pegar cadeia. Aí eu não quero mais, não.

Ao perguntar “Só queimadura superficial mesmo?”, a entrevistadora minimizou a relevância do ato violento, como se só uma queimadura de segundo ou terceiro grau – as que não são superficiais, pois atingem, respectivamente, os órgãos internos e os ossos – pudesse ser considerada ato violento grave. O próprio entrevistado, no último enunciado da seqüência apresentado, pareceu reconhecer a gravidade do ato ao dizer que não tornaria a cometê-lo – ainda entrevistadora tenha banalizado o fato, o próprio entrevistado não se absolveu.

Em interação com outro entrevistado, a entrevistadora chegou a minimizar um assassinato cometido pelo entrevistado, que diz ter matado um dos assassinos de seu pai. Na seguinte seqüência a entrevistadora é designada como C e o entrevistado como A:

C: E você matou esse cara, já. Só esse?

A: Só esse.

C: E aí você não quis mexer com os outros por que?

A: Ah, porque eu desisti. Falei, ah, mexer com crime não compensa, não. Deve ter umas seis semanas que eu estou nessa casa aqui. Por causa que eu tava procurando um lá. Eu fui lá no conselho tutelar e falei: eu quero sair do mundo das drogas, não quero ficar no mundo das drogas, não. Aí eu fui lá e peguei e parei. Peguei e vim pra essa casa aqui e eu tô aqui, né? Esperando o lugar aonde eu vou lá e estudo. Quero estudar e sair dessa vida, entendeu? Estudar, trabalhar...

Além da questão “só esse?”, na qual a entrevistadora pareceu insinuar que é uma questão de quantificação, isto é, que matar “só” uma pessoa pudesse ser aceitável, ela prosseguiu na mesma linha de raciocínio ao perguntar porque o entrevistado não prosseguiu em sua vingança, matando os demais assassinos do pai. Mais uma vez o próprio entrevistado demonstrou ser contrário a idéia do assassinato,

se não por motivos humanitários, ao menos por acreditar que o crime não compensa. Argumentação essa que se assemelha àquela apresentada pelo entrevistado anterior, que declarou não ter intenção de “colocar fogo” em mais ninguém porque poderia ser preso se o fizesse. Em ambos os casos, mesmo que não tenha aparecido alguma declaração de valorização da vida humana, havia uma noção de que o assassinato é contrário às regras sociais vigentes, regras essas que foram momentaneamente relegadas pela entrevistadora, no intuito de não julgar os entrevistados.

Acreditamos, contudo, que seja possível uma postura menos neutra e mais investigativa na situação de entrevista, de forma a convidar o entrevistado a uma reflexão acerca de seus atos, sem julgá-lo por eles. Em algumas seqüências a entrevistadora demonstrou tal postura, como a seguir (com o entrevistado L):

C: Quanto tempo você ficou preso?

L: Eu? Fiquei uns três anos.

C: Foi onde?

L: Lá na sétima.

C: Na sétima?

L: Acordei com uma metralhadora. Do meu irmão.

C: O que você estava fazendo com a metralhadora?

L: Tava roubando e assaltando banco.

O entrevistado apresentou como motivo para sua prisão o fato de portar uma metralhadora que, segundo ele, nem lhe pertencia. Entretanto o verdadeiro motivo da prisão apareceu quando a entrevistadora questionou o porte da tal metralhadora. Neste momento a entrevistadora não considerou a resposta esgotada e, ao tentar desconstruir a resposta, o entrevistado se acabou se responsabilizando por sua atitude.

O mesmo aconteceu com o entrevistado A, quando falou sobre as pessoas que escolhem o “mau caminho”. Eis a seqüência de enunciados:

C: Homem não é de Deus, não?

A: Homem também é. Toda pessoa que tá aí no mundo é de Deus, sô! Que Deus dá a vida.

C: Até o doze?

A: Todo mundo. Até essas pessoas que é do crime. Deus dá a vida, aí... o problema é que o diabo desanda, né?

C: É o diabo que desanda?

A: É, uê! Tem um caminho certo, tem o caminho do bem e o caminho do mal, mas tem uns que prefere o caminho do mal.

C: É ele que prefere ou o diabo que desanda?

A: Ah... o diabo, viu! O diabo fica tentando essa pessoa.

C: Por que é que tem uns que o diabo desanda e vão pra outro lado e outros não vão?

A: Porque a pessoa sabe o que que é o bem, né? A pessoa escolhe... você mesma, aí... você foi uma escolha, eu quero o bem ou o mal? Que nem eu, eu tava adquirindo o mal, né, não? Agora não, agora eu tô querendo adquirir o bem. Tô tentando sair dessa vida, entendeu?

C: Então a pessoa pode escolher?

A: Tem escolha, aí... o bem ou o mal... o certo ou o torto...

Nesta seqüência o entrevistado tentou se eximir da responsabilidade por suas escolhas, mas ao ser questionado acabou por reformular seu argumento, reconhecendo que as pessoas podem escolher seus caminhos. O fato da entrevistadora conseguir sair da postura de neutralidade possibilitou ao entrevistado uma reflexão sobre sua condição de vitimizado, inicialmente apresentada, para uma postura de maior responsabilização sobre suas escolhas.

O outro extremo deste *continuum* seria a persecutoriedade. Em alguns momentos a entrevistadora distanciou-se radicalmente da postura de não-julgamento para assumir uma posição persecutória em relação ao entrevistado, chegando a expressar-se contrariamente às suas escolhas – mesmo que de maneira indireta, por meio da mudança do tom de voz. Na seqüência a seguir a entrevistadora interpelou o entrevistado em tom de repreensão:

L: Eles tiram a pessoa, voam na pessoa. Que nem lá no trem lá, tem uns meninos que xinga por causa de um cigarro quebrado. Ô irmão deixa fumar aí? Não!

Tem jeito, não! Aí xinga o cara vai lá e bate nele. Aí eu não gostei disso, não. Que eu vi o menino xingando um cara, ele tava com dois maços de cigarro. Aí eu falei: aí, véi, fumar um maço aí? Fica às pampa, zé? O cara ia bater nele, não deixei, não. O cara queria encrespar pro meu lado. Eu tava com punhal, aí furar o cara todinho por causa dele. Aí eu falei: aí irmão, sai andando aí. Aí o cara foi embora e boa. Aí eu cheguei puxar a faca para ele.

C: Tudo resolve é assim? Ou queima com tinner, ou dá facada... resolve os problemas é assim? É, né?

A priori não haveria problema no fato da entrevistadora questionar o uso da violência como saída única para os conflitos, entretanto nesta seqüência o tom do enunciado da entrevistadora – que aliava indignação e impaciência – transmitiu à sua fala um aspecto de repreensão. Tal repreensão foi imediatamente recusada pelo entrevistado que se justificou:

L: É, uai! Cara não pular, para não pular e não quiser tomar, ele para: ó irmão, então tá branco, então. Aí cê já nem conversa com o cara mais, nem olha para cara dele não. Ocê fala assim: aí, zé, cê precisar de mim para alguma coisa, cê tá fudido. Aí já sabe o que é que é. Queimar ou matar.

Em outra seqüência, a repreensão foi mais explícita, quando a entrevistadora chegou a supor que as meninas talvez não resolvessem os conflitos por meio da violência, sendo portanto, mais tranqüilas. A seguir o enunciado:

C: É? E os outros problemas assim, de pedir cigarro, elas resolvem assim também brigando ou não? Elas são mais tranqüilas? Como é que é?

Na frase “elas são mais tranqüilas?”, a palavra “mais” sugere um contraponto entre meninas e meninos, os quais seriam, conseqüentemente menos tranqüilos, ou mais agressivos. E o entrevistado não se preocupou em justificar a suposta agressividade dos meninos, colocando-a como uma conduta usual nas ruas sem, em momento algum, questioná-la.

Em outra seqüência a postura persecutória apresentou-se no tom agressivo usado pela entrevistadora ao “lembrar” o entrevistado de que ele já tinha agido tal como a polícia, tão criticada por ele no enunciado anterior:

L: É, uai! Aí a polícia reage mais é com os homens, com as meninas passa batido. Que os homens não pode bater em mulher. Se bater é cadeia.

C: É o mesmo que você fez quando seu padrasto bateu na sua mãe, né?

E nesse caso, o entrevistado aceitou a observação como uma repreensão:

L: É, uai! A mesma coisa. Esse cara eu machuquei ele. Quebrei a perna e um braço dele. E hoje eu tô ganhando um castigo tão feio...

Aparentemente, em seu modo de entender o “castigo feio” que estaria recebendo se deveria ao fato de ter batido no padrasto. O castigo ao qual Leonardo se referia seria provavelmente o fato de ser sido expulso de casa por ter batido no padrasto.

Considerando as posturas apresentadas – não-julgamento, responsabilização e persecutoriedade – nos questionamos sobre a possibilidade de uma postura neutra na situação de entrevista. Tal possibilidade nos parece remota especialmente nos enunciados analisados em que o entrevistado agiu violentamente contra alguém – seja contra seus pares na rua ou contra seus familiares. O relato da violência tem certa ressonância no entrevistador podendo causar-lhe indignação, repulsa ou desejo de “reformatar” o adolescente, que é um risco que se corre em uma intervenção, principalmente tendo a entrevistadora sido educadora social, portanto sensível à questão da violência entre os adolescentes com trajetória de vida nas ruas. Atuar neste campo – educação social de rua – significa lidar diretamente com as idas e vindas dos meninos (características da circulação, tal como definida por CRAIDY, 1998), bem como com suas irrupções de violência e sua dificuldade de estruturar minimamente um projeto de vida. Todas essas características representam para o educador um complicador em se tratando de superação da violação de direitos na qual se encontram as crianças e adolescentes com trajetória de vida nas ruas – daí talvez a adesão às posturas de repreensão e persecutoriedade.

4.6.3 *Pressupostos da entrevistadora*

Em alguns enunciados a entrevistadora expressou seus pressupostos em relação aos entrevistados: seja de que não seriam capazes de compreender as questões que lhe foram propostas, seja de que o conceito de masculinidade (sustentado pelo entrevistado) estaria ligado à capacidade de ser violento, ou ainda que o entrevistado seria homofóbico. A seguir algumas seqüências nas quais se insinuaram tais pressupostos:

C: O que que é o homem ideal procê assim? O que seria o homem perfeito? Que você gostaria que um filho seu fosse? Se você tivesse um filho homem assim, como você gostaria que ele fosse? O que é um homem ideal procê?

Neste enunciado a entrevistadora reformulou compulsivamente a questão, justamente por partir do pressuposto que o entrevistado não seria capaz de compreendê-la. A mesma questão foi reformulada de cinco formas diferentes no mesmo enunciado, antes mesmo que o entrevistado manifestasse qualquer sinal de incompreensão da primeira forma apresentada. E o excesso de reformulações da questão inicial acabou tendo o efeito contrário ao pretendido, levando o entrevistado a confundir-se. À questão apresentada pela entrevistadora, Leonardo respondeu:

L: Filho? Se eu tivesse um filho?

Tal incompreensão por parte do entrevistado levou a entrevistadora a outras duas reformulações:

C: É... ou se você mesmo pudesse se transformar assim num homem perfeito? O que é que seria um homem perfeito pra você?

Tal pressuposto – o de que o entrevistado teria dificuldade em compreender a questão proposta – não era infundado se considerarmos a baixa escolaridade do entrevistado, a escassez de vocabulário que vinha apresentando desde o começo da entrevista, bem como sua dificuldade de compreensão das questões anteriormente propostas. Contudo seria mais prudente talvez apresentar a questão e esperar que o entrevistado se manifestasse, uma vez que este tipo de pressuposto poderia ser facilmente percebido pelo entrevistado, que provavelmente o sentiria como uma desqualificação.

Em outra seqüência percebe-se que a entrevistadora trabalhou com o pressuposto de que aqueles que estão envolvidos com a criminalidade teriam um conceito de masculinidade diferente do que foi apresentado pelo entrevistado. A seguir, o conceito inicialmente apresentado pelo entrevistado, seguido do enunciado que expôs o pressuposto da entrevistadora:

A: Oi? O que que é ser homem? Ser homem é ser uma pessoa assim que estuda, entendeu? Assim trabalhador [...] entendeu? Uma pessoa que trabalha e ganha seu dinheiro honesto. Isso é que é homem.

C: E no conceito assim de quem tá no crime? O que é que ser homem?

Além do pressuposto de que “quem está no crime” tem um outro conceito de masculinidade – que não o apresentado pelo entrevistado, a entrevistadora supõe que o conceito apresentado não é realmente o de Alessandro. Com a questão apresentada no último enunciado, a entrevistadora, mais que investigar o conceito de criminalidade para um determinado grupo, colocou em suspeição a resposta do entrevistado. Este, por sua vez apresentou em seguida o conceito de masculinidade do crime:

S: O que que é ser homem? É você ganhar muito conceito, conceito é ganhar muita vantagem no crime, entendeu? Vantagem e ser esperto também. Por causa que se você for bobo no crime, você morre rapidinho. Você dá um vacilo, você morre....

Essa resposta confirmou um dos pressupostos da entrevistadora que o conceito de masculinidade para as pessoas que estão no crime é diferente daquele ligado ao estudo, trabalho e honestidade, inicialmente elaborado pelo entrevistado. Entretanto não é possível afirmar se o segundo pressuposto – o de que o entrevistado, em sua real definição - estaria mais próximo dos que estão no crime do que de sua primeira definição. É bem possível que o entrevistado se posicionasse de maneira ambígua em relação à questão da masculinidade, ora aproximando-se do ideal de masculinidade “politicamente correto”, ora aproximando-se do conceito construído pela criminalidade⁵².

Neste caso, especificamente, o fato de a entrevistadora optar por investigar este pressuposto fez com que surgisse a possibilidade de um posicionamento ambíguo por

⁵² Estamos usando o termo criminalidade para nos referirmos às pessoas que estão envolvidas com o mundo da criminalidade ou, como diria o entrevistado Alessandro, para nos referirmos a quem está no crime.

parte do entrevistado, o que faz bastante sentido se considerarmos que o adolescente passava por um momento em que tinha que reiterar sua opção pelo estudo e pelo trabalho para conseguir ser abrigado, mas ao mesmo tempo tinha uma história de rompimento recente com o “mundo do crime”, como ele mesmo denomina.

4.6.4 *Oportunidades perdidas*

Apesar de a entrevista ser semi-estruturada, nem sempre a entrevistadora se permitiu uma flexibilização no roteiro, o que fez com alguns temas extremamente pertinentes ao trabalho não fossem devidamente explorados. No fragmento seguir, surgiu o tema das lembranças do entrevistado Alessandro a respeito de seu pai já falecido e a entrevistadora iniciou a investigação de outra temática:

C: Você tem lembrança dele?

A: Tenho. Até hoje assim eu tava querendo vingar a morte do meu pai. Eu fui lá e consegui pegar só uma pessoa que matou ele, aí eu fui e desisti. Deixei isso pra um lado, né? Falei, ah, não compensa, não.

C: Você tem irmãos?

Com este último enunciado a entrevistadora perdeu a oportunidade de explorar as lembranças que o entrevistado tem de seu pai. É possível que estas lembranças tivessem alguma relação com o conceito de masculinidade do entrevistado, ou talvez com as escolhas que ele fez.

4.6.5 *Enredamento do entrevistado*

Em alguns momentos das entrevistas com Leonardo e Alessandro, apareceram algumas concepções a respeito do homoerotismo e a transmissão de AIDS aparentemente confusas. E a entrevistadora, no intuito de esclarecer tais concepções acabou por enredar os entrevistados em uma seqüência interminável de questões que, ao invés de esclarecerem as concepções apresentadas fizeram, antes, confundir o entrevistado e deixá-lo sem saída. A busca por coerência nas respostas colocou em evidência a precariedade das informações de que dispõem os entrevistados a respeito

da AIDS e sua dificuldade em relação ao tema do homoerotismo. A primeira situação de enredamento ocorreu na seguinte seqüência de enunciados (com o entrevistado Leonardo):

C: O jeito de pegar AIDS é qual?

L: Não, se o viado tiver transando com um cara, aí ele beija a boca do cara, aí o cara já beija a boca dele, aí no outro dia cê vai sentir uma sensação que cê tá com AIDS. Aí ele vai e faz um exame lá, tá com AIDS! Acabou!

C: Mas então o único jeito que tem de pegar AIDS é transando com viado?

L: É... cê transar com viado.

C: Se você transar com mulher, cê não pega AIDS, não?

L: Com camisinha, eu não pego, não.

C: Com viado com AIDS, com camisinha você pega?

L: Se eu não beijar na boca do viado... é que, tipo assim, cê beijou a boca dele agora... aí ele vai querer a mesma relação que teve dele de ontem: vão lá, vão lá... aí já era, nós já vai... aí eu já beijo a boca dele umas duas vezes, aí eu pego AIDS... aí o que vai acontecer comigo? Pensa! Eu não vou viver, não! Vou morrer.

C: Então me explica aí: como é que pega AIDS?

L: Quando cê beija a boca do viado, uai!

C: O jeito de pegar AIDS é esse: beijar a boca do viado, beijar a boca de mulher não pega, não? Mesmo se a mulher tiver AIDS...

L: Não, se você beijar a boca de mulher, é porque se já vai saber que a mulher tá querendo ela tem AIDS... porque cê não querendo ou não, ela é obrigada a beijar sua boca.

O entrevistado mencionou durante a entrevista possivelmente todas as informações que teve sobre as formas de transmissão da AIDS quando estimulado, a saber: sexo com homossexual e sexo sem camisinha (com homem ou mulher). Mas paralelamente a essas informações apareceu a idéia de que se uma mulher quisesse beijá-lo na boca seria por estar contaminada pelo vírus da AIDS e queria transmitir a doença para ele. A AIDS então, para este entrevistado, parecia vir carregada de concepções moralistas, uma vez que entendia que quem transmite AIDS são os

“viados” – os quais o entrevistado desqualifica⁵³ - e mulheres que se oferecem, numa espécie de vingança contra o fato de terem contraído a doença: “Eu tô com AIDS, vou fazer ele pegar AIDS também. Mesma doença que eu tenho ele também tem”. Este último enunciado foi a explicação de Leonardo para o uma mulher se oferecer a ele. Em sua visão a única justificativa para a mulher se oferecer seria fazer com que o homem contraísse AIDS. Por mais que a entrevistadora buscasse enredar o entrevistado tentando extrair dele uma lista de formas de contágio, o entrevistado apenas se confundiria ainda mais na imprecisão de suas concepções.

Na entrevista com Alessandro, a entrevistadora o enredou buscando compreender sua noção de masculinidade. Eis a seqüência:

C: Você falou que depois que inventou o revólver não existe homem mais homem que o outro, né?

A: Não existe, não.

C: Então o revólver é que faz uma pessoa ser homem?

A: Não, não é o revólver, não.

C: O que é que é? O que é que é ser homem pra você?

A: Oi? O que que é ser homem? Ser homem é ser uma pessoa assim que estuda, entendeu? Assim trabalhador (...) entendeu? Uma pessoa que trabalha e ganha seu dinheiro honesto. Isso é que é homem.

C: E no conceito assim de quem tá no crime? O que é que ser homem?

S: O que que é ser homem? É você ganhar muito conceito, conceito é ganhar muita vantagem no crime, entendeu? Vantagem e ser esperto também. Por causa que se você for bobo no crime, você morre rapidinho. Você dá um vacilo, você morre....

Inicialmente o entrevistado disse que depois que o revólver foi inventado, um homem não foi mais homem que o outro. O que pode levar a crer que o ser homem estaria ligado à capacidade de se defender ou matar com o uso de uma arma. Depois o entrevistado disse que homem é aquele que estuda, trabalha e é honesto, para

⁵³ Quando pergunto o que aconteceria caso Leonardo tivesse um filho gay, ele responde: “Ah... eu não sei não, ou eu ia matar ele, ou ia deixar ele por aí mesmo... é, uê, que o cara não vai querer filho gay.”

“fechar” a questão com o conceito de masculinidade para aqueles que estão no crime – que estaria ligado à esperteza e ao “ganhar muita vantagem”. Mais uma vez o enredamento não teve como efeito o esclarecimento de uma concepção mas, muito mais, o de expor uma ambigüidade que, no caso desse entrevistado parece ser sua escolha entre o “mundo do crime” ou o mundo do homem trabalhador honesto. Se por um lado é importante que o entrevistador possa captar as ambigüidades do entrevistado ou sua confusão a respeito de determinados temas, por outro, causar desconforto no entrevistado levando-o a uma resistência em relação à entrevista.

4.6.6 *Igualar-se ou diferenciar-se*

Outra modalidade de interação que se verificou durante as entrevistas foram as tentativas da entrevistadora de igualar-se ou se diferenciar dos entrevistados, em geral, para obter mais informações sobre determinado tema, ou para ser reconhecida.

As tentativas de igualar-se ao entrevistado foram empreendidas pelo uso de termos que seriam próprios do universo do entrevistado. Esta estratégia teria sido adotada para criar uma situação de empatia, deixando o entrevistado mais confortável. Alguns exemplos dessa estratégia a seguir:

A: Vantagem é tipo assim, vamos supor, tá eu aqui, eu te pego e te mato você... aí os outros pega e passa na rua e passa a me cumprimentar de medo, entendeu? Começa a ficar com medo de mim. Tudo que eu pedir pros outros fazer, eles pega e faz...

C: Depois que o cara matou ele fica com mais moral...

Nesse caso a tentativa de igualar-se ou se aproximar do entrevistado foi insinuada pelo uso do termo moral que, nesse caso não apareceu propriamente em sua acepção de dicionário⁵⁴, mas bem mais próximo de seu uso como gíria. Talvez essa

⁵⁴ No dicionário o termo moral é definido como um conjunto de regras de conduta ou hábitos julgados válidos, quer de modo absoluto, quer para grupo ou pessoa determinada. Um outro sentido possível seria a conclusão moral de uma obra, fato, etc. Há ainda o sentido de conjunto de faculdades morais ou brio e o que há de moralidade em qualquer coisa. O entrevistado usa o termo moral com o sentido de respeitabilidade desfrutada por alguém no seio de um grupo. Portanto, uma acepção diferente da apresentada por dicionaristas. (Fonte: Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda. Minidicionário Aurélio. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993).

tentativa de aproximação, fosse para que e a entrevistadora saísse, no suposto imaginário do entrevistado, de um lugar persecutório daquela que o julgaria apto ou não para o encaminhamento que o entrevistado desejava.

Na mesma entrevista, ao ouvir o relato do entrevistado sobre a conduta da polícia em relação àqueles que julga bandidos, a entrevistadora usou novamente um termo próprio da criminalidade:

A: O que que pode acontecer? Ah... os polícia só deles verem você assim, eles já pulam em você e fala: “você é bandido!” Eles falam na cara do cara: “Você é bandido!” Só deles pularem em você, eles já pulam batendo em você e torturando você. Tem uns polícia, sabe o que eles faz? Pegam a gente e leva pra beira da lagoa, amarra uma sacola na outra e já começa a bater aí... querendo que você dá um doze na onde cê mora. Doze que eu falo é traficante. E cê não pode dar, né? Cê tem que deixar eles te bater até te matar ocê. Por causa que se ocê dá, cê morre do mesmo jeito. Não tem nem jeito, não.

C: Aí o povo prefere morrer na mão da polícia que morrer na mão do doze...

Ao usar o termo “doze” a entrevistadora buscou mostrar ao entrevistado que o compreende em sua opção de não delatar o “doze” e também, mais uma vez, sair do possível lugar de figura da assistência social para ser reconhecida enquanto pesquisadora e, portanto, pertencente a outro universo.

Por outro lado, a entrevistadora usou a estratégia de fazer-se de desentendida sobre temas que conhecia bem para fazer com que o entrevistado expusesse seu ponto de vista ou suas concepções acerca do tema. Na seqüência a seguir a entrevistadora, buscando conhecer as idéias do entrevistado sobre o homossexualismo, prosseguiu questionando termos de sentido óbvio como se não soubesse seu significado:

C: O que é que é um cara ser homossexual pra você?

A: Ah [...] *homissexual* [...] ah, *homissexual* é viado né, não?

C: O que é que é o viado? Explica pra mim.

A: Viado é boiola, aí...

C: Boiola. O que é que é boiola?

Os termos viado e boiola não são exclusividade dos meninos de rua, mas explorá-los foi importante na medida em que colocou em evidência associação do homossexualismo à figura do travesti: “Boiola é que fica na rua de noite, aí... né, não? Nas madrugadas aí... aí que nem tem muitos lá no centro da cidade. Ali na Pampulha também tem muitos lá no centro da cidade. Ali na Pampulha também tem muitos. Aqui mesmo, né?”

E suspeitamos que o fato de os entrevistados reduzirem o homossexualismo ao travesti que se prostitui – excluindo o caso de pessoas do mesmo sexo que se relacionam por vontade própria – tinha o intuito de negar que os meninos de rua (os quais têm relações homossexuais) pudessem ser homossexuais, ou seja, se homossexual seria apenas o travesti que faz programa, logo o menino de rua não era homossexual – mesmo que mantivesse relações com pessoas do mesmo sexo.

Com o mesmo entrevistado, Alessandro, a entrevistadora questionou também o termo “amaldiçoado”, como se não conhecesse seu significado:

A: Ah, não compensa o crime, não, sô! Por que o crime da dinheiro, dá roupa, dá tênis, dá tudo, mas é tudo amaldiçoado.

C: Como assim amaldiçoado?

A: Amaldiçoado é coisa assim do capeta não é, não? Que não é coisa de Deus. Entendeu? Não é roupa humilde.

Neste último enunciado, o discurso do entrevistado aproximou-se do discurso da instituição onde estava abrigado que é evangélica. Contudo, mais uma vez a entrevistadora questionou um termo de sentido óbvio e surge uma construção diferente dessa que se aproxima do *ethos* evangélico:

C: Mas o que pode acontecer se você usar uma roupa que não é humilde, igual cê tá falando?

A: O que que pode acontecer? Ah... os polícia só deles verem você assim, eles já pulam em você e fala: “você é bandido!” Eles falam na cara do cara: “Você é bandido!”

Esse novo significado⁵⁵ da palavra “amaldiçoado” sugere que amaldiçoado seria tudo aquilo que denuncia à polícia que alguém é bandido, mais factível e diferente do significado religioso anterior, que aparentemente foi utilizado para mostrar à entrevistadora que entrevistado tinha uma certa sintonia com o discurso da instituição.

4.6.7 *Deixar-se conduzir*

Na entrevista com Pedro, de 13 anos, a entrevistadora deixou-se conduzir em várias situações, especialmente por ter sido convencida pelo discurso vitimizado do entrevistado. No primeiro exemplo, o entrevistado, falou de uma situação em que foi vítima de maldade pessoas da rua:

P: Quando eu tava dormindo, é... quando eu tava dormindo lá perto da praça Sete, eles foi e me levou pra... é... de noite, aí eles, foi e me acordou lá, tomou minha coberta e eu fiquei no frio. O colchão que eu tinha também.

C: E você ficou passando frio?

Nesse fragmento, não apenas o entrevistado omitiu um fato quando não completou a frase “eles foi e me levou pra...”, não dizendo para onde teria sido levado, mas também tentou comover a entrevistadora: “e eu fiquei no frio”. E a tentativa foi bem sucedida, uma vez que entrevistadora disse logo em seguida: “E você ficou passando frio?”

Buscando sair da comoção causada pelo entrevistado, bem como investigar as possíveis situações em que o entrevistado tenha se defendido ou tenha desenvolvido alguma estratégia de sobrevivência , a entrevistadora questionou:

C: O que você teve que aprender pra conseguir sobreviver na rua?

P: Ah, eu tinha que... como assim que você fala?

C: O que uma pessoa tem que saber pra ela dar conta de ficar na rua?

P: (pausa) ah... não sei...

⁵⁵ Dizemos que surgiu um novo significado para a palavra amaldiçoado, se considerarmos o sentido corrente: que define amaldiçoado como maldito, abominável, execrando.

C: O que você pode me dizer assim que aprendeu na rua?

P: (silêncio)

C: Nada?

P: Nada, não. Não aprendi nada.

C: Nem de bom e nem de ruim!

P: Nenhum dos dois.

O entrevistado começou a responder: “ah, eu tinha que...” mas não completou a frase, o que sugere mais uma vez que houve omissão de informação. O entrevistado entendeu a pergunta, começou a responder, mas se censurou – possivelmente avaliando que não seria bom se mostrar como alguém capaz de sobreviver nas ruas – depois se fez de desentendido, pedindo que a entrevistadora explicasse a pergunta. A entrevistadora, por sua vez, repetiu a pergunta cinco vezes, tentando escapar das negativas do entrevistado. Mas não o perguntou como é que ele conseguiu sobreviver à rua que, como ele mesmo diz, tem tantos perigos. Apesar de insistir na questão, a entrevistadora acabou se deixando conduzir. Certamente duas estratégias Pedro chegou a desenvolver: a habilidade de comover as pessoas e silenciar-se quando conveniente. Só não se pode afirmar que ele tenha desenvolvido tais estratégias a partir de sua trajetória de vida nas ruas.

Durante toda a entrevista, Pedro falou muito pouco e a entrevistadora, ao invés de reformular as questões como fez com os outros entrevistados, acabou por mudar a temática quando se sentia impotente diante das negativas do entrevistado. Realmente a história de Pedro é tocante e causa indignação, especialmente por ele, tão jovem, ter sido abandonado à própria sorte. Contudo este entrevistado não seria propriamente vítima das circunstâncias, ainda que estivesse em uma situação de violação de direitos, pois conseguiu sobreviver à rua e, segundo foi apurado por técnicos do Centro de Passagem Emaús – onde Pedro já tinha sido abrigado – estava atuando como “aviãozinho” para uma traficante com a qual morou nesse tempo. É inegável que houve violação de direitos e que Pedro vinha sendo explorado por adultos, entretanto é preciso considerar a margem de escolha e autonomia que ele tem e teve em sua

trajetória. Trata-se de não permitir que a sensibilidade para a injustiça não transforme os sujeitos em vítimas.

As modalidades de interação analisadas mostram que as noções de neutralidade e postura não-diretiva podem ser desejáveis, mas são impossíveis de se manter durante toda a entrevista. Sabe-se que a neutralidade absoluta pode ser um complicador em uma pesquisa que se pretende também uma intervenção – mesmo que rápida e pontual – pois a capacidade do entrevistador de se posicionar frente ao que lhe é relatado, lhe permite intervir na realidade, alterando-a. Por outro lado, a falta absoluta de neutralidade - representada pelo excesso de pressupostos em relação ao entrevistado, bem como pela diretividade excessiva - pode inibir a livre expressão do entrevistado; caso isto ocorra, os dados obtidos na pesquisa irão requerer tantas ressalvas que o resultado final será absolutamente questionável. Na tentativa de ficar entre um extremo e outro – neutralidade absoluta ou diretividade excessiva - o entrevistador poderá resvalar. Contudo acreditamos que a busca de um posicionamento mais atento e profícuo deva ser um exercício constante na prática de pesquisa, que se desenvolve a partir dos erros e da capacidade do pesquisador de analisá-los.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho nos deparamos novamente com o universo dos adolescentes com trajetória de vida nas ruas. E, a cada aproximação, esse universo parece novo. A atividade de pesquisa trouxe elementos que a prática de educação social de rua suspeitava sem, entretanto, proceder a um exame mais crítico e aprofundado.

Como educadora social cedi algumas vezes à urgência das situações, buscando rapidamente encaminhamentos para os casos – em geral marcados por grave situação de violação de direitos fundamentais – me furtando, em certas situações, a oportunidade de deter-me mais longamente na análise da situação de cada criança ou adolescente atendido. Contudo, no desenvolvimento desta pesquisa, pude retomar algumas das muitas questões que me inquietaram enquanto educadora social, compreendendo-as a partir de um referencial teórico-metodológico que me permitiu uma escuta mais atenta dos adolescentes com trajetória de vida nas ruas.

Para tecermos as considerações finais a respeito da experiência de pesquisa, precisamos retomar nosso objetivo inicial - que configura também a grande questão que guiou nossa investigação – o qual seria a verificação dos processos que marcariam a construção da identidade masculina. Ao retomar tal objetivo, poderíamos ceder à tentação de nos restringir ao conceito de “casa dos homens”, revisitado por Welzer-Lang (2001). Interpretando a socialização de gênero segundo tal conceito, ateríamos nosso olhar aos valores apreendidos pelos adolescentes nas ruas: o uso da violência como meio preferencial para resolução dos conflitos, a respeitabilidade adquirida por aqueles que exterminam seus desafetos, a exaltação da “esperteza” enquanto instrumento para escapar às punições por atos infracionais cometidos e a coexistência pacífica instaurada pela constante ameaça de incineração⁵⁶ durante o sono.

Entretanto, se a violência marca realmente a inculcação de dos valores de masculinidade, não podemos afirmar que eles sejam apreendidos apenas no âmbito da rua. Vimos, ao longo deste trabalho, que são várias as fontes que informam códigos de masculinidade aos adolescentes: além do âmbito da rua, há também os códigos

⁵⁶ A incineração de pessoas durante o sono, que ocorre nas ruas, é por meio de derramamento de *tinner*, o qual funciona como combustível para o ateamento de fogo

adquiridos no convívio familiar, no contato com educadores sociais e na experiência com tráfico de drogas.

Nas famílias dos entrevistados percebemos a primazia do uso da violência nas relações. Em geral havia um “macho dominante” no grupo familiar, o qual impunha suas regras por meio da violência física e psicológica: tais regras envolviam a prática compulsória de mendicância (como no caso de Pedro), a exaltação do trabalho como valor mesmo durante a infância (expressa pelo padrasto de Alessandro) e o espancamento de mulheres (como ocorreu com a mãe de Leonardo). Tendo os três adolescentes se expressado contrariamente às regras desse “macho dominante”, foram então impelidos a iniciar uma trajetória de rua – por expulsão ou opção forçada.

Os entrevistados, todavia, mesmo tendo sido contrários a esses valores, passaram posteriormente a expressá-los, como que num retorno ao que lhes pareceu repugnante num primeiro momento, mas que se mostrou uma forte referência para a construção de sua identidade. Leonardo, que não se conformou com o espancamento da mãe, voltou depois à casa de onde foi expulso pelo padrasto espancador e tentou estuprar a irmã de onze anos. Alessandro, que não aceitou inicialmente a norma do trabalho que lhe era imposta pelo padrasto sob agressões físicas constantes, saiu de casa, optando pelo que chama de “mundo do crime”, mas depois retornou ao valor proferido pelo padrasto, expressando durante a entrevista o desejo de se formar torneiro mecânico. Pedro, por sua vez, saiu de casa por não concordar com a norma da mendicância compulsória instaurada pelo pai, mas justamente optou por viver nas ruas onde foi obrigado a mendigar para sobreviver.

Assim nos perguntamos sobre a força desses valores impingidos aos entrevistados: estaria seu retorno vinculado ao fato de terem sido eficientemente inculcados nos adolescentes por meio da violência, ou ao fato de os agentes que efetuaram tal inculcação (padrastos ou pai) serem figuras significativas no universo dos entrevistados?

Por outro lado, apareceram também os valores aprendidos no contato com educadores sociais relacionados ao estudo e ao trabalho. Acreditávamos à época da entrevista que tais valores foram expressos sem convicção, apenas como uma tentativa de conseguir abrigo. Contudo, ao recebermos a notícia de que os entrevistados já

estavam há algum tempo, cumprindo tais valores – dois deles estudando e fazendo cursos profissionalizantes e um deles trabalhando no mercado informal – vimos que, mesmo que no momento da entrevista houvesse uma certa hesitação, o trabalho e o estudo tinham ressonância entre os entrevistados, tanto que se tornaram suas opções. A permanência de quase dois anos – a contar da data da entrevista (setembro de 2004) até o momento em soubemos do paradeiro dos entrevistados (janeiro de 2006) – em uma mesma residência e fazendo um curso profissionalizante é uma mudança considerável no mundo dos meninos de rua, cuja vida é caracterizada pela circulação constante (CRAIDY, 1998) entre casa, rua e instituições e pelo imediatismo (Ferreira, 2001).

Percebemos que os entrevistados construíam sua identidade masculina não apenas em função de valores que vistos como desejáveis em homens – segundo as variadas fontes já citadas⁵⁷ - mas também em função de aspectos que deveriam ser rechaçados e evitados a qualquer custo. Construir identidade masculina significa não apenas reconhecer códigos de masculinidade e incorporá-los, mas também construir um domínio de abjeção, onde residem os inomináveis, que não terão direito ao *status* de sujeitos (BUTLER, 1999). E, curiosamente, os entrevistados deram, em vários momentos das entrevistas, a impressão de não saberem ao certo quem eram, mas de terem a convicção de quem não eram.

Butler (1999) entende o domínio de abjeção como um lugar onde habitam aqueles que ainda não são sujeitos, formando o exterior constitutivo da identidade do sujeito, um limite definidor de seu domínio. Esses não-sujeitos seriam aqueles que não têm possibilidade de identificação. Entretanto entendemos também que o exterior constitutivo da identidade do sujeito é habitado também por aqueles que ele opta por rechaçar como possibilidade de identificação, tendo essa figura uma identidade definida ou não. Entendemos que o domínio de abjeção é composto não só por aqueles que são o “outro da masculinidade” (Oliveira, 2004), mas também por aqueles que mesmo sendo machos dominadores, são possibilidades de identificação que o sujeito abomina.

Consideramos mais amplo o domínio de abjeções dos adolescentes entrevistados. Os limites de seus domínios nos pareceram formados não apenas por

⁵⁷ As tais “fontes” de construção da masculinidade seriam, principalmente, a rua, a família e os educadores sociais.

seres que não se conformam ao fantasma normativo do sexo, mas também por travestis, policiais, padrastos violentos, mães omissas e também eles mesmos, os meninos de rua. Em seu discurso, os meninos não definiram quem eram, estavam em posições ambíguas quase sempre, mas tinham claro para si o que não queriam ser: não queriam ser como o pai que maltratava a família e a obrigava à mendicância, se recusavam a ser como a mãe que batia e obrigava a roubar, não eram como o policial que “triturava” os meninos (sendo na verdade o bandido), não eram como o bandido que nunca se deixa apanhar, não eram como o travesti que, ao invés de se prostituir, deveria conseguir um emprego de servente de pedreiro, não eram o pivete que só andava sujo. O domínio de abjeção era uma zona amplamente habitada. Habitada por todos aqueles que tinham, sim, *status* de sujeito, mas figuravam de certa forma como uma ameaça ao universo identitário dos entrevistados.

Contudo, parecia haver sempre um movimento de retorno a tudo que parecia abominável: o adolescente, que antes condenava a agressividade do padrasto em relação à mãe, tentou estuprar a irmã; o travesti, antes repreensível, passou a ser desejável; o adolescente que considerava a polícia truculenta puniu o padrasto quebrando-lhe uma perna e um braço; a voz daquele que desejava se tornar trabalhador honesto se transformou em “voz de bandido”.

Esse movimento de construir o domínio de abjeção, do qual se fazia necessário um afastamento, para depois tornar a identificar-se a ele parecia não apenas característico do processo de construção da identidade. Esse movimento nos pareceu ser também uma das especificidades da adolescência onde a construção da identidade sexual, profissional e ideológica são as tarefas fundamentais (ERIKSON, 1987). Construir identidade sexual, identidade de gênero durante a adolescência significa lidar com o dilema entre ruptura e permanência, talvez por isso todos os modelos de masculinidade parecessem aos entrevistados ora abomináveis, ora desejáveis. Porque era preciso encontrar um lugar de ser apesar desses modelos, com eles e para além deles. Até porque alguns desses modelos eram, na realidade, muito mais próximos da masculinidade hegemônica descrita por Vale de Almeida (1995) - controladora de mulheres e homens e absolutamente inatingível – do que de possibilidades identificatórias factíveis.

Importante observar ainda que, no exercício de narrar a si mesmos, os adolescentes entrevistados não apenas deram um aspecto de enredo ou intriga mais ou menos coerente à sua história de vida (Ricoeur, 1997), como também tiveram que se deparar com as constantes instabilidades de suas identificações. O exercício de narrar a si mesmo, traz este paradoxo: ao mesmo tempo que enseja uma certa linearidade entre os acontecimentos da vida de uma pessoa, também evidencia incoerências ou ambivalências. Isso porque a incoerência do discurso revela a própria a instabilidade da construção identitária.

Nesse sentido, a proposta ensejada pela pesquisa trouxe aos entrevistados a possibilidade de se depararem com algumas de suas identificações, podendo então negá-las ou reafirmá-las. Acreditamos que as instabilidades que surgiram poderiam trazer dinamismo ao processo de construção da identidade, abrindo espaço para a emergência do novo e para o questionamento da rigidez dos modelos identitários disponíveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERASTURY DE PICHON RIVIERE, Arminda. *Adolescência*. Porto Alegre: Artes Medicas, 1980. 246p.

AFONSO, Lúcia. *A polêmica sobre adolescência e sexualidade*. Belo Horizonte, Ed. do Campo Social: 2001.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981, c1973. 279p.

ATAÍDE, Yara Dulce Bandeira. *Decifra-me ou devoro-te*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.

BRASIL. *Estatuto da criança e do adolescente*. Brasília: 1991. 78p

BOMFIM, Elizabeth (org.). *Meninas de rua: cenas de um cotidiano*. Belo Horizonte: Fundação Mariana Resende Costa: 1990.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. In: *Educação & Realidade*. 20(2):133-184, jul./dez. 1995.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo"*. In: Louro, Guacira (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Trad. Toamaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, pp. 153-172, 1999.

CENTRO DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO DO PROGRAMA MIGUILIM (CIDOC). Gerência de Proteção Especial. Secretaria Municipal de Assistência Social. PBH. *Estatística Geral 2003*. 2004.

CONNELL, Robert W. Políticas de masculinidade. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n.2, p 185-206, jul/dez, 1995.

CRAIDY, Carmem Maria. *Meninos de rua e analfabetismo*. Porto Alegre: Artmed, 1998 87p.

DIAS, Carlos Jose Moraes; VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria Ramos; ROSA, Cleisa Moreno Maffei. *População de rua: quem e, como vive, como e vista*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1994. 181p.

ERIKSON, Erik H. *Identidade, juventude e crise*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, c1987. 322p.

FERREIRA, Tânia. *Os meninos e a rua; uma interpelação à psicanálise*. Belo Horizonte, Autêntica/FUMEC, 2001.

FONSECA, Claudia. Crianças, família e desigualdade social no Brasil. In: RIZZINI, IRENE; UNIVERSIDADE SANTA URSULA. *A criança no Brasil hoje: desafio para o terceiro milênio*. Rio de Janeiro: EDUSU, 1993. 248p

GOFFMAN, Erving (1975). *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes.

_____. *Interaction Ritual – Essays on face-to-face behavior*. New York: Pantheon Books, 1982.

_____. *Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

GREGORI, Maria Filomena. *Viração: experiências de meninos nas ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KNOBEL, Maurício. Adolescência Normal. In: ABERASTURY DE PICHON RIVIERE, Arminda. *Adolescência*. Porto Alegre: Artes Medicas, 1980. 246p.

LUMEN INSTITUTO DE PESQUISA; Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Fundação Mariana Resende Costa. *Relatório descritivo da pesquisa : crianças e adolescentes de Belo Horizonte em situação de trabalho e a demanda por qualificação profissional : 1a. fase : contagem qualificada e abordagem*. Belo Horizonte: Lúmen, 2000. 133p. Relatório de pesquisa

MACHADO, Marília Novais da Mata *Entrevista de pesquisa: a interação pesquisador/entrevistado*. Belo Horizonte: C/Arte, 2002.

MALARD, MARIA LUCIA; *Brazilian low cost housing : interactions and conflicts between residents and dwellings*. Sheffield: University of Sheffield, 1992. 238p. Thesis (Degree of Doctor) -University of Sheffield.

MAINGUENEAU, Dominique *Novas tendências em análise do discurso*. 3ª edição, Campinas, SP: Pontes: Editora da Unicamp, 1997.

_____. *Termos-chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

MATTA, Roberto da. *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985. 140p.

MEAD, George Herbert. *Mind, self, and society – from standpoint of a social behaviorist*. Chicago: University of Chicago Press, 1934.

MENDES, José Manuel de Oliveira. O desafio das identidades. In: A Globalização e as ciências sociais/ Boaventura de Sousa Santos (org.) – São Paulo: Cortez, 2002.

MILITO, Cláudia; SILVA, Hélio. *Vozes do meio-fio*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995 .

MOREIRA, Maria Ignez Costa. Psicologia da adolescência. Contribuições para um estado da arte. *Interações*, vol. 5, n. 10, p. 25-51, jul-dez, 2000.

NEIVA-SILVA, Lucas; KOLLER, Sílvia Helena (2002). A rua como contexto de desenvolvimento. In: Lordelo, Eulina da Rocha; Carvalho, Ana Maria Almeida, Koller, Sílvia Helena (orgs.). *Infância brasileira e contextos de desenvolvimento*. São Paulo : Casa do Psicólogo ; Salvador, BA: EDUFBA, 2002

OLIVEIRA, Pedro Paulo. Discursos sobre a Masculinidade. *Rev. Estud. Fem.*, 1998, no.1, p. 91-112.

_____ A construção social da masculinidade. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

OZELLA, S. Adolescência: uma perspectiva crítica. In: KOLLER, S. H. (org.) *Adolescência e Psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas*. Rio de Janeiro, Conselho federal de Psicologia, 2002.

PICHON-RIVIERE, Enrique. *O processo grupal*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 239p.

REIS, Alberto Olavo Advincula; ZIONI, Fabíola. O lugar do feminino na construção do conceito de adolescência. *Rev. Saúde Pública*, Dec. 1993, vol. 27, n. 6, p. 472-477.

RICOEUR, Paul. *O si-mesmo como um outro*. Campinas, SP: Papirus, 1991.

_____ . *Tempo e narrativa – Tomo III*. Campinas, SP: Papirus, 1997.

RUBIN, Gayle. *O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo*. Recife: SOS Corpo. 1993

SAFFIOTTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2004

SASS, Odair. *Crítica da razão solitária: a psicologia social segundo George Herbert Mead*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n.2, p 71-99, jul/dez, 1995.

SOUZA, Renato Cesar Ferreira de; MALARD, Maria Lucia; Universidade Federal de Minas Gerais. *A rua e sua habitabilidade moradores e espaço urbano em situação de conflito estudo de caso*. 1998 enc. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. Gênero, masculinidade e poder: revendo um caso do sul de Portugal. *Anuário Antropológico*, 1995. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Rev. Estud. Fem.*, 2001, vol.9, no.2, p.460-482.

YIN, Robert K. *Case study research: design and methods*. Thousand Oaks: SAGE Publications, 1994.

ANEXOS

A Roteiro para entrevista semi-estruturada

- dados pessoais (fornecidos pelo S)
- dados institucionais (ficha de registro no Miguilim)
- visualização da moradia de rua: construir um modelo desenhado com linhas mostrando idas e vindas, tempo de permanência em cada uma delas, tempo de permanência fora da rua, se abrigo ou casa, ou terceiro (fazer um mapa para cada S)
- histórico familiar (relato individual e relato institucional - cotejar)
- entrada no universo da rua: motivação/ decisão/ experimentação, etc
- treinamento necessário: rituais iniciáticos/ estratégias de permanência/ modelos identificatórios (positivos e negativos)
- incorporação ao bando: aceitação, condutas de permanência, mobilidade interna, evasão, re-incorporação, migração para outros pontos
- construção da virilidade: histórico/ referências ao longo da vida/ espelhamento/ rechaços/ inserção ao universo masculino/ contatos com o universo feminino

B Estatística Geral 2003 (Programa Miguilim)

Sexo	Abs.	%
Feminino	507	31,18
Masculino	1119	62,82
Total	1626	100

Faixa Etária	Abs.	%
0 a 6	60	3,69
7 a 11	243	14,94
12 a 14	431	26,51
15 a 17	694	42,66
Acima de 18	96	5,90
Sem informação	102	6,27
Total	1626	100

Situação de risco	Abs.	%
Trajétoria de rua	727	44,71
Trabalho na rua	185	11,38
Trajétoria/trabalho na rua	13	0,80
Outros	701	43,11
Total	1626	100

Procedência	Abs.	%
Barreiro	72	1,13
Cento-Sul	362	22,26
Leste	171	10,52
Nordeste	52	3,20
Noroeste	56	3,44
Norte	49	3,01
Oeste	67	4,12
Pampulha	25	1,54
Venda Nova	33	2,03
RMBH	243	14,94
Interior	86	5,29
Outros Estados	44	2,71
Sem informação	366	22,51
Total	1626	100

Unidades de Atendimento	Abs.	%
Abordagem	363	22,32
Abordagem/Atividades	33	2,03
Abordagem/Atividades	43	2,64
Abordagem/Atividades/Abrigos	18	1,11
Abordagem/PA	30	1,85
Abordagem/PA/Abrigos	10	0,62
Abordagem/PA/Atividades	104	6,40
Abordagem/PA/Atividades/Abrigos	88	5,41
Abrigos	209	12,85
Atividades	46	2,83
Atividades/Abrigos	15	0,92
PA	535	32,90
PA/Abrigos	56	3,44
PA/Atividades/Abrigos	34	2,09
PA/Atividades	42	2,58
Total	1626	100

C Termo de Consentimento

TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu, Andréia Soares Tomaz, no exercício da coordenação da Campanha Agasalhe BH Feliz do ano de 2004, consinto a participação do adolescente

abrigado em nesta instituição, na pesquisa “A construção da identidade masculina em adolescentes com trajetória de vida nas ruas de Belo Horizonte/MG”, desenvolvida por Carmen Cristina Fernandino Marinho, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais.

Comprometo-me ainda a fornecer os dados referentes a este adolescente que estiverem em poder do Ministério Criança Feliz, para fins de pesquisa, sendo vetada sua divulgação com o nome do adolescente, de acordo com os termos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Andréia Soares Tomaz

Coordenadora da Campanha Agasalhe BH Feliz